

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 27 | Nº 12 | DEZEMBRO 2007 | R\$ 13,00



Especial

ENTENDA MELHOR A CHINA NO AGRONEGÓCIO MUNDIAL

Máquinas

Cenário 2017/18

Safrá 2007/08

**Mercado aquecido
em 2008**

**Projeções para
grãos e carnes**

**Grande produção
e preços altos**



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

A CONSULTORIA QUE FAZ A DIFERENÇA

O DESAFIO



A SOLUÇÃO



O RESULTADO



FGV Projetos, a consultoria da Fundação Getúlio Vargas

Contamos com o conhecimento gerado pelas Escolas de Administração, de Economia e de Direito da FGV.
Temos os maiores especialistas do Brasil, prontos para apoiá-lo na busca do sucesso do seu negócio.

▫ Estudos de Cadeias Produtivas

▫ Estudos de Viabilidade Econômica

▫ Elaboração de Projetos MDL

▫ Gestão de Risco

▫ Implantação de Pólo Agroindustrial

▫ Estudos de Custo de Produção

Rio de Janeiro

Praia de Botafogo, 190 6º andar 22250-900

RJ Brasil

☎ (5521) 2559-5424 📠 (5521) 2559-6061

São Paulo

Av. Paulista, 548 8º andar 01310-000

SP Brasil

☎ (5511) 3281-7784 📠 (5511) 3281-7891

💻 www.fgvprojetos.fgv.br

✉ fgvprojetos@fgv.br

O agronegócio é o seguinte

Neomalthusianos em outros matizes

DE 1650 a 1850 a população terrestre duplicou: passou de 400 milhões para 800 milhões. O fenômeno, que demorou 1.650 anos na primeira vez, tinha então ocorrido em 200 anos. Paralelamente, secas e pragas eram comuns e devastavam os campos de produção do continente europeu, assim como as pestes dizimavam as populações. Muito influenciado por esse cenário nefasto, em 1798, o pastor, economista e demógrafo Thomas Malthus desenvolveu o princípio da teoria populacional, com o estabelecimento da relação entre crescimento populacional e a fome.

Em seus trabalhos, Malthus concluiu que os meios de subsistência, diante das condições médias de produção da terra agrícola, nas mais favoráveis circunstâncias, apenas poderiam aumentar em progressão aritmética. Não obstante, a população humana cresce em progressão geométrica, em termos de milhões de pessoas.

A definição biológica de praga é quando uma população fica com alta taxa de natalidade e baixa taxa de mortalidade, enquanto o número de indivíduos cresce em progressão geométrica, de forma anormal no ambiente. O controle externo da superpopulação vem com a fome ditada pela escassez do alimento disponível no ambiente e o surgimento de predadores (guerras, pestes e miséria).

Na Revolução Industrial, com progressos tecnológicos e crescimentos gerais da renda, as previsões de Malthus não aconteceram. Com isso, o bem estar melhorou de forma significativa. Houve aumento na produção de alimentos e melhoria nas condições de vida na cidade, principalmente na parte sanitária. O resultado foi um abrupto declínio na taxa de mortalidade, enquanto o crescimento natural ampliou-se.

Passados mais de dois séculos de sua publicação, a Teoria Populacional Malthusiana é uma espécie de fantasma a assombrar a vida das civilizações. Mas, a evolução ocorrida na tecnologia desclassifica uma análise simplista e determinista dos impactos da explosão demográfica. Enormes ganhos nas cadeias produtivas do agronegócio, desde a genética até os modos de gestão, possibilitaram produções agropecuárias exuberantes para abastecer a população. Muitas soluções eclodiram dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

O ano de 2007 será marcado pelo patamar elevado conquistado pelas cotações das principais *commodities* mundiais, inclusive as agrícolas. As mudanças climáticas, diante do aquecimento global, junto com os problemas na produção e uso do combustível fóssil, mudam a agenda dos governantes e de seus países. Para cumprir a sua missão de produzir para a área energética e alimentar, abrem-se os horizontes da agricultura. Muitos ressaltam um verdadeiro renascimento para o setor, que passará por grandes mudanças nos próximos anos. Em condições climáticas favoráveis, a safra 2007/08 será pródiga e com preços excelentes. Isto acontecerá para as culturas anuais e perenes e para a pecuária.

O desenvolvimento da Agenda 21, iniciado em 23 de dezembro de 1989, com a aprovação em assembléia extraordinária das Nações Unidas, uma conferência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, como fora recomendado pelo relatório Brundtland, dois anos antes, ganha rapidamente força global.

O ponto vital está no desenvolvimento sustentável, construído sobre três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores: econômico, social e ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e desrespeito aos direitos humanos

Diante desse contexto, **Agroanalysis** apresenta algumas matérias instigantes para a reflexão do público leitor. O mundo colhe, nos últimos anos, safras recordes, mas o estoque de alimento declina e os preços ficam mais altos. O Brasil terá um papel de destaque entre os atores do jogo global dos alimentos, fibras e bioenergia, mas precisará ser pró-ativo na parte da construção de sua imagem e levar informação para os outros cantos externos. O País, ao longo da sua história, desenvolveu ricas experiências para a preservação de suas florestas, enquanto outros países optaram por caminhos distintos. E a China, com quantidade colossal de consumidores, defronta-se com enormes desafios no campo.

Para terminar, cabe oportunamente registrar uma honrosa homenagem à nova diretoria da Sociedade Rural Brasileira, sob a presidência do Cesário Ramalho da Silva. Uma instituição que faz parte da história da agricultura nacional, a quem desejamos sucesso nos trabalhos em 2008. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do
Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves,
Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin,
Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura
de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Tony Link Design/iStockphoto (imagem
da capa) e Getty Images (págs. 04,05,11)

Secretaria e apoio administrativo: Debora

Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e
Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.
Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.
Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-
3220, Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548,
8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.agroanalysis.com.br



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e
filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como
pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar
no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia
e Administração, bem como contribuir para a proteção
ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra
Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti
de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,
Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio
Corrêa Jr., Marcilio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Felix de Bulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrew Gray (Souza Cruz S/A), Carlos
Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida,
Domingos Bulus (White Martins Gases Industriais Ltda), Edmundo Penna Barbosa
da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Hélio Ribeiro Duarte (HSBC Investment Bank
Brasil S.A. – Banco de Investimento), Jacques Wagner (Estado da Bahia), Jorge
Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.),
Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade
Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul
Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de
Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros no Estado do Rio de Janeiro),
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Sérgio Santiago (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Gilberto Duarte Prado, Elizabeth Surreaux Ribeiro Tellechea (Refinaria
de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de
Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco
de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro
Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia
Nacional de Seguros), Pedro Freitas (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique
Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

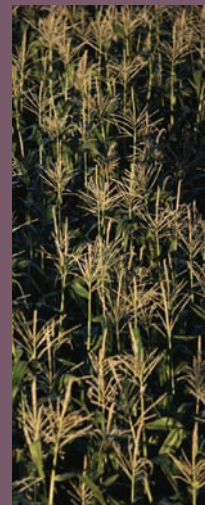
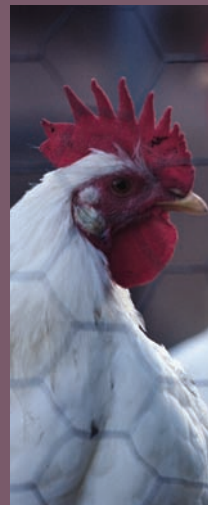
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-EAESP / FGV-SP: Francisco S. Mazzucca

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

ACESSE O SITE
www.agroanalysis.com.br
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio



Abre Aspas

6 Rui Prado

9 Macroeconomia

10 Agrodrops

Mercado & Negócios

12 Tendências

13 Pecuária

15 Couro

16 Carnes

17 União Européia

18 Safra 2007/08

19 Trabalho

20 Máquinas agrícolas

Agroenergia

22 Açúcar e álcool

Biotechnologia

24 Transgênicos

25 União Européia

Especial

E1 O papel da China no comércio agrícola mundial

Gestão

26 Associação

29 Abastecimento

31 Inovação

32 Qualiagro

Sustentabilidade

33 Comunicação

36 Florestas

38 Tira-dúvida

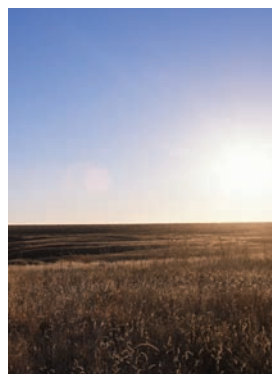
39 Legislação

41 Diário de bordo

41 Produzir

42 Opinião

Tendências



Projeções para 2017/18

Sustentabilidade



Divulgação Bunge

Road Show na Europa

Inovação



Modelo para CeT

Biotechnologia



Avanços e recuos na Europa

Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

Mato Grosso mostra sua cara ao mundo

da Redação

A LONGAR A dívida e investir em infra-estrutura. Esta é a proposta de Rui Prado, presidente da Famato, para dar fôlego à agricultura de Mato Grosso e encerrar uma crise que já está virando crônica. Médico veterinário e produtor rural, Prado, 44 anos, foi presidente da Aprosoja (2005-2007) e presidente do sindicato Rural de Campo Novo do Parecis por dois mandatos.

Em entrevista à **Agroanalysis**, Prado defendeu uma postura mais agressiva do Brasil nos fóruns internacionais. “Não temos nada a esconder. Precisamos mostrar lá fora que o agronegócio brasileiro está investindo pesado em sustentabilidade”, diz.

AGROANALYSIS O senhor esteve recentemente na Europa, acompanhando uma comitiva de Mato Grosso. Qual foi o objetivo desta viagem?

RUI PRADO A viagem foi dividida em duas etapas. Na Rússia, o foco foi o mercado de carne. Conversamos com importadores de carne bovina e com o governo. Há um interesse muito grande da Rússia em ampliar as relações comerciais com o Brasil, principalmente no que diz respeito à carne. Mato Grosso pode ser um grande exportador de carne para a Rússia. Fomos lá para conhecer a outra ponta e identificar alguns problemas. Na Rússia, por exemplo, nós soubemos que um jornal local chegou a afirmar que a carne bovina brasileira é misturada carne de macaco. Um absurdo total. Ou seja, temos que estar mais presentes nos mercados em que atuamos, não apenas para divulgar a qualidade de nossos pro-

dutores, mas para dar resposta a esse tipo de calúnia.

AGROANALYSIS Como combater calúnias desse tipo?

PRADO A melhor defesa é divulgar a qualidade dos nossos produtos, participando de feiras internacionais. Também precisamos utilizar mais os serviços das embaixadas brasileiras, que são um canal importante para a promoção dos produtos brasileiros.

“A dívida da agricultura de Mato Grosso é de cerca de R\$ 10 bilhões”

AGROANALYSIS O senhor também esteve no Parlamento Europeu. Como está o relacionamento com a União Européia?

PRADO Na visita a Bruxelas, onde estivemos no Parlamento Europeu, o foco também foi a carne, com um componente a mais, que é a questão ambiental. Nós sofremos muitas acusações de ONGs. Elas dizem que nós produzimos de uma forma ambientalmente incorreta e coisas do gênero. Mas mostramos às autoridades da União Européia que o Brasil está

atento à questão da sustentabilidade, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social. Apesar de termos vários mercados ao redor do mundo, o europeu sem dúvida é o mais importante. Em 2006, o país exportou para o bloco US\$ 2,25 bilhões em carnes. De janeiro a agosto de 2007, foram exportados US\$ 1,98 bilhão, o que representa aumento de 34,72%. A Europa serve de parâmetro para outros mercados. É importante a aproximação com os nossos clientes. Ela nós dá oportunidade de perguntar diretamente a eles o que pensam da nossa pecuária. O serviço sanitário do Brasil tem correspondido às exigências das autoridades sanitárias européias, mas temos muito ainda a fazer na área comercial. Nós não dispomos de um trabalho efetivo de marketing no mercado internacional. Só a Abiec faz este trabalho. Por falta de comunicação, ficamos sujeitos a notícias negativas na mídia, que vão desde desmatamento até trabalho escravo. Nosso maior problema é de imagem.

AGROANALYSIS O que se diz do Brasil lá fora?

PRADO Algumas ONGs alegam que o Brasil produz carne e soja dentro da floresta amazônica, mas nós sabemos que o percentual é muito pequeno. O Brasil tem leis, e os produtores estão trabalhando dentro da legalidade. Foi isto que nós mostramos ao pessoal da União Européia. Estamos praticando a sustentabilidade. O governo de Mato Grosso assinou vários protocolos e firmou pactos ambientais. Onde existe um passivo, nós o reconhecemos e buscamos corrigir.



“Algumas ONGs alegam que o Brasil produz carne e soja dentro da floresta amazônica”

AGROANALYSIS Apesar das acusações, a carne brasileira está conquistando cada vez mais mercados no exterior.

PRADO O mercado é comprador, a nossa carne é de excelente qualidade e eu não ouvi reclamações por parte dos consumidores.

AGROANALYSIS A comitiva teve algum contato com ONGs ambientalistas?

PRADO Em Paris, nós nos reunimos com várias ONGs que nos acusam e divulgam inverdades. Eles disseram, entre outras coisas, que a soja expulsou o homem do

campo, trouxe êxodo rural e outras tolices. Eles não conhecem a agricultura de Mato Grosso.

AGROANALYSIS O senhor esteve frente a frente com as ONGs?

PRADO Cara a cara. Foi um encontro muito tenso, porque tivemos que ouvir e rebater um monte de calúnias.

AGROANALYSIS É falta de informação ou má intenção mesmo?

PRADO As duas coisas. Falta de informação e uma vontade tremenda de denegrir.

O nosso trabalho hoje em Mato Grosso é um exemplo de consciência ambiental. Claro que existem problemas, mas nós queremos recuperar o que foi degradado e mal utilizado, o que comprova a nossa consciência ambiental.

AGROANALYSIS Como o Brasil pode melhorar a imagem da sua agricultura no exterior?

PRADO Precisamos viajar mais e participar de fóruns internacionais. O governador Blairo Maggi, de Mato Grosso, esteve em Bali recentemente para participar da con-



“Temos consciência de que a floresta amazônica vale mais em pé do que no chão”

ferência sobre aquecimento global. Ele mostrou o que está acontecendo em Mato Grosso. Nós estivemos na França, visitando a Spot, empresa que faz imagens de satélites. Nós estamos fazendo uma parceria para trazer a tecnologia de interpretação de imagens para o Brasil. Nossa intenção é criar um centro de excelência em Mato Grosso e acompanhar o processo de ocupação das terras.

AGROANALYSIS Como está a dívida dos agricultores de Mato Grosso?

PRADO A situação por aqui está difícil. Mesmo com a alta dos preços das *commodities* no mercado internacional, a renda dos produtores é baixa por causa do câmbio. Ou seja, continuamos no zero a zero, com elevado endividamento. Não se resolve o problema, se joga para a frente.

AGROANALYSIS Qual o tamanho da dívida?

PRADO Cerca de R\$ 10 bilhões. Como resolver isto? Alongando a dívida e inves-

tindo em infra-estrutura, o que significa construir mais estradas, melhorar as que já existem, viabilizar as hidrovias, trazer as ferrovias para cá.

AGROANALYSIS E o PAC?

PRADO Tem essa promessa do PAC. No início deste mês [dezembro], nos reunimos em Brasília com o presidente Lula, e ele disse que em março a verba para infra-estrutura será liberada. O governador Blairo Maggi, em parceria com os produtores rurais, construiu e asfaltou 2.000 km em Mato Grosso. Mas há uma série de problemas a resolver. A Ferronorte está parada no Alto Araguaia,

AGROANALYSIS Qual é a saída para o agro-negócio de Mato Grosso?

PRADO Agregar mais valor à nossa produção. Há várias plantas de frigoríficos em fase de construção e instalação. Há um investimento forte na produção de carnes e grãos. A cana, por questões

ambientais, não se expandiu. O Mato Grosso tem três biomas bem definidos: Amazônia, Pantanal e cerrado. Como o cerrado está entre a floresta amazônica e o Pantanal, tudo o que se pensar em fazer lá tem restrição.

AGROANALYSIS A agricultura ainda tem áreas a ocupar no cerrado?

PRADO Sim, mas hoje com esse problema de renda, não vejo porque agregar novas áreas. Espaço, Mato Grosso tem de sobra. O fator limitante é a falta de infra-estrutura e o problema da renda. No Pantanal, a vocação é a pecuária associada ao turismo. Nas áreas mais próximas à floresta, a lei limita o desmatamento a 20%. A proposta que o governador tem levado ao mundo é a de que Mato Grosso deve receber recursos para cuidar de suas florestas. Temos consciência de que a floresta amazônica vale mais em pé que no chão, mas isto que benefícios a quem preserva.

AGROANALYSIS Nos últimos anos, o governador Blairo Maggi adotou uma postura mais agressiva na área ambiental. A conduta trouxe resultados positivos?

PRADO Está sendo boa para o estado, porque nós não temos o que esconder. Na verdade, a postura do governador tem fortalecido a imagem de Mato Grosso. Nós cometemos alguns erros e reconhecemos isto. Mas estamos melhorando muito.

AGROANALYSIS Como está a Famato?

PRADO A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso conta hoje com 82 sindicatos. Atuamos em todas as áreas da agropecuária. A Famato hoje é a voz do produtor de Mato Grosso e o representa no governo e na sociedade. Em Mato Grosso nós temos um sistema de representação muito interessante na área do agronegócio. Há várias associações focadas em áreas específicas, como a Aprosoja, e todas elas são filiadas à Famato. ■

Macroeconomia

Cenários para 2008

Rogério Mori*

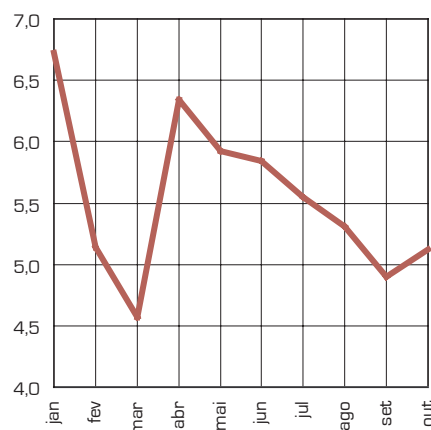
O ANO de 2007 se encerra de forma positiva no plano econômico brasileiro. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deverá se situar em torno de 5%. A inflação brasileira medida pelo IPCA deverá ficar pouco acima de 4%. As contas externas também deverão fechar de forma positiva, a despeito da trajetória da balança comercial, que revela uma dinâmica de redução mais adiante. O mesmo vale para as contas públicas, ante uma arrecadação expressiva. Esse quadro viabilizou reduções da taxa de juros para o patamar de 11,25% aa por parte do Banco Central, representando o nível mais baixo da década.

Apesar dos indicadores econômicos favoráveis neste ano, as perspectivas para 2008 se apresentam em um contexto de incertezas ligadas a alguns elementos potencialmente preocupantes.

Nesse sentido, o elemento que talvez chame mais a atenção no curto prazo diz respeito ao quadro inflacionário. Sem dúvida, ficou para trás o piso em 12 meses da variação do IPCA, e as projeções de inflação expressas no Relatório de Mercado do Banco Central para 2007 se encaminham de forma inexorável para o patamar de 4%. No ano que vem, é razoável supor que devam se mover para cima. A dinâmica da inflação de curto prazo parece estar associada a dois componentes que atuam conjuntamente. De um lado, o crescimento econômico e a expansão da renda das famílias abrem espaço para aumento de preços de vários setores. De outro, os efeitos da apreciação cambial sobre a inflação parecem ter se encerrado, o que condi-

ciona, de certo modo, a inflação em uma nova trajetória.

Resultado primário do setor público em 2007 (% do PIB, acumulado no ano)



Fonte: BCB | Elaboração: FGV-EESP/Cemap

Por essa razão, o Banco Central, dentro da sua lógica do regime de metas para inflação, manteve inalterada a meta da taxa básica de juros – Selic nas últimas reuniões do Copom. A estratégia do BC embute preocupações claras com a evolução da economia brasileira e o potencial de inflação condicionado nesse processo. Nessa ótica, o crescimento de 2007, liderado pelo dinamismo do mercado interno, aponta para preocupações em torno da sustentabilidade desse processo sem a geração de pressões inflacionárias que venham a gerar desvios da inflação em relação a meta estabelecida. Nessa temática, talvez a maior preocupação originária dessa questão venha

do lado da infra-estrutura, onde alguns pontos podem parecer críticos ante a carência de investimentos no setor nas últimas décadas.

A lógica subjacente a esse processo indica, da perspectiva atual, que a economia brasileira deverá crescer menos em 2008 relativamente a este ano. Em certa medida, as projeções de mercado já sinalizam isso ao apontar um crescimento inferior no ano que relativamente a 2007.

A evolução das contas externas também chama a atenção no contexto atual. A trajetória do saldo comercial brasileiro é claramente inversa e aponta no sentido de superávits cada vez menores daqui para frente. Isso significa que o saldo das transações correntes, afora alguma surpresa, deverá ser deficitário em 2008.

Essa parece ser uma preocupação menor ante o quadro de abundância de liquidez internacional atual e o elevado nível das reservas internacionais do País. Mas deve ser ressaltado que o cenário financeiro internacional ainda se encontra em meio a uma crise cuja solução plena ainda parece distante. Isso significa que as contas externas brasileiras começam a mostrar sinais de maior fragilidade em um momento de incerteza no quadro financeiro internacional, o que pode vir a ser um complicador mais adiante e potencial fonte de instabilidade para a economia brasileira.

Também merece ser ressaltado o desempenho recente das contas públicas brasileiras. O superávit primário acumulado entre janeiro e outubro de 2007 é superior a 5% do PIB (bem acima dos 4,8% no mesmo período do ano passado) e representa um resultado excepcional (vide gráfico). Ante esse superávit, não é sem razão que ganha força a discussão em torno da redução de contribuições federais, uma vez que os níveis da arrecadação têm se mostrado expressivos neste ano. Nessa ótica, as perspectivas para o ano que vem são de que esse resultado deverá ser inferior ao verificado em 2007. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

LUCRO NO PAPEL

Iara Venanzi



Quem disse que o computador reduziria drasticamente o consumo de papel do mundo? A julgar pelos números divulgados pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), as impressoras continuam operando a pleno vapor. O consumo de papel no mundo gira em torno de 382 milhões de toneladas, cerca de 58 quilos per capita ano.

“Até o mercado de capitais está acordando para o segmento de papel e celulose. Embora não seja uma área que esteja proporcionando ganhos rápidos e elevados, é um bom setor para ancorar a carteiras. Dá segurança e tranquilidade ao investidor, e o potencial de consumo interno de papel e celulose é muito promissor”, diz Horácio Lafer Piva, presidente da Bracelpa.

Nos próximos cinco anos, a indústria brasileira de papel e celulose planeja investir US\$ 7,9 bilhões, aumentando a sua capacidade de produção de celulose de 11,8 milhões para 17,5 milhões de toneladas por ano. A produção de papel saltará de 9 milhões para 11,5 milhões de toneladas no mesmo período.

As vendas externas de papel e celulose encerram o ano com receita de US\$ 4,7 bilhões, 16,1% superior a de 2006. Entre florestas nativas e reservas legais, o setor mantém hoje 2,8 milhões de hectares no Brasil, patrimônio valioso para um mundo ameaçado pelo aumento das temperaturas.

Receita da carne

De janeiro a outubro, as exportações de carne bovina somaram US\$ 3,7 bilhões, receita 16% superior à obtida no mesmo período de 2006. Já o volume, 2,1 milhões de toneladas, cresceu 10,5% em relação ao embarcado nos primeiros dez meses de 2006. Os resultados deixaram Pratini de Moraes, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), bastante animado. “Nossa estratégia de buscar preços melhores tem sido um sucesso”, disse ele.

Previsão unificada

A exemplo do que ocorreu na área de grãos, Conab e IBGE unificaram as pesquisas da safra de café. A primeira estimativa conjunta, referente à temporada 2008/09, será divulgada no dia 8 de janeiro de 2008. Os resultados vão levar em conta o ano civil, e não mais o ano agrícola. “A medida qualifica as informações e minimiza a possibilidade de divergência dos números utilizados pelo setor produtivo e os mercados interno e externo”, diz o diretor de Logística e Gestão Empresarial da Conab, Sílvio Porto.

Olha a ferrugem!

O primeiro foco de ferrugem asiática no Brasil na temporada 2007/08 foi descoberto em Aral Moreira, em Mato Grosso do Sul, no dia 3 de dezembro. Segundo a Fundação MS, o clima seco do início de safra retardou o aparecimento da doença este ano.

NÚMERO 1

A Coamo Agroindustrial, maior cooperativa da América Latina, estima um faturamento de R\$ 3,3 bilhões para 2007, R\$ 700 milhões a mais que em 2006.

Feira nova

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa) e a Fundação Bahia pretendem lançar este ano um novo evento de agronegócio no município de Luís Eduardo Magalhães, a 900 km de Salvador. A feira vai substituir a Agrishow LEM, que deixou de fazer parte do calendário da Abimaq. O evento vai reunir fabricantes e revendas de máquinas, implementos e insumos agrícolas.

EM BALI



“A Amazônia é a grande vítima da mudança climática e não a sua causadora”

Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada na Ilha de Bali (Indonésia), em dezembro.

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

Negócios natalinos

Às vésperas do Natal, Perdigão e Sadia estão a pleno vapor. A Perdigão anunciou a compra da Plusfood Group por 31,2 milhões de euros, enquanto a Sadia inaugurou uma fábrica em Kaliningrado, na Rússia. O negócio da Perdigão depende ainda da aprovação da autoridade alemã de defesa da concorrência. A Plusfood tem fábricas na Holanda, Romênia e Reino Unido. Para abrir a fábrica na Rússia, a Sadia se juntou à Miratorg Holdings, uma das maiores produtoras de alimentos processados de carne do país.

MELHORES CAFÉS



A Câmara Setorial do Café lançou a 5ª Edição dos Melhores Cafés de São Paulo – Safra 2007. São 11 marcas que chegam ao mercado em embalagens sofisticadas, de 250 gramas, em edição limitada e numerada, produzidas pelas torrefadoras com os grãos vencedores no 6º Concurso Estadual de Qualidade do Café de São Paulo.

SAFRA MUNDO

221,59 milhões de t

é a estimativa do USDA para a colheita mundial de soja em 2007/2008, resultado

5,9%

inferior à produção em 2006/2007

FIM DA CPMF



O Senado rejeitou a prorrogação da CPMF. Para os produtores rurais, não deverá haver impacto em 2008.

Dos cerca de 40 bilhões de reais que o governo deixará de arrecadar, cerca de 2% do PIB, uma parte será recuperada com o aumento de arrecadação em função de grande crescimento da economia. O restante virá da não-implementação de algumas isenções fiscais que seriam anunciadas para a indústria e da pequena redução no superávit primário, combinadas com a redução de alguns gastos do governo. Portanto, o setor agropecuário deve sair ileso.

INVASÃO DA CANA

A cana-de-açúcar está chegando a Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde há projetos para instalação de um grande número de usinas. A informação é de Manoel Bertone, secretário de Produção e Agroenergia do MAPA. Segundo Bertone, na safra 2009/2010 São Paulo terá 20 novas usinas.

Campeão do frango

Dados do IBGE mostram que o Paraná liderou a produção de carne de frango em 2006, com quase 20% do total brasileiro, estimado em 161,014 milhões de aves. Os números constam da pesquisa Produção da Pecuária Municipal 2006, divulgada em dezembro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DESCONFIANÇA GLOBAL

Pesquisa realizada pela organização internacional IUCN (União Mundial pela Conservação) com 1.000 tomadores de decisão (governo, ONGs e setor industrial) constatou uma baixa confiança nos biocombustíveis como medida para enfrentar o aquecimento global. Divulgada em Bali, na Indonésia, durante a reunião da Convenção do Clima da ONU (UNFCCC) no início de dezembro, a pesquisa mostrou que as bicicletas são consideradas mais confiáveis.

Das 18 soluções tecnológicas listadas pela pesquisa, a que obteve menor taxa de confiança (21%) foi a produção de biocombustíveis a partir de cana-de-açúcar, milho ou soja, os chamados “biocombustíveis de primeira geração”. Já a “segunda geração” de biocombustíveis, produzidos a partir de celulose, foi mais bem aceita (43%). Os destaques, porém, foram a energia solar e a energia eólica.

Tendências

Projeções para 2017/2018

José Garcia Gasques
Eliana Teles Bastos

O MINISTÉRIO da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) atualizou as projeções do agronegócio para os próximos dez anos. É um trabalho sobre o qual não se tem muita experiência no Brasil. Seus resultados são inéditos e muito úteis para discutir sobre o futuro da agricultura brasileira.

A base de dados utilizada em geral é da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, mas foram utilizadas outras fontes complementares como o IBGE, FGV, MAPA e USDA.

É preciso cuidado na interpretação dos números porque os intervalos de confiança estão relativamente elevados. Nas carnes bovina e suína passam de 90%.

Projeções de produção

- O maior aumento deverá ocorrer no etanol. Entre os produtos agrícolas com os maiores acréscimos projetados estão o algodão, milho e trigo. São também elevados os acréscimos em feijão, açúcar e soja;
- A produção de arroz, feijão, milho, soja e trigo são de 127 milhões de toneladas. Em 2017/18, essa quantidade poderá atingir 161,5 milhões de toneladas. Mas há um potencial de produção que poderá atingir 227,3 milhões de toneladas;
- Entre as proteínas de origem animal, o maior crescimento da produção é esperado para o frango. Em 2017/18 a produção de aves, frango e suínos tem potencial para 38,8 milhões de toneladas. O leite deverá ter acréscimo de 24%.

Projeções de área

- O aumento da produtividade será o fator decisivo para os aumentos de produção nos próximos 12 anos. O

aumento total projetado de área das principais lavouras é de 17,6%.

- A liderança na ocupação de novas áreas deve ocorrer na cana de açúcar, com aumento esperado de 66,6%. Em 2017/18 a área necessária para a produção de açúcar e álcool será de 10,3 milhões de hectares. Representa um acréscimo de 4 milhões de hectares em relação à área atual, que é de 6,2 milhões de hectares.
- Há alguns produtos, como o milho, que poderão ter acréscimos muito maiores que a projeção que estamos usando. A área projetada do milho para 2017/18

é de 14,5 milhões de hectares. Porém, esse valor poderá atingir 19,2 milhões de hectares de área plantada.

Projeções de exportação

- Acentuado dinamismo no algodão, milho, soja, açúcar e etanol. Esses produtos deverão liderar o crescimento das exportações nos próximos anos. Embora haja diversos fatores definindo o crescimento, dois são os mais decisivos: a pressão dos biocombustíveis e os preços favoráveis no horizonte estudado.
- As projeções revelam acréscimos de 60,6% nas exportações de milho, o que corresponderia a passar de 7.500 mil toneladas exportadas em 2006/07 para 12 milhões em 2017/18. Muito expressivos são também os acréscimos do açúcar, 59,9% e de 222,9% no etanol.
- As carnes bovina, de frango e suína apresentam projeções elevadas de crescimento das exportações. O volume pode chegar a 9,9 milhões de toneladas, com potencial para 13,3 milhões de toneladas. ■

* Assessoria de Gestão Estratégica

Brasil: projeções da pecuária para 2017/18

| Produto | Produção * | | Exportação * | |
|-----------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2006/07 | 2017/18 | 2006/07 | 2017/18 |
| Carne de frango | 9.821 | 14.414 | 2.984 | 4.467 |
| Carne bovina | 10.630 | 13.976 | 2.265 | 4.473 |
| Carne suína | 2.973 | 3.717 | 499 | 971 |
| Total | 23.424 | 32.107 | 5.748 | 9.911 |
| Leite ** | 26.675 | 33.089 | - | - |

* mil toneladas ** milhões de litros Fonte: MAPA

Brasil: projeções da produção agrícola para 2017/18

| Produto | Produção (mil toneladas) | | Área plantada (mil hectares) | | Exportação (mil toneladas) | |
|----------------|-----------------------------|---------|---------------------------------|----------|-------------------------------|---------|
| | 2006/07 | 2017/18 | 2006/07 | 2017/18 | 2006/07 | 2017/18 |
| Algodão | 2.292 | 3.507 | 1.088,7 | 1.117,5 | 470 | 910 |
| Arroz | 11.269 | 13.134 | 2.967,3 | 2.281,6 | - | - |
| Feijão | 3.324 | 3.874 | 4.179,0 | 3.832,4 | - | - |
| Milho | 51.064 | 64.122 | 13.836,4 | 14.531,6 | 7.500 | 12.043 |
| Soja | 57.551 | 75.348 | 20.639,5 | 25.693,6 | 25.200 | 35.248 |
| Trigo * | 4.128 | 5.036 | 1.758,0 | 2.405,8 | 7.933 | 8.705 |
| Cana | - | - | 6.163,0 | 10.270,0 | - | - |
| Café | 42.512 | 39.110 | 2.322,0 | 2.145,6 | 26.500 | 29.112 |
| Açúcar | 30.708 | 43.213 | - | - | 19.550 | 31.266 |
| Etanol ** | 18.891 | 41.629 | - | - | 3.497 | 11.292 |
| Farelo de soja | 22.785 | 27.271 | - | - | 12.700 | 13.784 |
| Óleo de soja | 5.586 | 6.717 | - | - | 2.200 | 2.613 |

* importação ** milhões de litros Fonte: MAPA/AGE

Pecuária

A indústria de suplementos

Marcos Sampaio Baruselli*

A ATIVIDADE pecuária no Brasil vem apresentando um crescimento extraordinário há alguns anos, com elevação não somente dos índices de produtividade dos rebanhos, mas também da qualidade da carne e leite produzidos. Basta observar a produção de carne vermelha no Brasil, que saltou de 6.650 toneladas de equivalente carcaça produzidas em 2000 para 8.950 toneladas produzidas em 2006, um crescimento de 36 % no período, segundo o MAPA.

Vários fatores tem impulsionado o crescimento da pecuária, entre eles o manejo racional, o eficiente controle sanitário, o avanço da genética e, paralelamente, o setor da indústria de suplementos minerais, que está se especializando cada vez mais na busca de tecnologias inovadoras e soluções em nutrição animal.

O ex-ministro Roberto Rodrigues cita, em artigo publicado recentemente na *Folha de S.Paulo* que “*é a tecnologia que reduz os custos, aumentando a qualidade e a produtividade, colocando o produto ao alcance do gosto e do bolso do consumidor*”.

É importante citar que o crescimento sustentável da pecuária nacional depende, nos novos tempos, mais que nunca, do respeito ao meio ambiente e, principalmente, do respeito aos consumidores de carne e leite por meio da preservação da sua saúde.

Essa é uma das razões da necessidade de se produzir e ofertar ao mercado suplementos minerais cientificamente equilibrados, com alta tecnologia e por meio de eficientes controles de qualidade, com ética, e garantia de segurança ao consumidor.

Com o objetivo básico de garantir a produção de produtos seguros para

a alimentação animal, o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) em conjunto com as associações Asbram e Andifós e com o Ministério da Agricultura, elaborou o programa Feed & Food Safety, reconhecido e aceito por clientes e entidades no mundo que se relacionam com a indústria brasileira.

Com o início do processo de certificação da indústria nacional de suplementos, ganha toda a cadeia, ao adquirir maior confiabilidade e elevando o padrão e a segurança dos produtos.

Na atual situação em que vive da pecuária nacional, a suplementação mineral correta apresenta-se como uma tecnologia fundamental para o desenvolvimento sustentável da pecuária, pelo simples fato de gerar benefícios econômicos.

Segundo pesquisas do professor Sergio de Zen, do Cepea/USP, o uso de suplementos minerais promove uma significativa evolução do lucro por hectare das fazendas, devido, basicamente, ao aumento da produtividade do rebanho. A pesquisa realça, ainda, que, na ausência de suplementação mineral, há uma forte perda de competitividade do setor ante outras atividades agropecuárias.

Sabe-se que o uso correto da suplementação mineral é fundamental para ganhos futuros na atividade pecuária, razão pela qual o insumo deve ser avaliado pelo produtor rural dentro da ótica da relação custo/benefício, e não somente como mais uma despesa da fazenda. Não utilizar suplementos minerais para bovinos em regime de pasto, alegando redução de despesas, significa perda da eficiência econômica da atividade pecuária.

Particularmente em 2007, o setor de suplementos minerais está enfrentando pressões nos preços das matérias-primas devido ao grande crescimento da agricultura que está ávida por fertilizantes. Vários insumos empregados na produção de fertilizantes são os mesmos empregados pelo setor de suplementos minerais e, devido à grande procura por parte da agricultura, os insumos, como o ácido fosfórico e a uréia, estão com os preços elevados no mercado internacional. Um dos problemas para a pecuária é que a arroba bovina não varia de preço com a mesma amplitude dos preços dos grãos. Contudo, as perspectivas da indústria de suplementos minerais continuam sendo de crescimento, uma vez que para o desenvolvimento de uma pecuária de qualidade e sustentável, seu uso correto faz-se cada vez mais necessário. De acordo com dados da Asbram – Associação Brasileira das Indústrias de Suplementos Minerais –, o volume comercializado de suplementos para a pecuária no ano de 2006 foi superior a 1 milhão de toneladas. Essa quantidade de suplementos é suficiente para suplementar corretamente mais de 80 milhões de bovinos por ano em todo o território brasileiro.

Para finalizar, lembramos a missão da Asbram:

“Incentivar, por meio de todos os meios apropriados, o uso de suplementos para a nutrição animal, demonstrando a importância de sua utilização correta, visando à melhoria dos níveis da produção agropecuária e a qualidade de seus produtos, de forma ética e profissional”. ■

* Zootecnista, diretor da Asbram e gerente de Relações Institucionais da Tortuga – SP

Pecuária

Internacionalização da carne bovina

A DEMANDA da União Européia por carne bovina tende a aumentar nos próximos anos. Com a reforma política integrada do bloco de 2003, de redução dos subsídios, os criadores europeus reduziram a produção. Existem ainda problemas de baixa disponibilidade de terras e escassez de ração

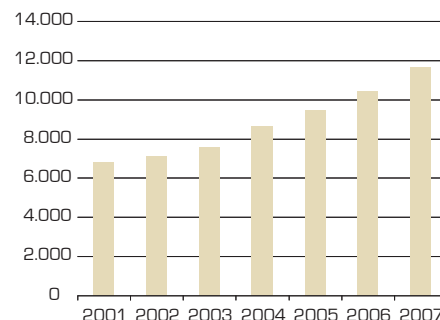
Hoje, o Brasil representa dois terços de todas as compras de carnes do bloco, mas deve avançar ainda mais. Em 2006, o negócio movimentou US\$ 1,5 bilhão e representou 38,5% da carne exportada pelo Brasil. Há anos a UE compra carne brasileira acima da cota estabelecida, de apenas cinco mil quilos, mas aplica ta-

rifas de 76,9% a 148,3% sobre o volume excedente.

Um dos pontos críticos está na questão sanitária. Em março, missão do Departamento de Alimentação e Veterinária da UE (FVO, na sigla em inglês) detectou deficiências no sistema de controle de qualidade da carne exportada brasileira. Foram feitas algumas exigências de providências ao governo brasileiro. Agora, em novembro último, uma nova missão veio visitar fazendas, abatedouros e centros de certificação, de modo a inspecionar toda a cadeia produtiva.

O item mais complicado diz respeito ao sistema de rastreamento, de modo a

Brasil: exportação de carne bovina (mil toneladas)



Fonte: MAPA. Projeção para 2007.

assegurar que a carne enviada à Europa é proveniente de gado criado em zonas livres de febre aftosa, e não em áreas banidas, como Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Bruxelas coloca como meta o rastreamento de 40 milhões de cabeças de gado mas, até meados de outubro, apenas 10 milhões eram submetidas ao controle.

Novos tempos

Com os embarques crescentes e os preços favoráveis no mercado internacional, os frigoríficos viveram um período de “vacas gordas”, desde 2004 até a entressafra deste ano, quando veio a alta no preço da arroba do boi. Houve um intenso abate de fêmeas, de modo a reduzir a oferta de bovino no presente. Essa virada de ciclo deve persistir por dois a três anos. É o tempo para o nascimento e desenvolvimento do bezerro, com intenso ganho de produtividade e redução da idade média dos animais para engorda via confinamento. A reação dos preços foi violenta e alcança o maior valor a partir do Plano Real.

Na história mais recente da pecuária de corte, com a consolidação de grandes frigoríficos, vem à baila a questão da cartelização do setor. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou as empresas Mataboi, Bertin, Franco Fabril e Minerva a pagar uma multa equivalente a 5% do faturamento bruto do exercício de 2004. O motivo é a combinação, em janeiro de 2006, dos valores de desconto para a compra de bovinos. Por falta de prova ficaram fora os frigoríficos Boicharque, Friboi, Estrela d'Oeste, Boifra, Tatubi e Independência. Novos capítulos virão. ■

COTA HILTON

Negociada nos anos 80 na Rodada Uruguai do Gatt, é uma compensação da União Européia a alguns países com histórico de venda à região, entre eles Argentina, Brasil e Uruguai. Por esse sistema, os exportadores podem vender cortes nobres no mercado europeu, livres de barreiras, por um preço que varia de US\$ 10 mil a 13 mil a tonelada, o dobro do que se paga pela carne fora da cota. Atualmente, apenas 5 mil toneladas de carne bovina brasileira podem ser comercializadas com a UE a tarifas mais baixas. Para a Argentina, o volume, de 28 mil toneladas, é o maior percentual da cota, de 58,1 mil toneladas. A carne vendida para a UE pode ter uma taxa de até 174%. Na cota, a tarifa é de 20% sobre o valor. Mas, os frigoríficos brasileiros avançam cada vez mais no mercado argentino de

carne bovina. Junto com outros gigantes estrangeiros do setor, como Cargill e Tyson Foods, são donos de quase metade das exportações e de 40% da cobiçada Cota Hilton dos argentinos, segundo o Consórcio de Exportadores de Carnes da Argentina. A aquisição dos frigoríficos no país deu aos brasileiros e americanos acesso a pouco mais de 10 mil toneladas da Cota Hilton da Argentina. Segundo o Consórcio de Exportadores, estes são os cinco maiores frigoríficos da Argentina, com quase a metade das exportações de carne: Swift Armour, que pertence ao brasileiro Friboi, o Finecor (Cargill), Carnes Pampeanas (Tyson Food), o AB&P e o Quickfood. Até julho deste ano, a Argentina exportou 237,5 mil toneladas de carne, com uma receita de US\$ 705 milhões.

Couro

Sanidade, visto para a pecuária brasileira

Paulo Reimann*

EMBARGO levantado pelos países da União Européia (UE) à carne brasileira no final de 2007 merece ser cuidadosamente analisado por todos os integrantes da cadeia produtiva da pecuária, para preservar as reconhecidas vantagens comparativas que o Brasil detém nesse campo e a própria posição de liderança internacional no mercado internacional.

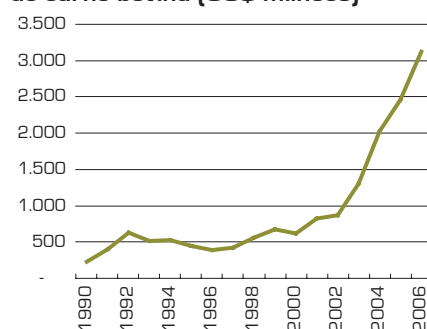
É lícito considerar que a atitude da União Européia foi motivada, em grande parte, por componentes políticos. O Brasil, como se sabe, é não apenas o maior exportador mundial de carnes (bovina, de aves e suína), com embarques que devem somar mais de US\$ 6 bilhões, mas também é o maior provedor de carne bovina do mercado europeu, motivando a pressão de produtores ingleses e irlandeses, em particular.

Não deixa de ser irônico o fato de que as maiores resistências em relação à carne brasileira sejam articuladas pelo Reino Unido, país que enfrentou três casos de febre aftosa no segundo semestre de 2007, ocasionados pelo escape do vírus da doença de laboratório encarregado de produzir vacinas – um clamoroso e grave erro de procedimento sanitário!

O lobby dos pecuaristas europeus, entretanto, deve ser contextualizado. Isso porque, amplificadas ou não, as deficiências no controle sanitário brasileiro apontadas pelo comissário de Saúde da Comissão de Agricultura da União Européia, Markos Kyprianou, não podem ser ignoradas, sob pena de perdermos mercados, negócios e investimentos.

Um exemplo claro desse risco foi evidenciado em dezembro de 2007, quando a Sadia, um dos maiores frigoríficos brasileiros, foi forçada a adiar a decisão sobre o local

Evolução das exportações brasileiras de carne bovina (US\$ milhões)



Fonte: Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

onde seria construído seu segundo frigorífico para abate de bovino – um investimento de R\$ 100 milhões – por conta do ambiente de incerteza provocado pela expectativa de imposição de restrições à carne bovina brasileira pela União Européia.

A deficiência dos sistemas de controle sanitário, infelizmente, não está restrita ao segmento da carne bovina. Ainda está fresco na memória dos consumidores brasileiros o escândalo da adulteração do leite longa vida, anabolizado com soda cáustica e água oxigenada. Nos últimos quatro anos, 324 abatedouros foram autuados por excederem o limite de água nos frangos congelados.

Situação similar pode ser constatada no segmento de produção de gelatina, produto obtido a partir do processamento do colágeno bovino. Maior produtor e exportador de gelatina do planeta, com embarques da ordem de R\$ 300 milhões anuais, o Brasil construiu sua posição de liderança internacional nesse terreno capitalizando nossas notórias vantagens comparativas, a começar pela abundância de matéria-prima, assegurada pela condi-

ção de determos o maior rebanho bovino comercial do planeta.

Contamos ainda com fartura de terras, profusão de águas e sol, muito sol, durante o ano todo. Finalmente, o nível tecnológico das indústrias de produção de gelatina instaladas no Brasil é de classe mundial – o padrão de excelência das fábricas que aqui operam é confirmado por sucessivos registros de patentes internacionais.

Essa incomparável riqueza, entretanto, é constantemente ameaçada pela ação de empresas piratas – os chamados raspadores de couros – que, operando ao arrepio da lei e sob as mais precárias condições de higiene, e mesmo trabalhistas, colocam em risco a imagem e a própria sobrevivência das empresas que atuam de forma regular, gerando empregos, divisas e riquezas para o País.

A atuação das empresas piratas precisa ser fiscalizada com o maior rigor para preservar o patrimônio e a posição de liderança que o Brasil ostenta no segmento. Nesse sentido, uma proposta recentemente sugerida por técnicos e especialistas merece consideração, ou seja, a escalação de veterinários itinerantes, no lugar dos “residentes”, para a condução dos trabalhos de fiscalização de produtos animais, dentro do âmbito do Serviço de Inspeção Federal (SIF). O novo modelo pode oxigenar a atividade de fiscalização sanitária, reforçando as ações em curso para aperfeiçoar o Serviço Nacional de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov), articuladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). ■

* Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Gelatina

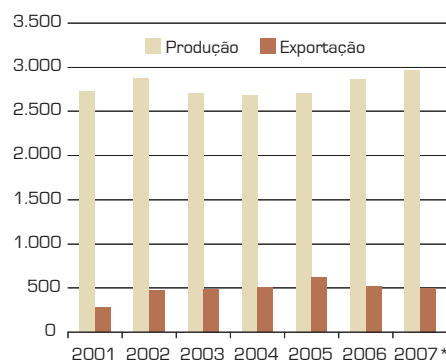
Carnes

Suspenso o embargo russo

PASSADOS QUASE dois anos e dois meses do foco de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, o Brasil finalmente derrubou o último grande embargo às suas carnes devido à ocorrência da doença. O setor mais prejudicado foi a suinocultura, com perdas equivalentes a quase um ano de exportações. A Rússia volta a comprar carnes brasileiras. Além do estado contaminado, o retorno favorece Santa Catarina e Paraná, respectivamente, os maiores produtores nacionais de suínos e frangos.

Desde 2005, as exportações estavam suspensas para Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas e sul do Pará.

Brasil: produção e exportação de carne suína (mil toneladas)



Fonte: MAPA
* Projeção

A Rússia responde por 70% da compra de carne suína brasileira e 15% da bovina. O Brasil deixou de vender ao redor de 20 mil toneladas de carne suína por mês, que, em valores do ano passado correspondem a US\$ 950 milhões, perto do volume comercializado pelo País com o exterior em 2006, US\$ 1 bilhão.

Até outubro de 2005, quando surgiram os focos de febre aftosa que provocaram as restrições, o mercado russo representava 80% das exportações de suínos do Paraná: 6 mil toneladas mensais ou US\$ 15 milhões. De bovinos, os russos compravam 40% da exportação – 1.500 toneladas mensais ou US\$ 2,5 milhões. O Paraná foi embargado porque foram encontrados no estado animais contaminados.

Maior produtor nacional de suínos, com 45% de participação, Santa Catarina exportava 70% da sua produção. Em 2005, o estado vendeu para a Rússia 17 mil toneladas, ou US\$ 40 milhões. Naquela época, o preço do suíno ao produtor estava em R\$ 2,50 por quilo vivo. Atualmente, é de R\$ 2,10. Com o embargo, a suinocultura passou por uma severa crise. Agora, o setor terá de passar por uma fase de transição para voltar ao que era.

De um modo geral, a decisão favorece a condição brasileira no mercado internacional. No ano passado, as vendas de carnes brasileiras (bovina, suína e de frango), para 180 países, renderam US\$ 12 bilhões. O comércio de carnes do País cresce expressivamente a 20% ao ano.

Os problemas com a Rússia foram superados após seis meses de negociações com o MAPA, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária. Para serem liberadas a vender carnes, as plantas frigoríficas exportadoras são auditadas por equipes de fiscalização do MAPA.

O mercado de suíno vivo segue em contínuas altas desde maio deste ano e já alcançam o maior patamar, de outubro de 2005. Esse cenário está atrelado à menor oferta de animais em relação à demanda. Mas, a valorização dos grãos, especialmente milho, constitui um empecilho para melhores resultados aos produtores do animal com a demanda mais aquecida do final do ano. ■

Novas exigências

A Rússia reconheceu os avanços do controle sanitário animal exercido no Paraná, durante a visita de uma missão de veterinários daquele país ao estado, em setembro deste ano. A primeira providência adotada pelos veterinários russos foi a liberação dos embarques de carnes para a Rússia, pelo Porto de Antonina, em Paranaguá, em contêineres abertos.

Antes do embargo, os embarques de carnes no porto só podiam acontecer em contêineres fechados. Isso aumentava muito os custos da operação e tornava inviável o acesso ao porto por indústrias de porte médio e pequeno.

A reabertura do mercado russo para as carnes bovina e suína implicará novas exigências por parte da Rússia para os produtores nacionais. As unidades habilitadas a exportar carne para processamento terão de atender às mesmas exigências daquelas para exportar carne diretamente para o varejo, bem mais rigorosas.

Por isso, os produtores que exportam carne para a indústria terão de ser novamente habilitados pelos órgãos de defesa sanitária dos dois países. As unidades liberadas para exportar para o varejo antes do embargo, imposto devido aos casos de febre aftosa em 2005, poderão retomar os embarques sem novas inspeções.

Os produtores brasileiros terão de emitir um certificado sanitário internacional em papel-moeda e enviar a carne diretamente da indústria para os portos, sem passar por territórios não liberados pela Rússia. Também será exigido o uso de embalagens individual com informações sobre a procedência dos produtos.

União Européia

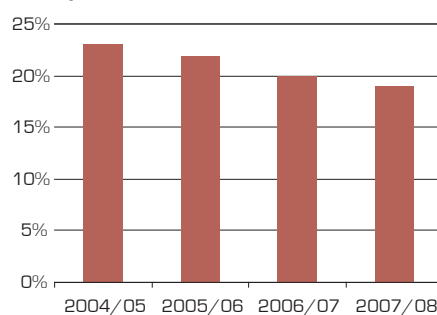
Plano polêmico de política agrícola

A UNIÃO Européia (UE) lançou no mês passado o plano de “modernização” da Política Agrícola Comum (PAC). É uma série de propostas para aproveitar a conjuntura de matérias-primas a preços altos no mundo e cortar os subsídios aos grandes produtores europeus. As principais iniciativas apresentadas pela Comissão Européia (CE) foram eliminação progressiva do sistema de cotas de produção de leite; suspensão do plano de abandono de cultivos; fim da garantia de preços para os cereais; corte das ajudas individuais.

As propostas fazem parte de um “choque médico da PAC” para aprofundar a reforma da Política Agrícola da UE de 2003, quando as ajudas aos agricultores deixaram de estar ligadas aos seus volumes de produção, e passaram a considerar o percentual ligado à quantidade produzida e também à superfície cultivada.

A medida mais explosiva é a redução progressiva dos subsídios concedidos às grandes propriedades, quando superarem a renda de 100.000 euros anuais (cer-

União Européia: relação entre estoque e consumo



2007 e 2008 (estimativas)
Fonte: FAO

ca de US\$ 147 mil). Hoje, cerca de 80% das ajudas da UE vão parar nas mãos de 20% de produtores.

Grandes proprietários de terra do Reino Unido (como a rainha Elizabeth 2ª e o príncipe Charles) e as gigantescas cooperativas agrícolas da Alemanha, herdadas da ex-RDA comunista, além da República Tcheca e da Dinamarca, serão afetados. Certamente, não demoraram a aparecer reações hostis da Alemanha e da

Grã-Bretanha, que já haviam bloqueado a primeira tentativa, em 2002, de limitar os subsídios a 300.000 euros,

O ministro alemão da Agricultura, Horst Seehofer, advertiu para as consequências “catastróficas” no Leste do país. E, segundo um diplomata britânico, em Bruxelas, Londres continuará contra a medida. A outra proposta polêmica da Comissão é o fim dos preços garantidos para os produtores da maioria dos cereais.

O mecanismo de intervenção deve recuperar seu objetivo inicial de proteger os agricultores em caso de queda livre dos preços e deixar de ser utilizado de maneira sistemática, segundo Bruxelas. Na mesma sintonia, a Comissão propõe a “abolição” do abandono de cultivos na UE, no atual contexto mundial de forte demanda agrícola, que torna obsoleta a medida destinada a reduzir a produção.

A comissária para a Agricultura, Mariann Fischer Boel, também quer estender o “desdobramento” das ajudas aos agricultores nos países que decidiram manter uma relação entre produção e apoio estatal em certos ramos da agricultura, como a França. Além disso, Fischer Boel propõe a revisão do modo de concessão de subsídios fixos aos agricultores, deixando para trás a base de rendimento histórico de cada produtor, para adotar um critério mais uniforme, como a superfície cultivada.

A sexta iniciativa é a redução progressiva, até seu desaparecimento em 2015, das cotas de produção de leite, no momento de escassez do produto, que eleva os preços de alguns derivados, como manteiga, queijo e iogurte. Adotadas na reunião semanal do Colégio de Comissários, as iniciativas abrem um período de consultas com os países membros da UE e com os setores envolvidos, o que promete ser muito complicado e deve se transformar numa série de iniciativas legislativas em 2008.

O objetivo final é adotar as medidas até o fim do próximo ano, quando a França, primeira potência agrícola européia e grande beneficiária da PAC, assumirá a presidência rotativa do bloco. ■

UE deve eliminar impostos sobre importação de cereais

A Comissão Européia (CE) acaba de propor a suspensão, até julho de 2008, das tarifas de importação de cereais para a União Européia (UE), uma medida que busca dar resposta à grande demanda e à alta dos preços desses produtos. Trata-se de uma reação à situação excepcionalmente tensa nos mercados mundiais e comunitários dos cereais e aos preços recordes alcançados.

Será necessária a aprovação dos 27 membros da UE antes de ser colocada em prática. As tarifas alfandegárias da UE sobre os cereais vão de 1,9 a 16 euros por tonelada segundo o produto, ou seja, uma cifra inferior aos 10% de seu preço no mercado.

A colheita européia de 2006/2007, de apenas 266 milhões de toneladas, foi inferior ao esperado devido às más condições meteorológicas. Calcula-se que a colheita de cereais de 2007 será até menor que a do ano anterior.

Safrá 2007/08

Dívida e crédito

DIANTE DAS forças contrárias e de resistência ao projeto de lei que previa o alongamento de R\$ 70 bilhões das dívidas por até 30 anos, as lideranças da agricultura agora negociam com o governo medidas consideradas mais palatáveis, de modo a assegurar um novo pacto dos débitos.

As medidas sob avaliação do governo federal incluem a:

- Rolagem de R\$ 9 bilhões em dívidas de custeios já prorrogados das safras 2003/04, 2004/05 e 2005/06;
- Repactuação de R\$ 16 bilhões em programas de investimentos vencidos ou a vencer.
- Solução para cerca de R\$ 15 bilhões em débitos de programas de refinanciamento criados a partir de 1995, como a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop).

Parlamentares ruralistas, especialistas em endividamento e membros dos Ministérios da Agricultura e da Fazenda discutem a nova proposta de acordo. As propostas foram divididas em grupos de devedores, como nos casos:

- Das dívidas derivadas de custeios antigos, cujos saldos têm sido prorrogados sem alteração dos juros. Poderia haver recálculo sem a aplicação de encargos de inadimplência, mora, multas, taxas e honorários advocatícios. O recálculo seria limitado a 30 de junho deste ano. Após essa data, os débitos, já sem as chamadas "gorduras indevidas", seriam rolados por até sete anos a taxas de 6,75% ao ano. Haveria um prazo de carência até

outubro de 2009 e a aplicação de um desconto de 50% nos juros em casos de liquidação antecipada das operações renegociadas. As dívidas já vencidas seriam roladas por até dez anos e respeitariam cálculos sobre a capacidade de pagamento do produtor.

- Dos programas de investimentos, com aplicação das mesmas regras dos custeios antigos. Mas também haveria um bônus de equalização de taxas de juros de 15% sobre o saldo devedor e aplicado nas parcelas em todas as dívidas com juros acima de 8,75%. Estima-se que os débitos estejam divididos em R\$ 10 bilhões no Moderfrota, outros R\$ 3 bilhões no Finame Agrícola e cerca de R\$ 3 bilhões nos demais progra-

mas de investimentos, como Moderaagro, Moderinfra e Prodecoop.

- Dos programas de refinanciamento das dívidas criados a partir de 1995. Nos débitos de securitização, haveria o recálculo sem encargos e o alongamento a juros de 3% ao ano com prazo até 2025 para pagar. Haveria carência até 2009 e bônus de 30% nas dívidas originais de até R\$ 50 mil e de 15% em débitos acima desse valor. Também haveria bônus adicional para produtores adimplentes e por regiões. Estuda-se usar a Selic como um desconto sobre as parcelas anuais das dívidas. Há a possibilidade de extinguir a indexação pelos preços mínimos.
- Do Pesa, em que poderia haver um recálculo sem encargos, mas com redução de cinco pontos percentuais e a limitação do IGP-M a 0,75% ao mês. O pagamento dos juros vencidos seria dividido em até 19 anos, com um prazo de carência até 2009. Os juros seriam de 3% ao ano e haveria um bônus adicional para adimplentes e por regiões. A utilização do desconto da Selic sobre as parcelas anuais também seria aplicado nessas dívidas. ■

Tomada de financiamento

O crédito rural para custeio, comercialização e investimento para a agricultura empresarial na safra 2007/08, entre julho e outubro deste ano, traz alguns indícios interessantes. O valor liberado, de R\$ 19,5 bilhões, supera em 28% o da safra passada, de 15,7 bilhões.

A tendência de concentração dos desembolsos, para custeio e comercialização, a taxas controladas, continua forte e responde por 84% do total liberado. De um total contratado de R\$ 17,85 bilhões, foram liberados R\$ 15 bilhões de crédito rural só para custeio e comercialização a juros controlados.

Um dos estímulos à contratação de crédito rural a juros controlados foi a redução da taxa de juros, a partir do ano safra 2007/08, de 8,75%, taxa praticada desde a safra 1998/99, para 6,75% ao ano. O crédito rural para investimento aumentou 18%, passando de 1,4 bilhão, entre julho e outubro de 2006, para 1,65 bilhão, no mesmo período deste ano.

Apesar do aumento, os níveis de investimento com recursos do crédito rural correspondem a 75% e a 59% das aplicações observadas em igual período nas safras 2003/04 e 2004/05, quando foram liberados, respectivamente, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 2,8 bilhões. Ainda assim, mesmo com o processo de discussão sobre endividamento em curso, percebe-se uma clara retomada dos investimentos por parte dos produtores rurais. Existe motivação pelas boas perspectivas dos mercados interno e externo de produtos agrícolas.

Trabalho

Corte de cana

A TAXA anual de mecanização aumenta por três razões, pelo menos: econômica, legal e social. O uso de máquinas otimiza a produção e substitui o pagamento de mão-de-obra. Uma colheitadeira substitui o trabalho de cem cortadores de cana. A produção cresce e o número de trabalhadores rurais diminui. Por sua vez, leis foram criadas para extinguir a colheita manual.

Brasil: emprego e produção na cana-de-açúcar

| | | Produção de cana |
|------|---------|--------------------------|
| 1981 | 625 mil | 156 milhões de toneladas |
| 2004 | 424 mil | 415 milhões de toneladas |

Fonte: Pesquisa Esalq

O setor sucroalcooleiro tem absorvido cortadores de cana em algumas funções dentro da cadeia, como tratorista ou operador de caldeira de usina, mas a grande massa de trabalhadores – muitos analfabetos – ficará desempregada.

A mecanização desemprega e atinge justamente as pessoas sem escolarização, que não conseguem ser absorvidas por outras formas de trabalho. São necessárias políticas públicas para absorver essas pessoas, mas até agora há poucas iniciativas desenvolvidas conjuntamente.

Caminho sem volta

No estado de São Paulo, em protocolo firmado entre usineiros e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em maio deste ano, antecipa-se para 2014 o fim da profissão de cortador de cana. Antes, o prazo final era

2031, imposto por lei estadual criada para eliminar gradativamente as queimadas de cana, feitas geralmente à noite, necessárias para viabilizar o corte manual.

Nos últimos anos, aumentou a cobrança pelo cumprimento das normas trabalhistas no campo, principalmente após a morte de 21 bóias-frias, desde 2004, supostamente por excesso de esforço no trabalho.

Força-tarefa formada pela Procuradoria do Trabalho e pela Subdelegacia do Trabalho, com apoio da Polícia Civil, fez várias *blitzen* em canaviais e alojamentos de bóias-frias no estado em busca de irregularidades trabalhistas, tais como a falta de registro, a não-utilização de equipamentos de proteção, jornada irregular e alojamentos precários. Grande parte dos trabalhadores sem formação é migrante, principalmente da Região Nordeste e do Vale do Jequitinhonha (MG).

Segundo a Unica, de 42% a 45% da produção de cana no estado de São Paulo

já é colhida por máquinas, índice acima do nacional, entre 35% e 37%.

Agora, os produtores independentes de cana, em São Paulo, que respondem por cerca de 25% dos 280 milhões de toneladas da safra de cana, discutem acordo com o governo para estabelecer uma data para o fim da queimada nos canaviais. O pacto será similar ao que foi assinado entre as usinas e o governo,

Muitos dos produtores independentes são pequenos e médios proprietários, e suas propriedades têm terrenos acidentados, cuja mecanização ainda é inviável. Por isso, os prazos estabelecidos nesse acordo são mais tolerantes que no pacto com as usinas.

A fase seguinte consiste na implantação de um programa de certificação estadual. Em 2006, cerca de 2,6 milhões de hectares de canaviais foram queimados em São Paulo. A queima é feita antes da colheita manual para eliminar pragas e plantas rasteiras, facilitando o trabalho. Cerca de 60 % da colheita de cana no estado são manuais.

A queima, especialmente em tempo seco, causa enormes nuvens de fumaça, provocando problemas respiratórios em comunidades próximas. A colheita mecanizada dispensa a queima, e o material colhido adicionalmente pode ser usado para a produção de etanol de celulose, ou queimado, sem afetar o meio ambiente, em usinas de geração elétrica. ■



Máquinas agrícolas

Indústria acelera os investimentos

DEPOIS DE apresentar uma forte recuperação este ano, o mercado de máquinas agrícolas (tratores e colheitadeiras) se prepara para uma nova arrancada em 2008, como mostram as projeções da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Em 2007, as vendas de tratores e colheitadeiras somaram 37 mil unidades, com crescimento de 44% em relação ao ano anterior, quando foram comercializadas no mercado interno 25.700 unidades. A produção deste ano, 63 mil unidades, foi 36,7% superior à de 2006.

Para 2008, a expectativa dos fabricantes de máquinas agrícolas é vender 42,5 mil tratores e colheitadeiras, 14,9% a mais que em 2007. “O ciclo de crescimento da agricultura brasileira, conjugado com os bons preços dos produtos no mercado internacional, gera uma expectativa de confiança para o agricultor planejar a sua lavoura e os seus investimentos em máquinas e bens de capital”, diz Milton Rego, diretor de comunicações e relações externas da Case New Holland.

A marca, que detém 20,8% das vendas internas de tratores e 36% das de colheitadeiras, estima um crescimento de 15% no comércio de máquinas agrícolas em 2008. Em 2007, a New Holland liderou o *ranking* de vendas de colheitadeiras, com 697 unidades.

Sua concorrente mais próxima, a John Deere, vai começar 2008 com uma grande expansão de sua capacidade de produção. A nova fábrica de tratores em Montenegro, próximo a Porto Alegre, entra em ritmo pleno de produção no início de 2008. Com capacidade de produzir 15 mil tra-

tores por ano, é a quarta fábrica da John Deere na América do Sul.

Brasil: venda de máquinas agrícolas

| Ano | Mil unidades |
|-------|--------------|
| 2005 | 23,2 |
| 2006 | 25,7 |
| 2007 | 37,0 |
| 2008* | 42,5 |

*Projeção. Fonte: Anfavea

Nova fábrica

A transferência das linhas de montagem de tratores instaladas na fábrica de Horizontina para a nova unidade em Montenegro (RS) vai permitir também o aumento da capacidade de produção de colheitadeiras e de plantadeiras. Os investimentos feitos pela John Deere desde 2004 na construção da nova fábrica e nas alterações na unidade de Horizontina atingiram 250 milhões de dólares.

A expansão da capacidade de produção garante melhores condições para a John Deere atender ao aumento da demanda de equipamentos agrícolas esperado para 2008, de acordo com Paulo Herrmann, diretor de Marketing para a América do Sul da companhia. Ele afirma que o mercado interno vive uma lenta recuperação depois da crise de 2005/2006. O aquecimento das cotações internacionais das *commodities* agrícolas está estimulando os produtores a expandir a área plantada e a retomar os investimentos em mecanização.

A implantação de novos projetos de usinas de açúcar e álcool é outro impulso importante para a demanda de máquinas agrícolas. Os tratores John Deere 7715 e 7815, que começaram a ser produzidos em escala piloto na fábrica de Montenegro, têm como principais aplicações a cultura da cana-de-açúcar e as grandes lavouras de grãos e algodão.

Colheitadeira

O ano começa também com um novo concorrente no mercado de colheitadeiras. A Valtra, uma das líderes de vendas de tratores do Brasil, anunciou em outubro o seu ingresso neste mercado.

As máquinas Valtra serão produzidas na fábrica da AGCO em Santa Rosa (RS). O projeto, que consumiu investimento de US\$ 5 milhões, vai gerar cerca de 150 empregos diretos. A expectativa da Valtra



Fábrica da John Deere em Montenegro (RS)



André Carioba e Martin Richenhagen, da AGCO



Colheitadeira New Holland

EXPORTAÇÕES RENDEM US\$ 2,1 BILHÕES

Se em 2007 as exportações de cerca de 26 mil máquinas agrícolas renderam US\$ 2,1 bilhões ao Brasil, para 2008 as perspectivas são menos positivas. “Não prevemos crescimento para as exportações porque está cada vez menos competitivo vender máquinas agrícolas a partir de nossas fábricas no Brasil”, diz Milton Rego, da CNH.

Brasil: evolução das vendas externas

| Ano | Mil unidades |
|-------|--------------|
| 2005 | 30,7 |
| 2006 | 22,4 |
| 2007 | 25,0 |
| 2008* | 26,5 |

* projeção. Fonte: Anfavea

Além do câmbio desfavorável, o diretor da Case New Holland cita outros problemas que atrapalham os negócios externos, como custos de frete, dos portos, a burocracia, os impostos em cascata e a ausência de obras de infra-estrutura.

Os volumes de exportação também deverão crescer em comparação tanto ao desempenho do ano passado quanto à estimativa anterior da entidade. O que não muda, de outro lado, é a perspectiva de estagnação dos embarques entre 2007 e 2008.

Para 2008, a projeção é de exportação de 26,5 mil unidades.

é conquistar pelo menos 5% do mercado de colheitadeiras em 2008.

Os modelos Valtra aumentaram em 20% na capacidade instalada da unidade de Santa Rosa, que passa a fabricar 2.500 colheitadeiras por ano. A planta de Santa Rosa produz colheitadeiras para as marcas Massey Ferguson, Allis e Challenger, as duas últimas voltadas ao mercado argentino. Todas elas pertencem a AGCO.

Atualmente, a fábrica de Santa Rosa está operando a 50% da capacidade, com a produção de 900 máquinas por ano. Com o lançamento da BC 4500 e BC 7500, a Valtra passou a buscar completar a sua linha de máquinas agrícolas, oferecendo à rede de concessionárias opções de negócio para a entressafra do comércio de tratores. Os dois modelos (BC 4500 e BC 7500) são voltados à cultura de grãos.

Ranking de venda de tratores*

| Marca | unidades |
|----------------|----------|
| 1° Massey | 8.868 |
| 2° Valtra | 8.081 |
| 3° New Holland | 6.114 |
| 4° John Deere | 3.223 |

* Janeiro a novembro de 2007. Fonte: Anfavea

Já a Massey Ferguson trouxe para o Brasil a colheitadeira axial MF 9790 ATR, que venceu o 25° Prêmio Gerda Melhores da Terra, realizado durante a Expoiner. A entrada da marca no segmento de colheitadeiras axiais atende às necessidades do

estágio atual da agricultura nacional, que requer máquinas de grande porte com soluções tecnológicas avançadas, confiáveis e mais seguras.

Mercado da cana

A forte expansão da cultura da cana-de-açúcar e a necessidade de substituir o corte manual pela colheita mecanizada devem estimular o investimento na área. Por enquanto, a demanda por colheitadeiras de cana gira em torno de 800 unidades/ano, mas a tendência é de crescimento.

Durante visita ao Brasil, o presidente mundial da AGCO, Martin Richenhagen, anunciou a entrada da companhia no mercado brasileiro de colheitadeiras de cana. A nova linha deve chegar às concessionárias em dois anos. O projeto está sendo desenvolvido com a ajuda dos principais clientes e técnicos das usinas de açúcar. O produto estará disponível em três diferentes versões, de acordo com diferentes demandas dos mercados mundiais.

A colheitadeira de cana é considerada um produto estratégico para o crescimento da AGCO, que tem quatro fábricas no Brasil. O grupo quer aproveitar o aumento da demanda por colheitadeiras, gerada pela antecipação, de 2021 para 2014, do prazo para a eliminação da queima de cana em áreas mecanizáveis de São Paulo. ■

Açúcar e álcool

Fechamento da safra 2007/08

A UNIÃO da Indústria de Cana de Açúcar (Unica) divulgou os dados atualizados com a posição em 1º de dezembro dos principais indicadores da safra 2007/2008 na Região Centro-Sul. A projeção total da safra confirma o recorde de processamento de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 52,30 milhões de toneladas superior à safra passada, representando um aumento de 14%.

Esse volume adicional de processamento de cana-de-açúcar previsto para a safra 2007/08 será dedicado exclusivamente à produção de álcool hidratado, destinado ao mercado interno, como resposta ao crescimento da frota de veículos *flex*, que estão consumindo mais etanol em função da atração de preços.

Com a entrada de 17 novas usinas, a safra deste ano foi voltada mais para o ál-

cool. As informações indicam uma safra alcooleira, com uma produção estimada de 19,7 bilhões de litros, um incremento de 3,7 bilhões de litros em relação à safra anterior. O volume exportado deve atingir 2,8 bilhões de litros, uma redução de cerca de 600 milhões de litros em relação à safra 2006/07. A redução deveu-se aos excedentes de álcool nos EUA, que, mesmo assim, foi o principal importador do Brasil nesta safra, principalmente via Caribe.

A produção estimada de açúcar é de 26,2 milhões de toneladas, 1,63% maior que a da safra anterior, que atingiu 25,8 milhões de toneladas. Com isso, o *mix* de produção estimado para a safra é de 55,3% para álcool e 44,7% para açúcar.

Posição da safra 2007/08

No estado de São Paulo, o maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, o registro do período abril a novembro foi de 283 milhões de toneladas moídas. Na Região Centro-Sul o volume atingiu 413,6 milhões de toneladas. A análise das informações de moagem das unidades produtoras até 1º de dezembro, confirma também o recorde de produção de álcool do setor na safra 2007/2008.

De acordo com a Unica, a produção de álcool hidratado no período medido atingiu 12,052 bilhões de litros, e de álcool anidro 7,218 bilhões de litros. Como resultado, a produção total subiu para 19,270 bilhões de litros, 22,95% maior que a da safra 2006/07.

Os indicadores do relatório elaborado pela Unica confirmam a safra em andamento como a maior e mais alcooleira dos últimos anos. O consumo de álcool no mercado interno continua a bater recordes e foram consumidos 10,63 bilhões de litros de álcool no período medido de abril (início da safra) até 1º de dezembro, sendo 3,72 bilhões de litros de anidro e 6,91 bilhões de litros de hidratado. Esse consumo é superior em 36,97% ao volume registrado no mesmo período da safra passada.

Aspectos da produtividade agrícola

A má distribuição de chuvas é um fator marcante durante a safra 2007/2008, com

Região Centro Sul: comparativo de safra 2007/08 e 2006/07

| | Safra | | Variação % |
|----------------------------------|-----------|-----------|------------|
| | 2006/07 | 2007/08 | |
| 1. Cana (mil toneladas) | 366.073,9 | 413.643,3 | 12,99 |
| 2. Açúcar (mil toneladas) | 25.540,5 | 25.623,0 | 0,32 |
| 3. Álcool | 7.288,6 | 7.217,9 | -0,97 |
| Anidro (milhões de litros) | 8.385,2 | 12.052,4 | 43,73 |
| Hidratado (milhões de litros) | 15.673,8 | 19.270,3 | 22,95 |
| ATR/TC | 147,11 | 145,09 | -1,37 |
| ATR (mil toneladas) | 53.851,7 | 60.015,8 | 11,45 |
| MIX - Açúcar | 49,78 | 44,81 | -9,98 |
| MIX - Álcool | 50,22 | 55,19 | 9,89 |
| Litros de Alcool / Tonelada cana | 42,82 | 46,59 | 8,81 |
| Quilos de Açúcar / Tonelada cana | 69,77 | 61,94 | -11,21 |

Região Centro Sul: balanço de oferta e demanda - safra 2007/08

| | Anidro | Hidratado | Total |
|--|-----------|------------|------------|
| Estoque inicial - 1º de abril | 395,100 | 365.603 | 760.703 |
| = Produção realizada, safra 07/08 até 01/12/2007 | 7.217.899 | 12.052.405 | 19.270.305 |
| Saídas no mercado | | | |
| Interno (abril a 01/12/2007) | 1.230.510 | 6.911.625 | 10.633.987 |
| Externo (abril a 01/12/2007) | 930.543 | 3.722.362 | 2.161.053 |
| = Estoque em 01/12/2007 | 2.960.095 | 4.275.873 | 7.235.968 |
| = Estoque em 01/12/2006 | 2.857.490 | 2.930.302 | 5.787.792 |
| = Diferença | 3,59% | 45,92% | 25,02 |

destaque para a estiagem ocorrida em São Paulo nos meses de agosto, setembro e primeira quinzena de outubro. O atraso nas chuvas, similar à situação ocorrida em 2004 em várias regiões produtoras, possibilitou melhor aproveitamento da moagem, da ordem de 9% nos meses finais da safra, mas deve gerar uma quebra agrícola de 4,5% na safra 2008/2009, como também ocorreu em 2005. A quebra poderá ser parcialmente compensada pelos novos canaviais em áreas de expansão.

O pico da maturação foi deslocado para o mês de outubro, com acúmulo de açúcar, até o mês de setembro, inferior ao da safra 2006/07. A produtividade agrícola inferior ao da safra anterior foi parcial-

mente compensada pela colheita de canas mais jovens.

Nesta safra também foram registrados grande incidência de broca de cana, principalmente nas regiões oeste e sudoeste de São Paulo, e o aumento de impurezas vegetais, decorrente do maior volume de cana colhida sem utilização de fogo. Esses fatores também prejudicaram a produtividade industrial, que, de outro lado, foi favorecida pelo melhor aproveitamento de moagem, atingindo índices similares aos da safra passada.

Resultados

Os preços do açúcar e do álcool na safra 2007/2008 sofreram queda de cerca de

24% nos mercados interno e externo. Mas, apesar da diminuição da rentabilidade do negócio, a previsão da receita do setor é de uma queda de aproximadamente 17%. Isso devido ao maior volume de venda de álcool no mercado interno.

No mês de novembro foram vendidos 1,07 bilhão de litros de álcool hidratado no Brasil, volume 51,6 % maior que o registrado em novembro de 2006. No acumulado de abril a novembro de 2007 foram 6,91 bilhões de litros enquanto em 2006 o volume atingiu 4,89 bilhões de litros. O aumento de demanda de álcool hidratado é reflexo direto do incremento da comercialização de veículos *flex*, que deve chegar a 2 milhões de unidades em 2007, 40% superior ao volume realizado em 2006.

Os estoques de passagem do álcool nesta entressafra, de dezembro a abril, são de 6,5 bilhões de litros. O volume atende à demanda. O consumo não deve repetir os recordes registrados em outubro e novembro, de 1,5 bilhão de litros por mês. Essa redução no consumo ocorrerá pela elevação dos preços, como acontece todos os anos. O produto perde poder competitivo em várias regiões do País. Para adequar oferta e demanda, o consumo médio mensal até abril deve ficar próximo de 1,3 bilhão de litros.

O desempenho do açúcar foi afetado pela baixa cotação do mercado internacional em função do excedente de produção, principalmente da Índia.

Safra 2008/09

A Unica deve concluir a previsão de moagem de cana para a safra 2008/09 em meados de abril de 2008. A safra deverá manter o mesmo perfil de produção de açúcar e álcool, com crescimento expressivo na produção de álcool hidratado novamente em função do aumento da comercialização de veículos *flex*.

A previsão é de um incremento de 2,2 milhões de veículos, o que levará as vendas acumuladas da frota *flex* a 6,6 milhões de unidades em 2008. O setor sucroalcooleiro continuará a expandir sua oferta, com a previsão do início de operações de 30 novas unidades produtoras na safra 2008/2009. ■

Etanol não inflaciona alimentos

Estudo realizado pela consultoria Inform Economics, especializada em matérias-primas, nos Estados Unidos, traz conclusões diferentes das propagadas pela FAO, órgão da agricultura e alimento da Organização das Nações Unidas. Segundo o levantamento, o etanol (álcool combustível) e a demanda por milho pelas usinas não pressionam a inflação nos preços de alimentos nos países ricos e mesmo no mercado internacional.

O trabalho mostra que a produção de etanol não tem praticamente nenhum impacto no preço dos alimentos. A alta nos preços de alimentos assusta alguns governos e colocam os bancos centrais em estado de alerta.

Protestos foram registrados em algumas cidades de países pobres por conta da inflação no valor dos alimentos, e economistas chegam a alertar que a era de "comida barata" acabou. Nos Estados Unidos, a pressão inflacionária é a maior em 25 anos, com uma alta nos preços dos alimentos de 6% nos nove primeiros meses do ano.

Para os consultores, a alta vem de dois fatores:

- Os custos de transportes;
- A demanda mundial em transformação, principalmente com o maior consumo de alimentos na China.

O estudo foi feito com base em dados dos últimos 20 anos, tanto no comércio do milho como no impacto no índice de preços ao consumidor nos Estados Unidos.

A explosão do número de investimentos na indústria do etanol gera uma renda recorde para o setor do milho norte americano. Mas isso não significaria uma alta nos preços para o consumidor.

De acordo com o levantamento, para cada dólar gasto nos Estados Unidos por um consumidor, apenas 19 centavos vão ao produtor. O restante paga o transporte, comercialização, intermediários e empacotamento. Em 1973, a proporção do valor do alimento que acaba com o produtor chegava a 37%.

Portanto, os altos preços do petróleo, além da eclosão de uma nova classe consumidora na Ásia, são os reais fatores da pressão sobre a inflação. Há dois meses, a União Européia também já havia alertado que não era a produção de biocombustíveis que estava criando o problema nos preços dos alimentos, desmontando as críticas por partes de ativistas contrários ao etanol.

Transgênicos

Problemas jurídicos

EM 20 de setembro último, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) emitiu parecer técnico favorável à liberação comercial do milho BT11 resistente a insetos. Foi a terceira aprovação de variedades geneticamente modificadas de milho em quatro meses. Entre maio e agosto, a CTNBio liberou a comercialização de versões resistentes a herbicidas e a insetos, respectivamente. As detentoras das variedades são a alemã Bayer, a americana Monsanto e a suíça Syngenta.

O milho BT11 é produzido em diversos países, como Estados Unidos, Canadá, Argentina, Japão, África do Sul e Uruguai. Atualmente, há milho GM legalmente aprovado em 14 países. Esses produtos passaram por diversas e rigorosas avaliações científicas, definidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Food and Agriculture Organization (FAO).

A Justiça Federal da 4ª Região determinou a suspensão do milho transgênico do tipo MON 810, produzido pela multinacional Monsanto. A decisão da juíza substituta Pepita Durski Tramontini Mazini, da Vara Ambiental, Residual e Agrária de Curitiba, determina que a CTNBio se abstenha de autorizar qualquer variedade de milho transgênico sem antes elaborar medidas de segurança para garantir a coexistência da variedade com as plantas convencionais. O objeto inicial da ação civil pública é o milho transgênico Liberty Link, produzido pela Bayer.

No início de julho, a CTNBio tinha sido obrigada, por meio de liminar, a estabelecer medidas de biossegurança antes de qualquer liberação de milho transgênico para garantir a coexistência das varia-

des de milho orgânicas, convencionais ou agroecológicas com as variedades transgênicas. Também foi exigida a elaboração do plano de monitoramento aplicável após a introdução da espécie transgênica no meio ambiente.

Em meados de julho, a CTNBio criou uma subcomissão para elaborar um plano de monitoramento e outro de coexistência do milho transgênico da Bayer com outras espécies. O plano de monitoramento foi aprovado no mês seguinte, com o estabelecimento de distâncias mínimas.

De acordo com despacho da juíza, as normas recém-elaboradas pela comissão não atendem ao princípio da precaução da Lei de Biossegurança. Com isso, as autorizações já concedidas para os milhos Liberty Link, da Bayer e MON 810, da Monsanto, ficam suspensas. A decisão judicial atende à solicitação das organizações não-governamentais Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (Anpa); Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e Terra de Direitos.

Trabalhos interrompidos

Desanimados com as constantes intervenções da Justiça nas decisões da CTNBio, os membros da instituição decidiram não participar da reunião de outubro da comissão. Não houve quórum suficiente para que o encontro fosse realizado. A comissão é composta por 34 membros, dos quais 17 são titulares e a outra metade, suplentes. Compareceram 22 membros, dos quais 18 eram votantes, mas faltaram especialistas da área animal. A reunião pode

ser instalada com 14 membros – quórum quantitativo – desde que respeitada a presença de um especialista de cada área: humana, animal, vegetal e ambiental.

O Ministério da Ciência e Tecnologia encaminhou os elementos científicos e jurídicos ao órgão do Paraná para reverter a medida judicial. Para o diretor do Instituto de Genética e consultor da Embrapa, Ernesto Paterniani, a distância exigida no Brasil é um das mais rígidas do mundo. “Estudos científicos já comprovaram a eficiência do isolamento espacial”, afirma.

Atualmente, a CTNBio tem 11 solicitações de empresas para liberação de produtos, e algumas delas aguardam desde 2002. Entre os transgênicos aprovados pelo órgão, estão a soja RR da empresa Monsanto, liberada em outubro de 1998. Nova liberação ocorreu somente em 2004, quando o algodão Bollgard, também da Monsanto, passou pela avaliação da comissão.

A burocracia para liberar os produtos se deve a uma série de mudanças sofridas pela instituição desde 1998. De lá para cá, os processos de avaliação acumularam-se porque o órgão foi impedido, por duas vezes, de deliberar sobre a comercialização dos transgênicos. O poder de decisão voltou a ser de responsabilidade da comissão ao final de 2005, quando a Lei Nacional de Biossegurança foi regulamentada. Ainda assim, a aprovação está sujeita a recurso quando existem dúvidas quanto aos procedimentos de avaliação do órgão. Quando isso acontece, o produto é encaminhado ao Conselho Nacional de Biossegurança (CNB), composto por 11 ministros. De acordo com o gerente de regulamentação da divisão internacional da Dupont, Goran Kuhar, um dos milhos aprovado pela CTNBio este ano já é vendido na Argentina e nos Estados Unidos há dez anos.

A CTNBio deve voltar a analisar novos organismos geneticamente modificados (OGMs) apenas em fevereiro de 2008, quando deve haver novas análises. Em janeiro, não haverá reunião devido ao recesso. A reunião de novembro foi positiva, com a aprovação de 30 liberações para o experimento no meio ambiente, que estavam atrasadas três meses. ■



O PAPEL DA CHINA NO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL*

André Meloni Nassar¹ Saulo Nogueira²



AGROANALYSIS

Introdução

A China é um expoente mundial quando se fala em produção agrícola (alimentos e fibras) e, crescentemente, de bioenergia. Com 130 milhões de ha utilizados com agricultura, 260 milhões de ha com pastagens, 250 milhões de propriedades rurais e mais de 500 milhões de pessoas vivendo e trabalhando na agricultura, conhecer o setor agrícola do país é chave para entender as transformações que ocorrerão no comércio mundial de *commodities* agrícolas, alimentos e biocombustíveis.

O país tem despertado sentimentos opostos na cabeça dos brasileiros. Embora a situação no Brasil ainda não seja igual a dos Estados Unidos, onde praticamente todos os artigos têxteis e brinquedos são produzidos na China, os consumidores brasileiros já se acostumaram com a idéia de adquirir produtos chineses. Do lado de alguns setores industriais, sobretudo aqueles intensivos em mão-de-obra, afetados pela competitividade e crescentes importações de produtos chineses, os sentimentos são de preocupação.

Sentimentos opostos também são encontrados nos setores do *agribusiness*. Grande parte do setor enxerga a China como o mais promissor país no consumo de alimentos e fibras, tendo sido, em grande parte, responsável pelo forte crescimento do comércio de produtos agroindustriais e aumento dos preços assistidos ultimamente. A crescente demanda chinesa por soja, produto de maior expressão no comércio agrícola Brasil-China, foi fortemente responsável pelo crescimento da produção de soja ocorrido no País nos últimos anos. Outros setores, como os de carne bovina e de frango, embora não com um desempenho tão significativo quanto o da soja, também estão se beneficiando do fenômeno chinês. O próximo alvo do apetite chinês é o milho.

Os estoques chineses do produto encontram-se em níveis baixos e a produção do país, por razões que serão extensivamente discutidas neste texto, não conseguirão seguir o ritmo de crescimento da demanda. A China já está se tornando um importador de milho, assim como aconteceu com a soja.

No agronegócio, no entanto, há também preocupações com relação à China. A primeira, e mais óbvia, está relacionada ao seu efeito nos preços dos insumos. Não somente porque o crescimento do comércio chinês levou a um forte aumento nos fretes internacionais mas, sobretudo, por um fenômeno mais estrutural para o setor agrícola: ela é o maior consumidor mundial de fertilizantes e é o país que apresenta a mais consistente taxa de crescimento de consumo nos últimos anos. De 2000 a 2005, o consumo chinês de fertilizantes cresceu cerca de 6 milhões de toneladas, volume equivalente a 70% do consumo total do Brasil. Vê-se que o crescimento econômico chinês provocou um claro desequilíbrio no mercado mundial de fertilizantes.

A segunda preocupação, menos óbvia, mas embasada neste texto, se refere ao papel da China no comércio mundial. Não há dúvida de que ela continuará sendo importadora de produtos intensivos em terra, sendo soja e milho os dois grandes exemplos. Do lado exportador, a China está consolidando seu papel no fornecimento de frutas e vegetais, produtos intensivos em mão-de-obra. No entanto, se depender do governo chinês, o país vai se consolidar como exportador de carnes de suínos, de bovinos e de aves, competindo diretamente com o Brasil nos mercados asiáticos. Países como Nova Zelândia e Austrália já mostram sinais de preocupação em derivados lácteos, como leite em pó, à medida que as exportações chinesas começam a crescer.

Este encarte traz uma análise resumida das tendências e perspectivas do desenvolvimento do setor agrícola e da indústria de alimentos na China e seus reflexos para o comércio internacional de produtos agrícolas, tema de grande interesse para o Brasil.

Macro tendências do setor agrícola chinês

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio representou um processo de mudança estrutural no seu setor agrícola. Não só porque o país reduziu fortemente suas tarifas agrícolas, a ponto de possuir atualmente uma estrutura tarifária equivalente a do Brasil para as principais *commodities* comercializadas mundialmente, mas também porque o governo promoveu mudanças profundas em suas políticas domésticas que afetavam o setor agrícola. Finalizado o período de transição em 2004, o país vive um momento de redesenho de suas políticas agrícola e comercial. Esse é, sem dúvida, um motivo de preocupação para o Brasil.

Um mergulho na agricultura chinesa confirma a hipótese de que o país busca explorar suas vantagens competitivas, que são a abundância de mão de obra, com custos competitivos em relação a outros países em desenvolvimento. O país tem uma clara estratégia, traduzida em suas políticas públicas, de promover o desenvolvimento de produtos agrícolas intensivos em mão-de-obra e de alto valor agregado, como frutas, vegetais e carnes, especialmente aves e suínos. A estratégia do país reflete a constatação de que terra é um recurso escasso em território chinês e que somente algumas regiões produtoras possuem oferta suficiente de água.

Agregar valor à produção agrícola, como forma de gerar renda e dar competitividade ao produtor, se transformou em obsessão. Busca-se agregar valor tanto na produção agrícola, incrementando a produção de frutas e vegetais, mas, sobretudo, estimulando o desenvolvimento da indústria de processamento de alimentos. Claramente, a indústria de processamento está se desenvolvendo com muita rapidez. O mesmo pode ser dito sobre o setor varejista. As grandes cidades chinesas em nada perdem para aquelas dos países desenvolvidos na oferta de alimentos no setor supermercadista.

No entanto, mesmo migrando para produtos intensivos em mão-de-obra e assistindo à estagnação dos setores intensivos em terra, a China ainda vive o conflito entre produção e abastecimento nos produtos intensivos em terra, mesmo diante de uma população de 1,3 bilhão de habitantes, que está em claro processo de urbanização (em 2005, cerca de 43% da população já viviam nas cidades), o governo chinês ainda tem claros objetivos de auto-suficiência para produtos básicos, tais como trigo,

arroz e carnes, e dá sinais de forte preocupação com a grande dependência do mercado mundial no abastecimento de soja, preocupação que será estendida para o milho à medida que as importações cresçam. Já se ouve no governo chinês discursos que argumentam que a incapacidade de a China aumentar sua produção de soja, aproveitando-se do enorme crescimento da demanda doméstica, é fruto da competição pelas importações.

Se, de um lado, o consumo de produtos básicos, como arroz e trigo, apresenta tendência declinante, comprovando que o consumidor chinês está migrando para uma dieta mais rica em proteínas, o consumo de carnes e lácteos está em franco crescimento, arastando o consumo de farelo de soja e milho. Isso explica porque a China busca desenvolver políticas que reduzam a sua dependência externa de matérias-primas para rações. Nesse sentido, outro claro objetivo de longo prazo do governo é desenvolver políticas que resultem em aumento de produtividade de soja e milho.

A palavra segurança alimentar está na boca de todos os representantes do governo chinês. Os objetivos são claros: elevado nível de auto-suficiência da produção de arroz, trigo e carnes e controle sobre o nível de dependência externa em produtos como soja (e milho no futuro, certamente). Esses objetivos são determinantes centrais da política agrícola chinesa. Passados seis anos de entrada da China na OMC, o país começa a recompor suas políticas para a agricultura e os objetivos de segurança alimentar certamente estarão por trás dos programas em desenvolvimento. A obsessão pela soberania alimentar fica mais evidenciada no caso do algodão pois, embora as importações estejam em forte crescimento, não há claros objetivos de promover a produção doméstica de algodão.

Dos grandes e populosos países, a China, junto com a Índia, são ainda os grandes bastiões do discurso de que segurança alimentar significa soberania alimentar. Embora o país esteja em franco processo de urbanização, a palavra consumidor tem lá um significado próprio. No Brasil, quando falamos em consumidor, enxergamos um cidadão urbano que adquire alimentos no auto-serviço varejista. Lá, uma significativa parte da massa consumidora ainda vive no meio rural. Isso explica porque o país vive um conflito estrutural na formulação de suas políticas. Uma política para promover abastecimento de alimentos a baixo custo, por exemplo, por meio da importação, é do interesse do consumidor urbano, mas é vista como uma política que pune o consumidor/produtor rural. Esse conflito gera a obsessão pela soberania alimentar.

À sua maneira, a China está recuperando o conceito de multifuncionalidade da agricultura, propalado ostensivamente pelos europeus. Os defensores da multifuncionalidade argumentam que o meio rural tem diversas funções para uma sociedade, que vão além da produção de alimentos e fibras. No caso da China, os objetivos de desenvolvimento rural já contemplam objetivos como garantir a herança rural, desenvolvimento social e meio ambiente. Não é raro ouvir dos oficiais chineses que é preciso criar uma sociedade harmônica no país. A preocupação decorre

do fato de que o seu crescimento econômico tem se dado em bases desiguais, na medida em que a renda *per capita* na população urbana cresce mais e mais rápido que a renda no meio rural. Reduzir essa disparidade, transferindo renda do meio urbano para o rural é uma macro tendência da China.

Embora a renda no meio rural venha crescendo menos que a renda nas cidades, o meio rural está ganhando complexidade do ponto de vista de sua estrutura de atividades econômicas. Já se observam tendências semelhantes às das sociedades como a norte-americana, onde a produção agrícola vem perdendo importância como fonte geradora de renda no meio rural, ao passo que atividades e salários não-agrícolas passam a ter maior importância como fonte de geração de riqueza.

O processo de urbanização ainda é uma tendência com implicações estruturais no setor agrícola. Do lado do consumo, porque a urbanização, aliada ao crescimento econômico, determina mudanças no padrão de consumo de alimentos. No entanto, a urbanização tem um efeito positivo relevante sobre a agricultura chinesa, pois auxilia na consolidação da produção e na redução das propriedades rurais que não estão integradas ao mercado e produzem para subsistência. Em produtos como arroz, trigo, aves e suínos, os números de auto-consumo, ou seja, o volume consumido localmente, são muito grandes. Em um país com 95% dos estabelecimentos rurais com propriedades médias entre 0,2 e 1 ha de tamanho médio, a consolidação pode não resultar em ganho de eficiência, mas certamente contribui para mitigar o problema da elevada dependência pela agricultura de subsistência de algumas localidades e regiões. A consolidação, no entanto, não significa que o governo chinês vá flexibilizar suas regulamentações de propriedade e uso da terra. Controlar a propriedade e o uso da terra ainda será objetivo do Estado chinês.

O tamanho do mercado chinês, a crescente capacidade de exportação de alguns setores, e as preocupações com segurança alimentar são determinantes dos investimentos que são realizados por estrangeiros na China, e pelos chineses no exterior. Embora existam poucos dados documentando investimentos chineses no setor agrícola, sabe-se que há empresas chinesas investindo em produção agrícola em países africanos, com o objetivo de garantir abastecimento para o mercado chinês. Além do varejo de alimentos, que fez pesados investimentos na China, indústrias de alimentos e *tradings houses* também estão se posicionando como forma de diversificar fontes de suprimento de matérias-primas agrícolas. A China pode se tornar um mercado ainda mais atrativo para investimentos no agronegócio se o governo promover mudanças nas legislações de propriedade e uso da terra. Embora esse tema ainda esteja fora das prioridades do governo, é uma opção que não deve ser descartada para o futuro, sobretudo à medida que o consumo de alimentos cresce no país. Ainda desconhecemos casos de empresas brasileiras do agronegócio que tenham investimentos na China. Já nossos concorrentes da Austrália e Nova Zelândia estão se movendo com rapidez nesse sentido.

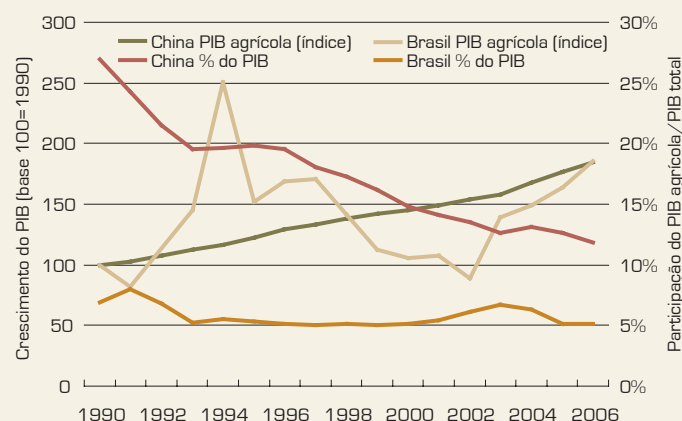
Tendências da produção agropecuária

A produção agropecuária combina enormes níveis de produção com uma estrutura fundiária pulverizada em milhões de pequenos produtores. A pulverização da produção, no entanto, não foi uma restrição, com exceção da produção de soja, para a expansão da produção como resposta ao crescimento do consumo chinês. O PIB agrícola da China em dólares a preços correntes cresceu cerca de 76% de 1990 a 2005. Coincidentemente, esse foi o mesmo nível de crescimento do PIB agrícola brasileiro. A grande diferença está nas enormes oscilações observadas no PIB brasileiro, decorrentes sobretudo das variações na taxa de câmbio. No caso da China, que administra a taxa de câmbio, as oscilações não estão presentes. Enquanto no Brasil o PIB agrícola representa pouco mais de 5% do PIB total, na China a agricultura ainda tem participação de mais de 10% no PIB total. No entanto, a China não foge à regra: o PIB agrícola vem perdendo participação na economia rapidamente, repetindo processo observado no Brasil nos anos 80.

No entanto, a expansão do setor agrícola e da produção de alimentos na China ocorreu de forma desigual entre os diversos setores. Na média, o valor da produção da agropecuária, alimentos (incluindo pesca) e florestas cresceu 160% de 1990 até 2006. A produção agrícola e florestal situa-se abaixo dessa média, ao passo que a produção de pesca e pecuária destaca-se pelo crescimento superior à média.

Enquanto a produção vegetal, incluindo cereais, oleaginosas, frutas e vegetais cresceu 100% de 1990 a 2006, o valor da produção da pecuária (incluindo produção de suínos, aves e gado bovino) atingiu 277% de crescimento para o mesmo período. Esses números são muito importantes para entender o fenômeno agrícola chinês no setor agrícola. Grande parte do baixo crescimento da produção agrícola, pelo menos em rela-

Evolução do PIB agrícola no Brasil e na China

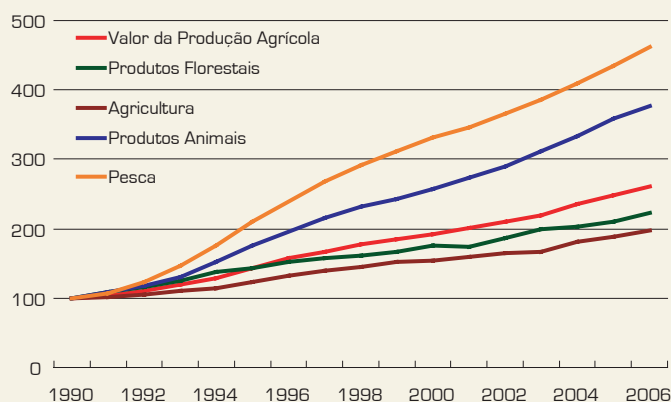


Fonte: NSB

ção à média do setor agropecuário, de pesca e florestal, é explicado pelo menor desempenho da produção de grãos, cereais e oleaginosas. O menor crescimento da produção de grãos está diretamente relacionado ao fato de que são produtos intensivos em terra, recurso escasso na China, e que, dado que são produtos cultivados no Norte e Nordeste chinês, regiões com menor disponibilidade de água, dependentes de irrigação e que tendem a apresentar baixos níveis de produtividade.

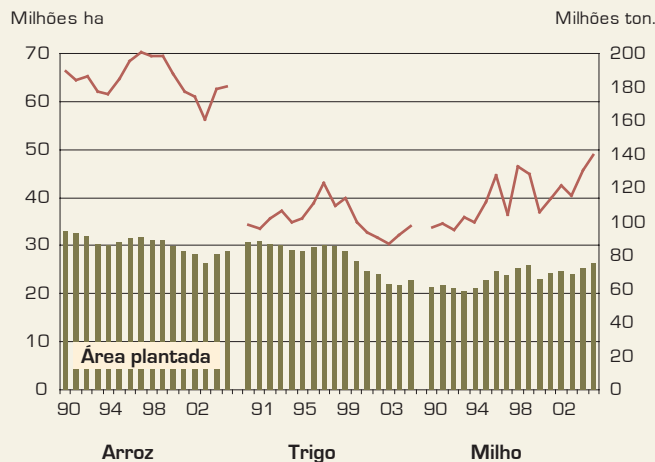
Deseconomias de escala também ajudam a explicar o baixo crescimento da produção de grãos. A estrutura de produção pulverizada da China é um fator de restrição para promover ganhos de eficiência na produção de grãos, sobretudo quanto à mecanização e logística de transporte. A pequena escala dos produtores não tem sido impedimento para a adoção de tecnologias de produção, sobretudo uso de sementes melhoradas e fertilizantes. No entanto, as restrições de água e terra são determinantes do nível de eficiência e para o aproveitamento máximo dos insumos utilizados.

Crescimento do valor da produção da agropecuária, da pesca e de produtos florestais (base 100=1990)



Fonte: NSB

Produção e área plantada de cereais

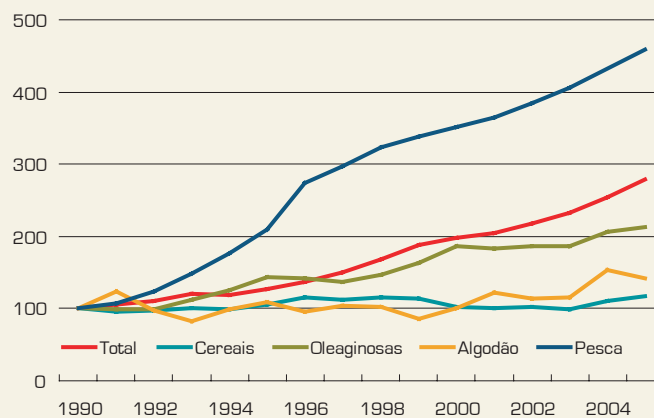


Fonte: NSB

Já no caso da produção de animais, as restrições de terra e água e de pulverização da estrutura fundiária não são necessariamente determinantes da eficiência da produção. Embora a soja seja uma restrição na China, pois o país depende fortemente de importações, a produção de suínos e aves tem demonstrado capacidade de crescer acompanhando o crescimento da demanda.

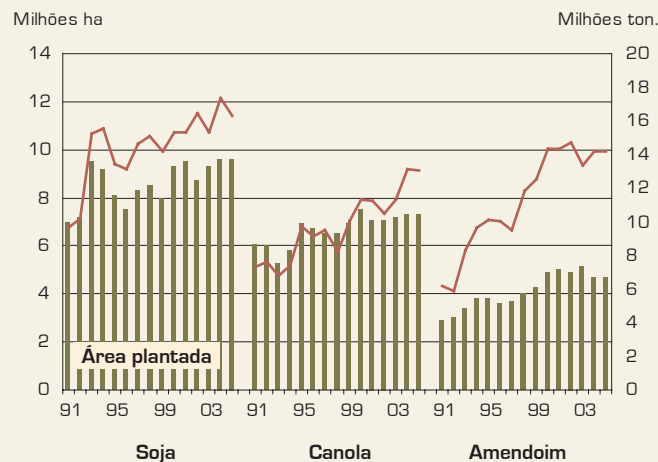
Uma análise detalhada da evolução da produção de cereais e oleaginosas mostra que arroz e trigo são produtos que apresentam redução na área plantada e na produção. A China vem tentando manter os níveis de produção nesses produtos, investindo em aumento de produtividade. Para o período de 1990 até 2005, observam-se ganhos de produtividade ao redor de 0,7% e 1,8% ao ano em arroz e trigo. O menor crescimento do arroz se explica pelo fato de que a China já possui níveis elevados de produtividade, ao redor de 6 mil kg por ha. Já a produtividade do trigo, ao redor de 4 mil kg, ainda pode ser considerada baixa.

Evolução da produtividade da agricultura e pesca



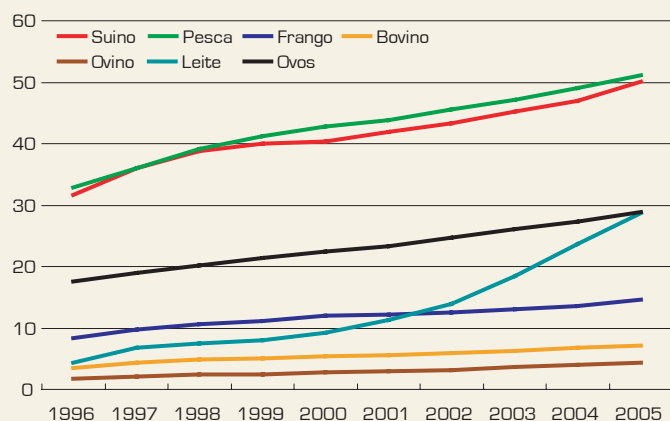
Fonte: NSB

Produção e área plantada de oleaginosas



Fonte: NSB

Produção das principais fontes de proteína (milhões toneladas)



Fonte: NSB

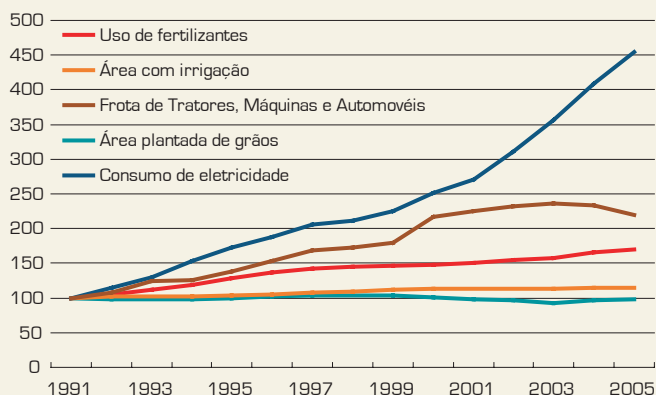
Além disso, é importante distinguir as regiões onde tais produtos são cultivados. A grande maioria da produção de trigo está localizada no Norte, região com escassez de água. O arroz ainda é fortemente cultivado no Sul, em sistemas produtivos com irrigação. Ambos os produtos estão sujeitos à competição por terra em suas regiões de produção. O trigo sofre competição com o milho e oleaginosas e o arroz compete com frutas e vegetais.

É importante ressaltar que existe um certo equilíbrio na competição por terra entre arroz/trigo e milho/oleaginosas. De 1990 a 2005, arroz e trigo juntos liberaram cerca de 11,9 milhões de ha, ao passo que milho e oleaginosas cresceram 10,4 milhões de ha. Lembrando que o arroz é muito cultivado no Sul, região com menor presença de milho e oleaginosas, observa-se que o arroz ainda liberou terra para outros produtos. Ou seja, a China está passando por um forte processo de reestruturação do uso da terra.

Tendência inversa é observada na produção de milho e das oleaginosas (soja, canola e amendoim). Os anos recentes, de 2000 em diante, mostram crescimento de área plantada em milho, soja e canola. Apenas o amendoim apresenta uma estagnação na área plantada nesse período. Embora a produção de milho esteja mostrando sinais de crescimento, os ganhos de produtividade são marginais, ao redor de 0,6% ao ano. Embora haja potencial de crescimento, a produtividade do milho pode ser considerada elevada (ao redor de 5,2 mil kg por ha). A maior restrição para o crescimento da produção de milho é a escassez de água na Região Norte/Nordeste, o que afeta a produtividade e a disponibilidade de terra, que é também um problema na região. Embora haja um grande contingente de terra no Norte, são terras de pastagem natural sujeitas a um clima externamente frio e, por isso, pouco apropriado para agricultura de grãos.

As oleaginosas apresentam ganhos de produtividade maiores que os dos cereais (1,2%, 2,5% e 2,3% ao ano em soja, canola

Evolução da demanda por fertilizantes, eletricidade e frota de máquinas em comparação com a área cultivada com grãos e com irrigação (base 100=1991)



Fonte: NSB

e amendoim). No entanto, os níveis de produtividade ainda são muito baixos comparados aos de países como o Brasil. A produtividade da soja na China não chega a 2 mil kg por ha. Embora o governo venha encorajando o uso crescente de insumos na produção de grãos e oleaginosas, como forma de aumentar a produtividade, fatores como água, terra e pulverização da produção em pequenos produtores sempre serão restrições ao incremento da produção dos produtos. No caso de trigo e arroz, a redução da produção é compensada por uma redução do consumo pela migração do consumidor para dietas mais protéicas. Já no caso de milho e oleaginosas, matérias-primas para ração e para a indústria de alimentos, o crescimento do consumo será atendido por meio de importações, dada a grande dificuldade de incremento na produção.

A produtividade mencionada anteriormente, que é baseada na produção por unidade de área, indicava que as oleaginosas apresentavam desempenho superior aos cereais. A produtividade por trabalhador confirma a constatação. Outros setores da agropecuária, com exceção de cereais, oleaginosas e algodão, apresentam ganhos de produtividade mais expressivos, uma vez que o ganho de produtividade total é mais alto que desses setores. Em algodão e cereais, pode-se afirmar que praticamente não houve ganho de produtividade em 15 anos.

A produção de proteínas na China, por sua vez, apresenta consistente tendência de crescimento. Os pescados têm grande importância na dieta alimentar dos chineses e, por isso, são sempre analisados em conjunto com as demais fontes de proteína animal. Carne suína é a mais produzida em volume quando comparada às carnes avícola e bovina. No entanto, a tendência de crescimento da produção é observada em todos os produtos. As fontes de proteína mostram crescimento médio anual mais alto que o crescimento das oleaginosas e do milho, por exemplo. Ou seja, a produção doméstica de matérias-primas para rações não tem conseguido acompanhar o crescimento da produção de carnes.

A produção de leite merece uma menção especial devido ao forte crescimento observado de 2002 em diante. Observa-se também que os ovos são também uma importante fonte de proteína para os chineses.

Fatores de restrição ao crescimento da produção agropecuária

Disponibilidade de terra e água, no que diz respeito aos recursos naturais, o que implica aumento do custo de oportunidade de ambos à medida que o país cresce, e pulverização da produção em pequenos produtores, são os fatores centrais de restrição à expansão do setor agrícola chinês. No entanto, é importante lembrar que esses fatores podem ser considerados restrições efetivas para a produção cereais e oleaginosas e não são, necessariamente, restrições para a produção de proteína animal e produtos hortícolas.

A busca por aumento de produtividade por meio do uso mais intenso de fertilizantes e mecanização agrícola foi a opção utilizada pelos produtores chineses. Embora a área plantada de grãos e com culturas irrigadas tenha permanecido estável de 1991 a 2005, o consumo de fertilizantes, eletricidade e máquinas para agricultura cresceu de forma vigorosa no mesmo período, o que demonstra um esforço da China em tornar sua agricultura mais eficiente e mais produtiva. No entanto, a produtividade dos cereais e do algodão não tem respondido ao aumento do uso de fertilizantes no campo.

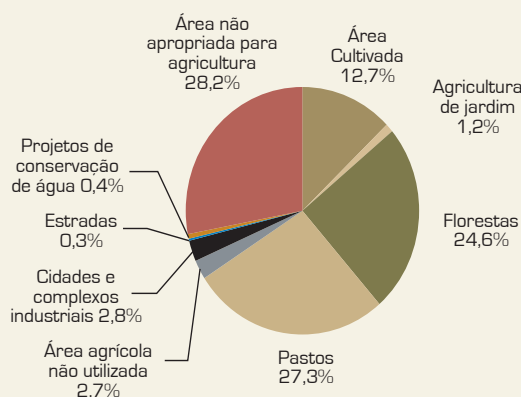
Já o fenômeno de grande crescimento do consumo de eletricidade e na frota de máquinas e tratores é explicado pela expansão da produção de carnes, frutas e vegetais, sobretudo por conta da adoção crescente de sistemas intensivos de produção de vegetais que fazem uso de estufas e irrigação.

Os dados de uso corrente da terra na China mostram que o país já ocupa grande parte de sua área agricultável com produção. Segundo estimativas do governo, o país possui apenas 2,7%, ou cerca de 26 milhões de ha, que são apropriados para agricultura e que ainda não são utilizados. O país já cultiva cerca de 122 milhões de ha (12,7% da área total do país), os quais poderiam ser incrementados em cerca de 20%. Embora as áreas de pastos sejam de grande monta (262 milhões de ha), não são conversíveis para produção agrícola, sobretudo porque estão em regiões de clima temperado, de baixas temperaturas, nas Regiões Norte e Noroeste. Além disso, o governo estima que existam, nessas regiões, cerca de 260 milhões de ha de terra sofrendo problemas de desertificação. Desse total, estima-se que 68% sejam de pastagens e 23% de terra para agricultura.

A disponibilidade de água para agricultura é também um tema de preocupação para o governo chinês. A oferta de água apresenta dois problemas: (1) embora a disponibilidade total seja elevada, é limitada em termos *per capita*; (2) a oferta de água proveniente das chuvas é insuficiente, mesmo no verão, nas Regiões Norte e Noroeste, obrigando o uso de irrigação para produção de grãos. O país, no entanto, convive com problemas de perda de produção decorrentes de enchentes e transbordamentos, mas esses fenômenos ocorrem sobretudo no Sul. O problema central da baixa disponibilidade *per capita* de água é que o setor agrícola, maior consumidor da água, com cerca de 63,5% do total em 2005, sofre competição crescente dos setores industriais e dos consumidores urbanos. Dados de 2000 mostram que o setor agrícola consumia 69% do total de água consumido. A crescente competição não só levará a um aumento do custo de oportunidade da água, como também vai afetar diretamente a produção irrigada que, como já foi mostrado anteriormente, cobre 55 milhões de ha no país.

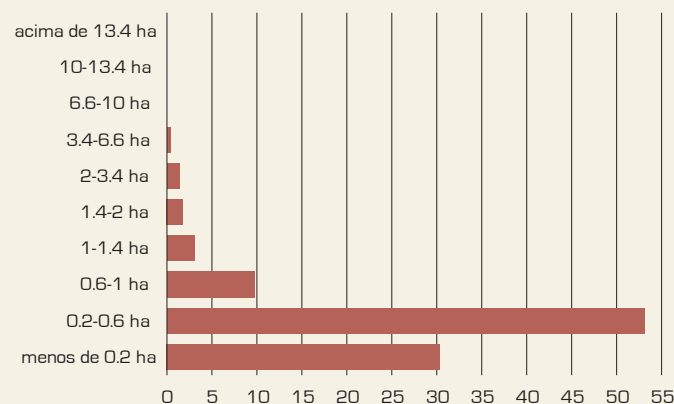
O terceiro fator de restrição à expansão da produção agrícola chinesa é a estrutura de produção. Cerca de 30% das propriedades rurais, de um total de 250 milhões, têm área de até 0,2 ha. Esse grupo é o chamado “agricultura de jardim”. Dos

Uso da terra na China (2006)



Fonte: NSB

Estratificação das propriedades rurais (porcentagem do número total de propriedades rurais)



Fonte: NSB

70% restantes, cerca de 62,5% têm propriedades entre 0,2 e 1 ha. Na produção de animais, a situação não é diferente. Mais de 60% dos produtores de suínos têm menos que 50 animais, 70% deos de bovinos têm menos do que 10 animais e 55% dos produtores de aves e ovos têm menos do que 2.000 aves.

Mudanças fundamentais no consumo de alimentos na China

Uma das fortes preocupações do governo chinês se refere ao crescimento desigual da economia do país. Essa constatação tem importantes implicações na tomada de decisão do governo em relação às políticas de redução de desigualdade e apoio ao desenvolvimento rural que estão em prática na China.

A mudança dos hábitos de consumo, fruto do crescimento da renda *per capita*, no entanto, é um fenômeno que ocorre tanto no meio urbano quanto no rural. No entanto, a diferença central é que no meio rural a tendência de migração do consumo de cereais para proteínas e frutas e vegetais é menos intensa e profunda. Nas estimativas de consumo de alimentos, comparando as tendências nos meios urbanos e rural, observa-se que o consumo de grãos está em queda nas cidades e no campo, e o consumo de fontes de proteína (carnes, pescados, ovos e leite) cresce em ambos. O tamanho do crescimento e o volume consumido, entretanto, são diferentes. Ainda se consome mais grãos no campo que nas cidades. Já o consumidor urbano demanda mais leite que o consumidor rural.

Crescimento da população, urbanização, crescimento de renda, redução nos preços por meio da desregulamentação do mercado doméstico e maior abertura comercial, levando a um aumento na competição, são os principais fatores que explicam o crescimento do consumo de alimentos na China.

A política agrícola da China e suas implicações para o comércio

A política agrícola chinesa tem sua base de sustentação em 5 grandes linhas estratégicas: (1) sustentação de preço e renda ao produtor; (2) subsídios para uso de insumos; (3) subsídios via crédito e capital para investimento; (4) infraestrutura rural e serviços públicos e (5) pesquisa e extensão rural. Seguindo a

lógica de um governo centralizado, o chinês desenvolve sua política agrícola com base em planos quinquenais. O plano para o quinquênio de 2006 a 2010 estabelece os seguintes objetivos de política agrícola: (1) garantir oferta de grãos e de outros produtos agrícolas de forma efetiva; (2) aumentar a rentabilidade da produção agrícola e sustentabilidade na renda das pessoas que vivem no campo; (3) garantir um desenvolvimento harmônico da sociedade rural.

As políticas que mais interessam ao agronegócio brasileiro são aquelas que podem produzir impactos negativos no mercado mundial de produtos agrícolas. Desde a entrada na OMC, o governo chinês vem montando sua estrutura de política agrícola procurando combinar as restrições impostas pela própria organização e os objetivos estabelecidos nos planos anuais. Observa-se, nos anos recentes, um forte aumento dos gastos do governo com o setor agrícola, sobretudo a partir de 2002. As rubricas de suporte à produção e formação de capital,

Mudanças no consumo urbano dos principais alimentos (kg per capita)

| | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Grãos | 130,72 | 97,00 | 82,31 | 76,98 |
| Legumes | 138,70 | 116,47 | 114,74 | 118,58 |
| Oleaginosas comestíveis | 6,40 | 7,11 | 8,16 | 9,25 |
| Suíno | 18,46 | 17,24 | 16,73 | 20,15 |
| Bovino e carneiro | 3,28 | 2,44 | 3,33 | 3,71 |
| Frango | 3,42 | 3,97 | 5,44 | 8,97 |
| Ovos | 7,25 | 9,74 | 11,21 | 10,40 |
| Pesca | 7,69 | 9,20 | 11,74 | 12,55 |
| Leite | 4,63 | 4,62 | 9,94 | 17,92 |
| Açúcar | 2,14 | 1,68 | 1,70 | N.A. |
| Frutas e melão | 41,11 | 44,96 | 57,48 | 56,69 |

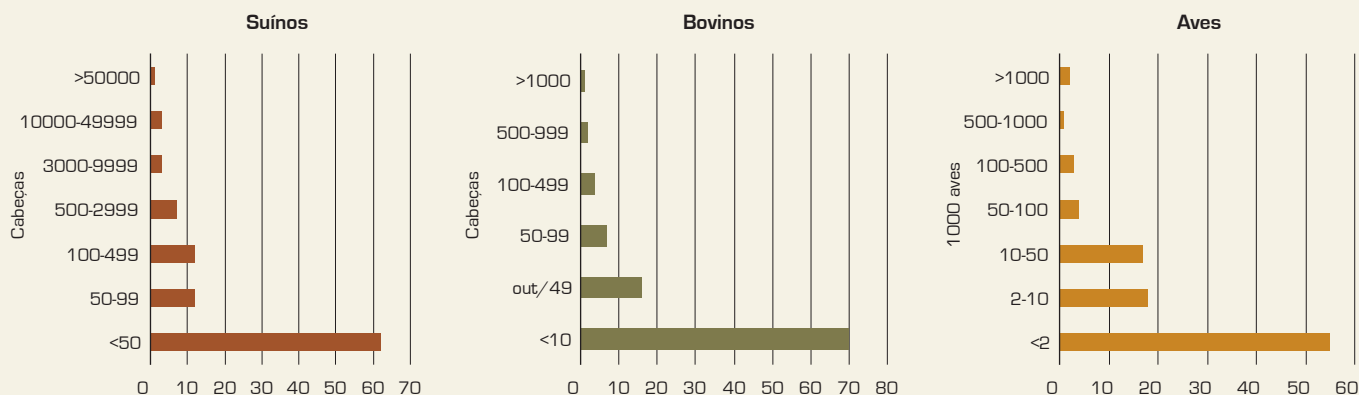
Nota: os valores referem-se às quantidades compradas e os grãos são em peso processado. Fonte: NSB

Mudanças no consumo rural dos principais alimentos (kg per capita)

| | 1990 | 1995 | 2000 | 2005 |
|-------------------------|--------|--------|--------|--------|
| Grãos | 262,08 | 258,92 | 250,23 | 208,85 |
| Legumes | 134,00 | 104,62 | 106,74 | 102,28 |
| Oleaginosas comestíveis | 3,54 | 4,25 | 5,45 | 4,90 |
| Suíno | 10,54 | 10,58 | 13,28 | 15,62 |
| Bovino e carneiro | 0,80 | 0,71 | 1,13 | 1,47 |
| Frango | 1,26 | 1,83 | 2,81 | 3,67 |
| Ovos | 2,41 | 3,22 | 4,77 | 4,71 |
| Pesca | 2,13 | 3,06 | 3,92 | 4,94 |
| Leite | N.A. | 0,64 | 1,06 | 2,86 |
| Açúcar | 1,50 | 1,28 | 1,28 | 1,13 |
| Frutas e melão | N.A. | 13,01 | 18,31 | 17,18 |

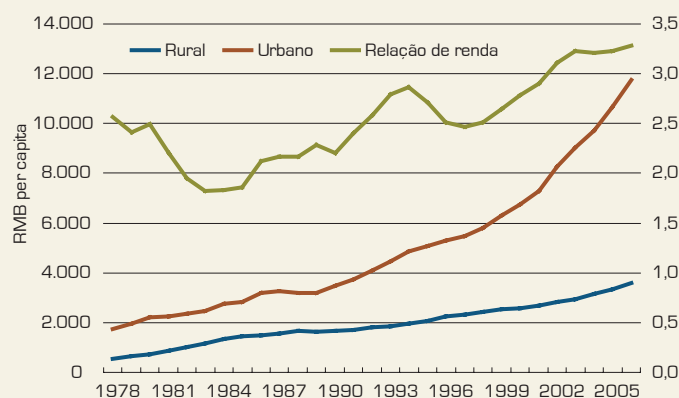
Nota: valores referem-se às quantidades consumidas e o consumo de grãos é em peso não-processado. Fonte: NSB

Estrutura da produção comercial de animais (% da produção total)



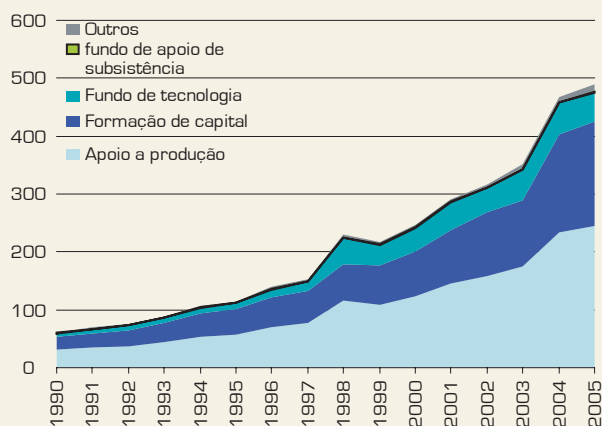
Fonte: Ministério da Agricultura da China

Evolução da renda per capita nos meios urbanos e rural



Fonte: NSB

Gastos públicos com o setor agrícola (bilhões de RMB *)



* Moeda chinesa Fonte: NSB

que estão relacionadas nas linhas estratégicas de sustentação de preço e renda, subsídios aos insumos e apoio a crédito e investimentos, são aquelas que mais cresceram. No entanto, a rubrica vinculada à pesquisa e à extensão não mostra sinais de mudanças nos anos recentes.

Além disso, o governo chinês tem em curso uma estratégia de eliminação das taxas que incidem sobre o setor agrícola. A eliminação do peso dos impostos sobre o setor agrícola certamente terá forte impacto na renda do produtor e poderá levar a um aumento de produção de algumas *commodities*.

As políticas de garantia de renda e preço, aliadas às políticas para aquisição de insumos (sementes, maquinário agrícola, fertilizantes e programas de apoio a controle de pragas e pestes), devem ser motivo de atenção pelo agronegócio brasileiro. Essas políticas vêm ao encontro dos objetivos da China de garantir segurança alimentar que, em última análise, podem levar à produção de excedentes, que poderão se converter em exportações subsidiadas no futuro. O governo chinês já gasta com o setor agrícola valores equivalentes a US\$ 50 bilhões de dólares.

A despeito da agricultura chinesa ser muito grande, os programas ligados à garantia de renda e preço e de subsídios aos insumos poderão trazer impactos negativos no comércio mundial. As políticas chinesas, do ponto de vista do mercado e do comércio mundial, servem de contrapeso aos problemas de expansão da produção associados às restrições de terra e água e de pulverização da produção. O balanço entre esses dois fatores – políticas estimulando produção embasadas no argumento da segurança alimentar e o peso das restrições no aumento da produção – desenharam a China e seu futuro papel no comércio mundial de alimentos e fibras.

1 Diretor geral do Icone

2 Pesquisador do Icone

* Texto baseado no documento Overview of Agri-Food Structure, Trade and Policies in China, preparado por Tian Weiming, no contexto do projeto coordenado pelo Icone Rede Latino-Americana e Asiática de Inteligência em Agricultura e Alimentos. O sumário executivo e o texto em versão na íntegra estarão disponíveis no site do Icone (www.iconebrasil.org.br) a partir de fevereiro de 2008.

União Européia

Avanço e contestação

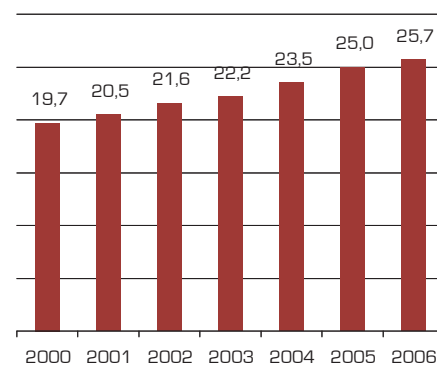
EM OUTUBRO último, a União Européia aprovou o plantio de variedades transgênicas de milho da Monsanto, Dow Chemical e DuPont, e uma variedade de beterraba transgênica da Monsanto. Com isso, sobe para 15 o número de variedades aprovadas. Essa decisão, além de expandir o mercado de produtos agrícolas transgênicos e superar a oposição local, trouxe de volta à tona a discussão sobre a demora para a liberação desses produtos no Brasil. Tanto a cadeia produtiva quanto os pesquisadores questionam a lentidão para aprovar itens que já circulam no mercado internacional.

A UE ainda concedeu autorizações de dez anos para o emprego em alimentos e rações animais a duas variedades de milho da Dow-DuPont, a um tipo de milho da Monsanto e a uma beterraba açucareira desenvolvida pela Monsanto e pela KWS Saat AG. A Comissão Européia, o braço regulatório da UE, é composta de 27 países. Os organismos transgênicos receberam avaliações positivas quanto à segurança.

As autorizações seguem a análise da UE, que, em alguns casos, se estendeu por quase dois anos, num processo qualificado como lento pelos EUA. A comissão tenta garantir a aprovação de produtos para o mercado mundial de sementes agrícolas transgênicas, que movimenta US\$ 6 bilhões.

Pesquisas mostram que mais de 50% dos consumidores europeus se opõem a essas categorias de alimentos, por temer desenvolver resistência a antibióticos e o surgimento de “superervas daninhas” imunes a herbicidas. No entanto, a perspectiva é de continuidade dos avanços nas aprovações. A UE encerrou uma moratória de seis anos sobre novos produtos

União Européia: área com lavoura transgênica (mil hectares)



Fonte: Isaa

transgênicos em 2004, depois de enrijecer as regras de rotulagem. Desde então, aprovou a importação de alguns produtos para uso em alimentos e rações.

Na Espanha, a área plantada com milho transgênico tolerante a insetos alcançou 75 mil hectares em 2007, 40% mais que em 2006.

Os governos da UE se recusaram a obrigar a Áustria a suspender a proibição a variedades de milho geneticamente modificadas produzidas pela Monsanto Co e pela Bayer AG. O país será autorizado a proibir o emprego do milho MON810 da Monsanto e do T25 da Bayer na alimentação humana e animal, segundo pelo menos 14 governos europeus, entre os quais os de Alemanha, França, Itália e Polônia. Aprovados em 1998, para emprego em alimentação humana, animal e para cultivo, a Áustria optou por se excluir do cumprimento das normas do mercado comum, devido a preocupações com segurança.

A CE considera a proibição não justificada porque os cientistas concluíram que os dois produtos são seguros para os con-

sumidores e o meio ambiente. Por sua vez, a oposição nega apoio político suficiente à comissão para determinar à Áustria a suspensão das restrições em meio aos apelos da Organização Mundial de Comércio (OMC) por abertura de mercado. A comissão tenta expandir o mercado de transgênicos diante da resistência de um grupo de países que também inclui Hungria, Grécia, Chipre e Luxemburgo. ■

Impasse no milho transgênico

Funcionários da área ambiental da UE propuseram proibir a venda de duas espécies de milho geneticamente modificado porque poderia causar danos a borboletas, perturbar cadeias alimentares e prejudicar a vida nos rios e riachos. As decisões preliminares circulam na CE, que responde pela decisão final. Existe ceticismo quanto a uma proibição, pois poderia perturbar o setor de biotecnologia e exacerbar as tensões com parceiros comerciais importantes, como os Estados Unidos. As sementes não estão disponíveis para cultivo em território europeu.

Uma decisão da UE de proibir o cultivo de safras geneticamente modificadas seria a primeira desse tipo no bloco comercial e intensificaria a batalha constante quanto ao milho geneticamente modificado. Sem anúncio formal, os Estados Unidos continuam frustrados com as políticas adotadas pelo bloco com relação a safras geneticamente modificadas.

Desde 1998, a Comissão recusa todos os pedidos de aprovação de safras geneticamente modificadas, mas até agora não rejeitou nenhum deles definitivamente, como pode vir a ser o caso com o milho geneticamente modificado. Em 2005, a Autoridade Européia de Segurança Alimentar, uma agência sediada em Parma, na Itália, considerou improvável que esses produtos prejudicassem a saúde humana, animal ou ambiental.

Associação

SRB amplia trabalho de representação da classe rural

A SOCIEDADE Rural Brasileira (SRB) vai ampliar em 2008 o trabalho de representação da classe rural, em sintonia com entidades parceiras, com destaque para Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), União Democrática Ruralista (UDR) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

A **SRB**, que completou, em maio deste ano, 88 anos de vida, vem trabalhando há oito décadas pelo desenvolvimento socioeconômico do País ao estimular o avanço do setor rural. O trabalho da entidade está registrado em inúmeros episódios, dos quais podemos destacar três:

- Durante a Assembléia Constituinte, em 1988, a entidade foi uma das mais fortes defensoras do direito à propriedade produtiva
- Na década de 90, antecipou-se às campanhas de combate à febre aftosa e de melhorias na defesa sanitária como condição para o Brasil atuar com resultados positivos nos mercados internacionais
- Os contenciosos contra os subsídios dos Estados Unidos ao algodão e da Comunidade Européia ao açúcar surgiram em debates na **SRB**.

A **SRB** também é um celeiro de líderes. O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, foi seu presidente, assim como Pedro de Camargo Neto, secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura no governo FHC e um dos maiores especialistas brasileiros em comércio agrícola internacional. O exemplo mais recente é o de João de Almeida Sampaio Filho, que, no final de 2006, licenciou-se

da presidência para assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

Hoje, a **SRB** é presidida, por Cesário Ramalho da Silva. Associado à entidade desde 1963, Ramalho é empresário rural, pecuarista e produtor de grãos e de cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. É filho, neto e bisneto de fazendeiros. *[leia na sequência desta matéria cobertura relativa à eleição de Ramalho para presidente]*.

Legitimidade

A **SRB** tem como principal fonte de receita a contribuição espontânea de quem acredita, que somente junto e organizado, o setor rural terá força para enfrentar os atuais e futuros desafios. E é justamente o apoio financeiro de caráter voluntário de seus associados que dá legitimidade aos posicionamentos da entidade, que priorizam a defesa da renda do produtor rural.

Na esfera da representação política da classe rural, a **SRB** mantém ativos 21 departamentos setoriais, que contemplam as principais atividades rurais. Integra os maiores fóruns de decisão do agronegócio, com destaque para o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPAC), Conselho Nacional do Agronegócio (Consagro), as Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm) e assento nas reuniões ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Participa também do Comitê de Agronegócios da Fiesp, do Comitê Nacional de Agroenergia, bem como do Instituto do Agronegócio Responsável

(Ares) e do grupo de trabalho com foco no desenvolvimento sustentável, Brazilian Business Coalition, coordenado pela Sadia.

Conhecimento e negócios

Além do permanente esforço representativo, a **SRB** adiciona às suas atividades a disseminação de conhecimento, a prestação de serviços, a geração de oportunidades e negócios aos seus sócios. A entidade promove seminários, debates, comitês, missões nacionais e internacionais, que trazem as novidades da política, economia e tecnologia rural.

Somam-se ainda as facilidades do Canal de Negócios **SRB**, em que os associados têm a oportunidade de se conhecerem e, a partir deste contato, promoverem novos negócios entre si. Este relacionamento acontece, principalmente, por meio das peças de comunicação da entidade (*site*, *newsletters* e informativos), nas quais o associado-empresa expõe sua marca, seus produtos e serviços, e o sócio pessoa-física tem facilidades no fechamento de algum negócio. Acesse www.srb.org.br.

* Confira a seguir os mais recentes destaques da pauta de trabalho da SRB para o setor rural.

Nova diretoria

O QUADRO associativo da **SRB** escolheu, no início de dezembro, a candidatura única, estabelecida por consenso, de Cesário Ramalho da Silva, para

presidente da entidade. Ramalho já ocupava a presidência em exercício desde o final do ano passado, quando, na qualidade de vice-presidente, substituiu João de Almeida Sampaio Filho, que se licenciou para assumir a Secretaria da Agricultura de São Paulo. O pleito também renovou parte da diretoria executiva e do conselho da organização [*relação dos nomes ao final do texto*]. Ramalho toma posse oficialmente em fevereiro de 2008 para um mandato de três anos, com direito a uma reeleição.

Agronegócio continuará crescendo

“O maior desafio do agronegócio hoje é crescer de forma sustentável, com base na tríade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente adequada, oferecendo renda justamente ao seu principal ator, o produtor rural”, afirma Ramalho. Ele destaca que a agricultura brasileira registrou saltos de produtividade nos últimos anos, impulsionada, especialmente, pelos avanços em pesquisa, que resultaram no domínio da tecnologia de produção rural nos trópicos pelos produtores.

Segundo análise da **SRB**, com base em números do Ministério da Agricultura, a área plantada aumentou apenas 20% desde a safra 1990/91 até a temporada atual, saltando de 37,9 para 45,5 milhões de hectares, enquanto a produção cresceu 118%, saindo de 57,9 para 126 milhões de toneladas de grãos. “O agronegócio continuará crescendo significativamente, tendo como alavanca as perspectivas de expansão do consumo de alimentos, tanto no âmbito doméstico quanto no mundial, bem como a forte demanda pela agroenergia”, diz Ramalho.

Renda para o produtor rural

Ramalho ressalta que o agronegócio cresceu, gerou empregos, superávits comerciais – que contribuíram para que o País suportasse crises internacionais – abriu mercados para o Brasil, promoveu desenvolvimento no interior e colocou alimento mais barato na mesa do consumidor. “A agricultura se modernizou, adotou novas técnicas, modelos de gestão, conquistou

mercados, produtividade mas, infelizmente, a renda do produtor andou para trás.”

De 2000 a 2006, por exemplo, estudo da **SRB**, divulgado em agosto, revelou que os custos de produção para o produtor aumentaram 103% ante um avanço de receita menor, de 70%, no mesmo período. Assim, descapitalizado pelos resultados negativos dos últimos anos, principalmente em razão de fenômenos conjunturais desfavoráveis de clima e câmbio, o produtor sofre ainda com o endividamento – em muitos casos por correções monetárias absurdas –, com a má distribuição de renda entre os elos da cadeia produtiva e com os gargalos estruturais do chamado Custo Brasil.

Carga tributária na casa dos 40% do PIB, juros ainda muito altos, seguro rural incipiente (somente em 2,5% das lavouras), infra-estrutura logística precária, legislação trabalhista conflitante com as particularidades do trabalho

rural, atrasos com relação à implementação da biotecnologia, complexidade e burocracia na legislação ambiental também se configuram como vilões da renda do produtor.

Isso sem contar, lembra Ramalho, a insistência do governo federal em um modelo agrário falido, que intranquiliza quem produz e afasta investimentos do País, além de colocar sob o guarda-chuva do assistencialismo, e não no caminho da emancipação, as pessoas assistidas.

Na avaliação do presidente da **SRB**, a agricultura deu mais ao País do que o Estado foi capaz de assimilar e retribuir, e a sociedade, de compreender. “Logo, é para aumentar a percepção dos benefícios da transferência de renda da agricultura para toda a sociedade brasileira e, assim, continuar defendendo o direito do produtor de produzir para obter renda, que a **SRB** focará seu trabalho nos próximos anos”, finaliza Ramalho.



Diretoria Executiva da SRB para o triênio 2008/2011

Presidente: Cesário Ramalho da Silva

Vice-presidentes: Gustavo Diniz Junqueira, Joaquim Álvaro Pereira Leite, Roberto Penteado de Camargo Ticoulat

Diretoria executiva: Alexandre Dominguez Bellizia, Clóvis Ferreira de Moraes Jr, Eduardo Soares de Camargo, Gino de Biasi Neto, Rubens de Vilhena Resstel

Conselheiros: João de Almeida Sampaio Filho, Antônio Júlio Junqueira de Queiroz, Roberto Rodrigues, Linneu Carlos da Costa Lima, Rubens de Vilhena Resstel, Luis Mendes Prates, Renato Ticoulat Filho, Flávio Páscoa Teles de Menezes, Jovelino Carvalho Mineiro Filho, Cesário Ramalho da Silva, Henrique de Souza Dias, Luiz Marcos Suplicy Hafers, Alfredo Santos Júnior, Roberto Diniz Junqueira Filho, Ovídio Carlos de Brito, Fábio de Salles Meirelles, Antônio de Paiva Neto, Pedro de Camargo Neto, José de Sampaio Góes, Maria Isaltina de Almeida Prado, Gino de Biasi Neto

Suplentes: Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Joaquim Álvaro Pereira Leite, Clóvis Ferreira de Moraes Jr, Gustavo Diniz Junqueira, Paulo da Rocha Camargo, Giannandrea Matarazzo, Cláudio Braga Ribeiro Ferreira

Seguro rural

EM AUDIÊNCIA com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no final de novembro, o presidente da **SRB**, Cesário Ramalho da Silva, acompanhado de Clóvis Ferreira de Moraes Jr., diretor da entidade e presidente da Câmara da Borracha Natural, propôs que o Ministério incentive a concorrência no mercado de seguro rural.

Segundo Ramalho, as principais culturas de grãos do País carecem de coberturas de qualidade e a competição entre as seguradoras será capaz de mudar o quadro.

Em documento entregue ao ministro, a **SRB** destacou que “a questão é solicitar às entidades governamentais responsáveis pela aprovação do seguro, e que efetuam a retrocessão de seguro no mercado internacional de resseguros, que não padronizem os produtos”.

Com a medida, as entidades governamentais devem apoiar e participar dos programas das seguradoras e estimulá-las a oferecer produtos diferenciados. Ainda sobre seguro rural, Ramalho também se reuniu com o diretor comercial da Seguradora Brasileira Rural, Geraldo Mafra.

Outro tema abordado com o ministro foi a expansão da heveicultura no Brasil e a viabilidade da seringueira ser usada na averbação de reserva legal. Ramalho felicitou, ainda, Stephanes pela decisão de retornar o Sisbov para alçada da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Caprinovinocultura

A **SRB** reuniu os principais agentes da cadeia produtiva da caprinovinocultura para criar um comitê de trabalho da iniciativa privada dedicado à expansão de ambas as atividades.

De acordo com o diretor executivo da **SRB**, Eduardo Soares de Camargo, o objetivo do Comitê é fomentar o desenvolvimento da cadeia produtiva da ca-

pratinovinocultura, com base na visão de planejamento do setor privado.

Segundo ele, o Comitê terá como missão amplificar o ponto de vista da iniciativa privada, com relação a desafios e oportunidades, procurando interagir com outros grupos de discussão do segmento, que já são ligados a órgãos governamentais.

Além disso, Camargo destaca que o Comitê irá promover o relacionamento, entre os atores da atividade, que favoreça a geração de negócios.

Após duas reuniões, os membros do Comitê aprovaram proposta do Programa de Agronegócios Pensa-USP para realização de um mapeamento das relações de negócios da cadeia produtiva da caprinovinocultura.

É esse estudo que oferecerá subsídios para que o segmento desenvolva um plano estratégico de expansão. O Comitê concentra esforços agora para viabilizar financeiramente o trabalho, por meio da captação de patrocínios.

Café

A **CONAB** precisa investir mais para aprimorar o processo de coleta de dados, que dão origem às estimativas de área plantada, previsão de produção, entre outras pesquisas da área do café.

Esse foi o tema em destaque da terceira reunião do ciclo de encontros *Caminhos para o Café*, realizada em novembro, na sede da **SRB**, organizadora da iniciativa.

Segundo o diretor do departamento de café da entidade e coordenador do grupo, Luiz Marcos Suplicy Hafers, a Conab tem que lapidar a apuração do trabalho de campo, com objetivo de melhorar a precisão das estatísticas, embora os números da estatal sejam os mais confiáveis entre os disponíveis no mercado.

Hafers pontuou que a **SRB** defende o pagamento das dívidas por meio de uma renegociação viável, em que o produtor rural salde seus débitos de acordo com seu rendimento. Hoje, a camada dos produtores médios é a que sofre mais.

Isso porque o pequeno tem assistência do Pronaf e anistia de encargos sociais, ambientais, entre outros, e o grande tem porte para tocar o negócio sozinho.

O grupo debateu ainda riscos para as exportações, devido ao aumento de produção dos concorrentes. O Brasil poderá ter pela frente o paradoxo de ter de elevar substancialmente a produção, provocando queda das cotações, para ganhar dos rivais no preço.

Quilombolas

A **SRB** protocolou dia 26 de novembro no STF ingresso na Adin nº 3239, na qualidade de *amicus curiae*, como parte interessada no processo, que trata da inconstitucionalidade do Decreto 4.887, relativo a terras para remanescentes de comunidades quilombolas.

O referido decreto, baixado pelo governo federal em 2003, cria obstáculo perigosíssimo ao direito de propriedade, ao determinar que a caracterização dos quilombolas e das áreas sujeitas à desapropriação será atestada mediante “autodefinição”.

Ou seja, quem simplesmente se achar descendente de comunidade remanescente de quilombo poderá requerer seu pedaço de terra, mesmo se nunca o ocupou ou trabalhou nele. Com objetivo de anular os efeitos jurídicos alegando inconstitucionalidade do Decreto, o PFL, atual DEM, ingressou em 2004 com a citada Adin.

Agora, a **SRB** ingressou como terceiro interessado para reforçar os argumentos da Adin, que sustenta, ainda, que a regulamentação da matéria só pode ocorrer por meio de lei complementar e que se trata de desapropriação inconstitucional, pois torna *sub judice* áreas privadas, com título definitivo outorgado. ■

Os advogados do Comitê Jurídico **SRB**, Gastão de Souza Mesquita Filho, Ricardo de Aquino Salles e Francisco de Godoy Bueno foram os autores da *Amicus Curiae* da **SRB**. Leia a matéria completa no Portal **SRB** www.srb.org.br.

Abastecimento

Estoque mundiais de alimentos em baixa

SEM MANIFESTAR sinais de fraqueza e de reversão, prossegue a disparada dos preços internacionais de grãos, que começou em outubro de 2006, com a febre do etanol nos Estados Unidos. Em relação ao início deste ano, eles entrarão mais elevados em 2008. O mercado aposta nessa tendência e deixa em segundo plano o refluxo dos investimentos na produção norte americana de etanol de milho.

Se o biocombustível é um elemento de forte influência para a subida dos preços dos grãos, um outro fator que pesa bastante é a demanda emergente da Ásia, principalmente a China, não apenas em quantidade mas, também, em qualidade.

Em seu relatório, publicado em outubro último, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alerta para a alta dos preços de grãos, como geradora de tensões sociais e até de violência nos países mais pobres.

A entidade destaca o aumento na conta dos países importadores de alimentos, de 14% neste ano em relação a 2006, na compra de produtos agrícolas. No total, os países em desenvolvimento gastarão o valor recorde de US\$ 52 bilhões na importação de cereais em 2007.

Para a FAO, os estoques de cereais continuarão baixos nos próximos anos. A situação é preocupante. O consumo de cereais no mundo aumentará em 2%, para 2,1 bilhões de toneladas, enquanto os estoques, de 143 milhões de toneladas, estão nos níveis mais baixos dos últimos 25 anos.

O etanol seria responsável por 75% desse crescimento. Entre 2006 e 2007, o uso industrial de cereais para a produção de etanol deve aumentar em 9%. Já

a alta no consumo de alimentos deve ser de 1% e uma inflação nos preços deve até gerar uma queda no consumo em alguns países.

Nem mesmo a previsão de uma produção recorde de cereais no mundo este ano, de 2,11 bilhões de toneladas, deve resolver os problemas. Esse volume apenas responderá à demanda internacional e os estoques continuarão baixos. O comércio internacional também deverá ser afetado negativamente.

Uma das explicações é a safra decepcionante na Europa. A produção foi a pior desde 2003. Romênia e Bulgária, tradicionais produtores, tiveram uma redução na safra de trigo de 35% e 45%. Para tentar frear a inflação, os europeus liberaram a importação de trigo.

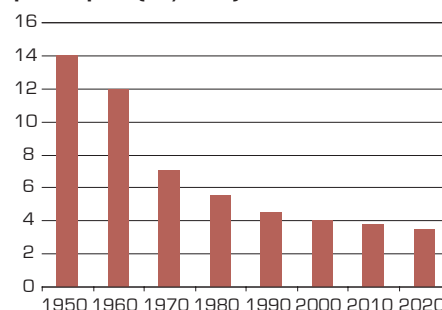
Começam as reações

Nos países andinos, os altos preços dos alimentos geram encarecimentos, como no valor do pão. Vários governos tomaram medidas para tentar controlar o preço. Na Bolívia, o Exército operou moinhos para produzir pão. Na Ásia e no Oriente Médio, a FAO lembra que protestos e manifestações violentas foram registrados após o aumento dos preços. A situação, porém, poderá piorar nos próximos meses.

A Argentina propõe debater a introdução de uma tarifa de exportação para produtos agrícolas para todo o Mercosul. O Brasil foi sempre contrário à idéia. Com a alta nos preços das *commodities*, um número cada vez maior de países sinaliza que poderia introduzir a taxa.

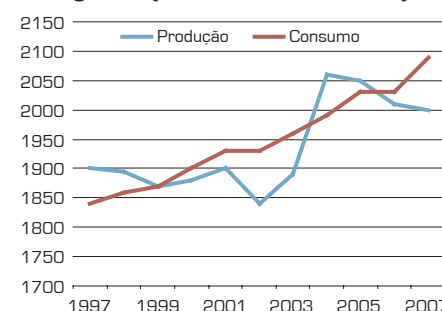
Na Organização Mundial do Comércio (OMC), essa prática não é considerada uma solução, pois a alta nos preços deve ser algo

Mundo: área agricultável per capita (ha/hab)



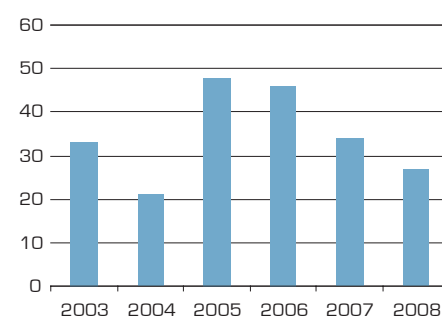
Fonte: FAO

Mundo: balanço da produção e consumo de cereais e grãos forrageiros (milhões de toneladas)



Fonte: FAO

Mundo: relação entre estoque e consumo (%)



Fonte: FAO

de longo prazo, e a tarifa, portanto, teria de se perpetuar para apresentar resultado.

A taxa às exportações objetiva evitar uma exportação excessiva da safra, o que poderia deixar o mercado interno desabastecido, e os preços dos alimentos elevados. A situação do mercado internacional é um estímulo às exportações. Há um excesso de demanda e não há carne, grãos ou lácteos em volumes suficientes.

Enquanto isso, o governo brasileiro deve priorizar as negociações na Organização

Mundial do Comércio (OMC). Diante da alta nos preços de alimentos, esse seria o melhor momento para reformar as políticas dos países ricos e abrir mercados. Existe um descontentamento com a demora dos americanos em apresentar os recursos distribuídos aos seus produtores de 2002 a 2005. O atraso é superior a cinco anos. O ideal é a criação de um mecanismo para avaliar, todos os anos, esses números.

Entre as posições da Argentina e do Brasil, existem diferenças no tempo das negociações e nos preços de *commodities*. Os negociadores não tomam decisões baseados em algo que passe em seis meses, um ano ou nem mesmo cinco anos.

Com medo da escalada da inflação, o governo da China estuda estender, para todo o ano de 2008, uma redução na tarifa de importação sobre a soja em grão (de 3% para 1%), que venceria ao fim de dezembro. Além disso, o governo chinês pensa em reduzir também a tarifa de importação de óleo de soja e isentar os dois produtos do imposto de valor agregado no país.

As medidas vão beneficiar os exportadores de soja do Brasil, e a Bolsa de Chicago já refletiu isso, com a soja atingindo as maiores cotações dos últimos 34 anos. As importações de soja e óleo de soja aumentaram 81% nos primeiros dez meses do ano, numa tentativa do governo de reduzir os preços dos alimentos, sejam os de consumo direto da população, sejam as rações para animais.

A inflação na China voltou a crescer e atingiu o recorde histórico de 6,5% em outubro – o mesmo de agosto, a maior taxa nos últimos 11 anos – pressionada pelos aumentos nos preços dos alimentos, que subiram em média 17,6%. No acumulado do ano, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) medido pelo Escritório Nacional de Estatísticas, o IBGE chinês, a inflação acumula uma alta de 4,4% este ano, bem acima da meta de 3% fixada pelo governo.

Em setembro, quando o índice de inflação recuou para 6,2%, as autoridades se apressaram em dizer que a situação estava sob controle e que os preços tenderiam a recuar a partir de então, negando, mais

Mercados aquecidos

Pressionadas pela entrada da safra 2007/08 dos EUA no mercado, as cotações internacionais de soja e milho ainda encontram, na forte atuação de fundos de investimentos, suporte para continuar bem acima de suas médias históricas. A sustentação se espalha pelas *commodities* em geral, inclusive as não-agrícolas, como, sobretudo, o petróleo, com grande influência sobre o milho, matéria-prima do etanol americano.

Com contágio similar, o trigo negociado em Chicago apresenta a maior variação positiva nos últimos doze meses, fortemente impulsionada pela prolongada estiagem na Austrália, uma maior demanda mundial, baixos níveis de estoques e oferta mais reduzida. Há ainda o custo do transporte por causa do aumento dos preços do petróleo. A consequência é uma inflação no preço do pão em muitos países.

Por conta desse cenário, as exportações brasileiras de milho serão recordes e próximas a 10,0 milhões de toneladas neste ano. O cereal destacou-se até mesmo no segundo semestre, quando tradicionalmente a exportação de soja é mais forte. As perspectivas são positivas para o preço e a pressão nos custos de produção de aves e suínos será bem forte. Para abastecer a Região Nordeste, cresce a pressão para a liberação das importações de grão transgênico.

Para a soja, o horizonte mundial é a produção superar o consumo, o que não ocorreu nas últimas três safras. O preço do grão está em alta desde o segundo semestre do ano passado, próximo dos US\$ 11 por bushel.

No trigo, o preço dos contratos futuros apontam elevação ao longo do primeiro trimestre do próximo ano, sempre acima de US\$ 8 por bushel. Além disso, os estoques devem decrescer ao nível de 100 milhões de toneladas, o que, a se confirmar, será o menor dos últimos 29 anos.

A alta do preço do petróleo puxou a demanda por etanol de milho. Entre 2006 e 2008, os Estados Unidos destinarão ao etanol um volume de milho quase equivalente a todo o comércio mundial da *commodity*. A safra americana deve ser 26% maior em 2007 que no ano passado e atingirá um volume recorde. Uma safra recorde também é esperada na América do Sul e no México.

Conclusão

Na esteira dos grãos e do etanol, diante de uma conjuntura excepcional, a pecuária também apresenta aquecimento de preços, com pressão de custo e demanda adicional por proteína animal. Por sua vez, as culturas perenes mostram uma tendência de firmeza de preços. A laranja, apesar dos problemas de negociação na cadeia produtiva possui oferta limitada. O café, com saldo de produção e demanda negativo, apresenta queda nos estoques.

uma vez, que a economia estivesse atravessando uma fase de superaquecimento. Mas, os indícios de um impacto inflacionário do crescimento chinês parecem irrefutáveis. Afinal, o Índice de Preços ao Produtor (IPP), que mede a inflação no atacado, cresceu 3,2% em outubro, o maior aumento dos últimos nove meses.

Enfim, muitos desafios aparecem no horizonte de curto prazo da agricultura.

A busca de tecnologia e a conquista de maior produtividade continuam a fazer parte de uma batalha incessante das cadeias produtivas. A população continua a aumentar e a melhoria da renda incrementa o consumo de alimentos. A questão do biocombustível também exige uma resposta rápida. O Brasil terá um papel importante no novo cenário mundial do sistema de alimentos, fibras e energia. ■

Inovação

Conhecimento e riqueza

Silvio Crestana*

POR MEIO da conquista do conhecimento em agricultura tropical, o Brasil alcançou a segurança alimentar e uma dinâmica de exportação de excedentes de produção. Essas conquistas deram-se porque o conhecimento gerado se traduziu em negócios, produtos e bem-estar social. O produtor evoluiu em auto-estima, deixou de ser considerado o Jeca Tatu para atuar como um verdadeiro *global player*.

Somos líderes em agricultura tropical no cenário mundial, graças ao árduo trabalho realizado em políticas públicas, construção das instituições, cooperação internacional, capacitação de profissionais e investimentos em Ciência e Tecnologia (CeT).

No entanto, o cenário multifatorial do novo ciclo da agricultura exige muito mais esforços contínuos e planejados. Precisamos desenvolver uma agricultura de alimentos, energias e fibras contempladora das dimensões do desenvolvimento sustentável, que são a econômica, a social e a ambiental.

São os investimentos em CeT que acompanharão a evolução em sua demanda. Os Estados Unidos anunciaram investimento de US\$ 1,6 bilhões para PD&I em etanol para os próximos 3 anos. Prevemos US\$ 25 milhões para a Embrapa Agroenergia, nos próximos 5 anos. Países desenvolvidos investem entre 2,5 a mais de 3% do PIB Agrícola em pesquisa, enquanto nos países em desenvolvimento isso fica entre 0,5 e 0,8%.

Para produzirmos mais e melhor, precisamos de gestão, organização e de arranjos institucionais para flexibilizar as parcerias entre o setor público e público-privado. As soluções precisam ser implementadas, uma vez que a competição interna por investi-

Demandas em Ciência e Tecnologia

- Maiores e mais complexas;
- Fronteira do conhecimento;
- Agroenergia;
- Mudanças climáticas;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia;
- Sanidade animal e vegetal;
- Insumos;
- Alimentos funcionais e nutraceuticos;
- Alimentos seguro;
- Rastreabilidade;
- Certificação;
- Sistemas integrados;
- Modelagem de sistemas.

Questão importante para a revitalização da Parceria Pública-Pública.

- Reestruturação física e pessoal treinado para operar adequadamente o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA);
- Os estados precisam:
 - a) Investir em suas Organizações de Pesquisa Agropecuária (Oepas);
 - b) Assumir a agenda de C&T para agregar forças e distribuir tarefas entre as instituições.

mentos é em parte devida às importantes demandas públicas em infra-estrutura a que ainda temos de atender no país.

Em 2006, foram captados R\$ 11,8 milhões, via Embrapa, em emendas parlamentares para as Oepas. Mas a idéia é que haja uma paridade de cerca de um real investido pelo estado ou município para cada real federal.

Há também a necessidade de se romper o paradigma da concentração de profissionais de CeT nas universidades e centros de pesquisa, com poucas empresas privadas investindo em Pesquisa e Desenvolvimento. Isso é hoje um dos fatores importantes que limitam a transformação de conhecimento em inovação no País.

Existe uma clara correlação entre conhecimento e riqueza na sociedade global. Nos países desenvolvidos como Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, a maior parte dos profissionais ligados à CeT (60 a 80%) atuam no setor privado.

Uma das propostas para viabilizar esse modelo de investimento no Brasil são as empresas de propósito específico, previstas pela Lei de Inovação. Esperamos assim, alcançar uma situação em que, para cada real de investimento do setor público, haja uma contrapartida de um real do setor privado. É uma forma de permitir a fusão do conhecimento científico e tecnológico das instituições públicas de CeT com o saber negocial, de *marketing* e de distribuição de produtos e serviços que as empresas têm.

Com isso atingiremos uma base tríplice de investimentos (governo federal, governo estadual e/ou municipal e iniciativa privada) para dar sustentabilidade ao SNPA e permitir impactos mais relevantes da inovação sobre a economia do País.

Já existe no Brasil um quadro favorável à inovação, com boas oportunidades apresentadas por meio de recentes e importantes marcos regulatórios como a Lei da Inovação, a Lei de Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, a Lei de Biossegurança, a “Lei do Bem”, a Lei de Regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A Embrapa não tem poupado esforços e iniciativas na busca de soluções que permitam a conversão de conhecimento em bem-estar social e ambiental, redução da pobreza e que confirmem soberania e promovam a cooperação de nosso país com a comunidade internacional. ■

* Diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Qualiagro

A fraude do leite

ESTE ANO teria tudo para ser marcado e lembrado como memorável para a cadeia produtiva do leite. Os preços no mercado interno, os mais altos dos últimos dez anos, trouxeram de volta bons resultados econômicos para os criadores melhorarem a produção com mais ganhos de produtividade. Da mesma forma, a indústria de laticínios comemora registros importantes na sua balança comercial, apesar das dificuldades enfrentadas com o câmbio sobrevalorizado.

O Brasil se tornou exportador de lácteos principalmente pela qualidade de seus produtos, reconhecida pelos mais de cem países importadores que visitam periodicamente suas fábricas para verificar o cumprimento de suas exigências, que superam em muito as da legislação brasileira.

A Instrução Normativa 51 trouxe benefícios ao setor. Exigiu que o leite fosse resfriado na propriedade e transportado a granel em tanques isotérmicos. Ao mesmo tempo, trouxe qualidade, ao possibilitar que os produtores recebam o paga-

mento do produto de acordo com seus índices de aprimoramento técnico

Assim, quando pareciam reinar um horizonte limpo e um céu de brigadeiro, a denúncia de fraude no leite longa vida, desencadeada em outubro pela Operação Ouro Branco, da Polícia Federal, caiu como uma verdadeira bomba. A Cooperativa dos Produtores de Leite do Vale do Rio Grande (Coopervale) e a Cooperativa Agropecuária do Sudoeste Mineiro (Casmil) foram acusadas de adicionar substâncias não permitidas ou acima da dosagem permitida por lei ao leite longa vida. Isso foi constatado em laudo emitido por laboratório vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Houve imediatamente uma queda na procura no tipo mais vendido no país, o leite destinado à ultra-pasteurização (UHT), com maior demanda que o produto pasteurizado. Os preços, até então em alta pela entressafra e a seca prolongada nas bacias de produção, arrefeceram.

Entidades importantes do setor distribuíram nota para explicar que se tratava de casos isolados.

Porém, o desgaste já estava estabelecido de forma irreversível, e a imagem precisa ser cuidadosamente retrabalhada. É deixar a tempestade passar e a situação voltar à normalidade. O importante é trazer as informações e prestar o máximo de esclarecimento para o consumidor.

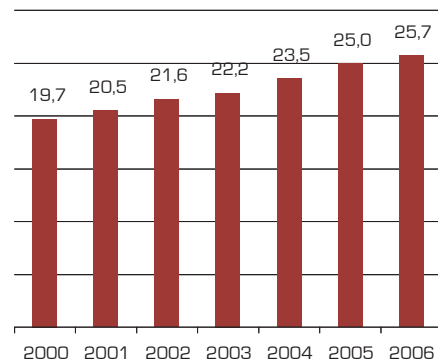
Infelizmente, o caso em si não surpreende, e mostra a vulnerabilidade existente na comercialização de produto fora da conformidade. Para a Comissão de Pecuária Leiteira da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), é a triste constatação da existência de empresas sem o devido esmero na aquisição de leite resfriado.

Cerca de 80% do leite do Centro-Sul do País são refrigerados e transportados a granel. Os produtores ao longo desses últimos anos compraram tanques de expansão e melhoraram a rede de energia, para garantir a entrega de um produto de qualidade. Apesar de cumprir o seu papel, eles também são afetados em termos de imagem porque os fatos dizem respeito à cadeia produtiva.

O MAPA anuncia mudanças a serem implementadas no Sistema de Inspeção Federal (SIF). No novo modelo, as inspeções serão menos frequentes e mais minuciosas, e será eliminada a figura do fiscal federal agropecuário que trabalha de forma permanente nos laticínios. Serão equipes de, no mínimo, três profissionais que farão inspeções aleatórias nos estabelecimentos. Em 2006, o SIF condenou 21 milhões de litros de leite no País. Outros 113 milhões de litros foram recomendados apenas para aproveitamento condicional, ou seja, para serem usados na fabricação de derivados de leite.

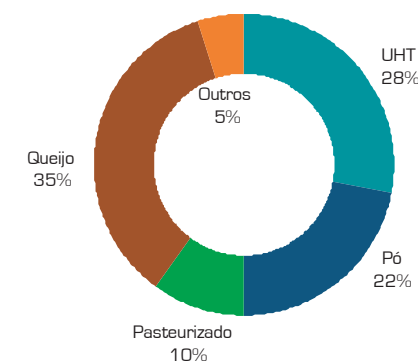
A OCB, CBCL e a CNA propõem a intensificação das ações de fiscalização nos laticínios, indistintamente em todo o País, de modo a garantir a qualidade do leite para consumo da população brasileira. O MAPA e a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) devem vir em rede nacional fazer os devidos esclarecimentos para tranquilizar o consumidor, as empresas e mais de 1.300.000 produtores de leite. ■

**Brasil: produção de leite
(bilhões de litros)**



Fonte: Embrapa/Leite

Destino do leite captado



Fonte: Embrapa/Leite

Comunicação

Road Show na Europa

Carlo Lovatelli*

DURANTE O final de setembro e início de outubro promovemos um *road show* em países europeus com o objetivo de melhorar o nível de informação sobre a sustentabilidade do agronegócio soja e de divulgar diversas ações estratégicas desenvolvidas pelo setor. Aproveitamos também a oportunidade para levarmos ao conhecimento dos vários públicos o desenvolvimento da agroenergia brasileira.

Conosco, fizeram também parte da comitiva Fabio Trigueirinho, secretário executivo da Associação Brasileira da Indústria de Óleo Vegetal (Abiove), Marcos da Rosa e Ricardo Arioli, ambos vice-pre-

sidentes da Aprosoja e Luiz Carlos Corrêa de Carvalho, vice-presidente e coordenador do Comitê de Agroenergia da Associação Brasileira de Agribusiness.

A iniciativa contou com a participação ativa e apoio logístico das embaixadas do Brasil na Alemanha, nos Países Baixos e no Reino Unido e da Missão Brasileira na Comunidade Econômica Européia. O embaixador Seixas Corrêa, em Berlim, e a embaixadora Maria Celina, em Bruxelas, promoveram eventos sociais nas suas residências oficiais para estimular a nossa aproximação com os interlocutores dos referidos países.

O trabalho compreendeu várias reuniões de trabalho, com apresentação em *power point* e a participação de clientes, organizações da sociedade civil, políticos, funcionários de governo de outros países, diplomatas sul-americanos, jornalistas e formadores de opinião.

Da nossa agenda, destacamos as seguintes atividades:

- No Parlamento Europeu, encontro com parlamentares e assessores;
- Encontro com autoridades da Comissão Européia na residência da embaixadora, inclusive o diretor de Energias Renováveis e o diretor-geral

Amazônia Legal: um conceito administrativo

Área: 510 milhões de hectares

Território: 9 estados

61% do território brasileiro

8 biomas diferentes

População: 23 milhões de habitantes

Bioma Amazônia: um conceito ambiental

Área: 420 milhões de hectares

49% do território brasileiro

A área do Bioma Amazônia equivale a 101 vezes a área da Holanda

População: 20 milhões de habitantes

A *Rain Forest*, com uma área de 367 milhões de hectares, está contida no Bioma Amazônia

Fonte: IBGE



Floresta Amazônica – 2006

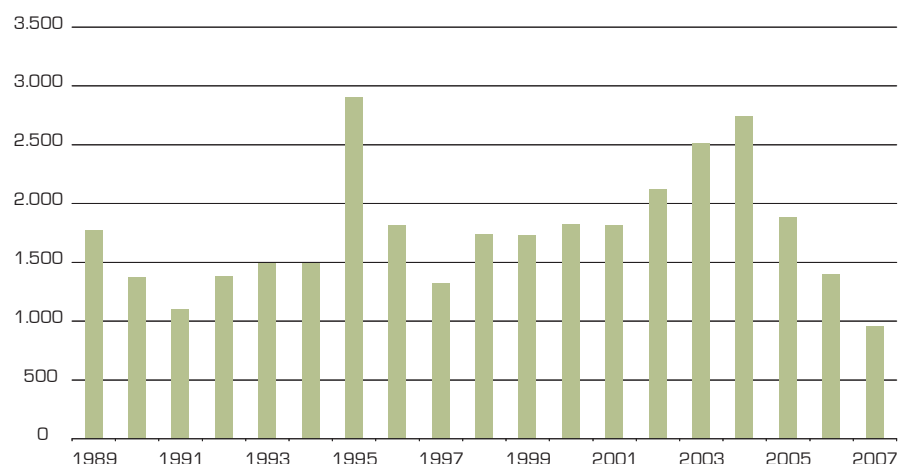
| | | |
|-------------------|-----|------|
| Áreas de floresta | 299 | 81% |
| Desflorestamento | 68 | 19% |
| Floresta original | 367 | 100% |

Fonte: Inpe

para Energia e Transportes, sr. Alfonso Gonzalez-Finat;

- Visita à Assembléia Geral da Nevedi (Nederlandse Vereniging Diervoederindustrie), entidade que congrega fabricantes de ração dos Países Baixos, uma das maiores da Europa, com cerca de 250 participantes;
- Encontro com o diretor da ONG Greenpeace na Europa, sr. Gerd Leipold;
- Reunião com o diretor-geral de Política Econômica Externa do Ministério da Economia e Tecnologia da Alemanha, Sr. Karl Brauner; sobre biocombustível, e etanol em particular;
- Reunião com a Comissão Mista Brasil-Alemanha, na sede da BDI (Bundesverband der Deutschen Industrie), com exposição sobre sustentabilidade e biocombustível, seguida de coquetel na residência do embaixador;

Amazônia Legal: área de desmatamento 1989-2007* (mil hectares)



Nota: 2007 deverá registrar o nível mais baixo de desmatamento desde 1989; * Referente ao período de 12 meses findo em 31 de julho do ano referido

Fonte: Inpe

- Visitas aos Ministérios da Agricultura da Alemanha e da Holanda; nesta também ao Ministério do Meio Ambiente;
- Reunião do Board da Fediol (Federação da Indústria Oleícola da CEE), com participação de representante da diretora-geral de Agricultura da EU;
- Encontro com membros da Task Force da Indústria e Coalizão de ONGs dos Países Baixos, em Roterdã;

- Visita à embaixada do Brasil em Londres.

Durante essas ações foram concedidas entrevistas a jornais holandeses, agências de notícia internacionais e européias, ao *Financial Times*, edição da Alemanha e jornais brasileiros. As apresentações da Abiove despertaram muito interesse e, de uma maneira geral, houve um forte reconhecimento de que a questão da sus-



tentabilidade da soja está sendo tratada adequadamente. Sentimos uma resposta positiva pela iniciativa de promover o *road show* e de estabelecer um diálogo franco com a sociedade européia.

Nos Países Baixos, as discussões foram muito mais fortes e tensas. As ONGs chegaram a propor a extensão da moratória da soja para o Bioma Cerrado. Repudiamos de pronto essa colocação.

Um tema muito sensível são os produtos geneticamente modificados (OGMs), que ainda despertam muito interesse e preocupação. A aprovação de novos OGMs segue uma rotina burocrática e morosa. Não há qualquer tolerância em relação à sua presença, mesmo que acidental, se não aprovados pelos organismos oficiais da Europa.

Por sua vez, cresce rapidamente o questionamento sobre a sustentabilidade de biocombustíveis. Há receio de uma possível imposição de critérios de certificação. Isso retardará o crescimento do mercado de biocombustíveis no continente europeu. O pseudo conflito entre agricultura alimentar e energética esteve presente na pauta.

Os representantes da Aprosoja insistiram na necessidade de criar incentivos financeiros para estimular a manutenção da floresta em pé. Essa proposta constava da nossa exposição e e tem o nosso apoio. Aparentemente, os europeus reconhecem a necessidade de remunerar a prestação de serviços ambientais. A apresentação do compromisso de licenciamento ambiental das propriedades de soja em Mato Grosso até 2010 impressionou bem.

A Fediol, junto com a Nopa (National Oil Seed Processors Association), dos Estados Unidos, avaliam a possibilidade de tratar na Rodada Doha ou até questionar na OMC o funcionamento dos Diferenciais Tributários de Exportação na soja.

Quanto às questões referentes à agroenergia, o destaque especial foi dado para o bioetanol. Ficou clara a sensação do início de uma abertura e do maior interesse por parte da Alemanha. Essa sinalização não existia até bem pouco tempo. A colocação do papel do etanol como alternativa na atenuação do risco de um futuro apagão

Informações e esclarecimentos

Um dos pontos importantes durante o *road show* foi desmistificar a diferença existente entre Amazônia Legal e Bioma Amazônia. Ambos são tratados equivocadamente como parte de um mesmo conceito. O Brasil possui a maior área de floresta intacta do mundo, com 18,7% segundo o Greenpeace.

Quanto à política de preservação ambiental na Amazônia Legal, o Brasil tem uma política ativa de preservação ambiental, baseada na criação de Áreas de Preservação Ambiental, de Reservas Indígenas e da Reserva Legal.

No total, 321 milhões de hectares, correspondentes a 63% do total da Amazônia Legal, são protegidos por lei. O uso do solo foi sensivelmente restringido após 1996. O produtor rural assume a obrigação de preservar 80% da floresta sem qualquer pagamento do governo. A Reserva Legal prevê a preservação de 143 milhões de hectares na Amazônia Legal. Já nas áreas protegidas (indígenas e ambientais) chegam a 178 milhões de hectares.

Existem dificuldades para conter o desflorestamento ilegal. Entre 40 a 47% do território da Amazônia Legal são terras públicas em disputa. Uma área extensa para fiscalização e de difícil acesso (420 milhões de hectares). Os direitos de propriedade mal definidos são a principal causa da ineficácia das leis ambientais em conter o desflorestamento ilegal.

Para melhorar a preservação da Amazônia, cabem instrumentos econômicos importantes como:

- Pagamento pela “floresta em pé”: reduz o desmatamento
- Bolsa de Ativos Florestais: garante a reserva legal
- Certificação Voluntária: estimula as boas práticas agrícolas

Outro caminho seria por meio da verticalização da produção com agregação de valor. Uma redução da escalada tarifária e no grau das barreiras comerciais dos países importadores ajudaria bastante a mudar o quadro atual.

No caso específico do agronegócio da soja brasileira, existe uma série de ações de sustentabilidade, como:

- Moratória da soja no Bioma Amazônia
- Mesa-Redonda da Soja Responsável (RTRS)
- Instituto do Agronegócio Responsável (Ares)
- Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
- Ação Verde – Mato Grosso
- Pacto Ambiental – Mato Grosso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou no último dia 24 de setembro que a queda de 25% no desmatamento evitou a emissão de 410 milhões de toneladas de CO₂ e a destruição de 600 milhões de árvores. Apesar dos problemas, há mais dados para apresentar à comunidade internacional: entre agosto de 2005 e julho de 2006, a taxa de desmatamento na Amazônia caiu 25%.

no Brasil, foi um novo ponto atrativo em todos os países por onde passamos.

Entendemos que a iniciativa do *road show* foi oportuna e os clientes europeus ficaram muito satisfeitos. Na nossa agenda, ações dessa natureza passam a ser prioritárias. Além de desconhecimento, existe uma enorme escassez de informação sobre o agronegócio brasileiro. Para lá chegam no-

tícias desabonadoras que maculam a imagem do setor. Estamos, agora, empenhados na construção do Instituto Ares (Agronegócio Responsável) para tratar dessas questões e desenvolver estratégias. ■

* Presidente da Associação Brasileira de óleo Vegetal (Abiove) e da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag)

Florestas

Brasil preserva mais

DE OITO a dez mil anos atrás, a situação do mundo do ponto de vista climático era de relativa estabilidade climática. Esse quadro constitui a base dos sistemas florestais existentes. Era o final da era glacial e principiava a eclosão vegetativa. A população humana era muito pequena. Nômade, caçador e extrativista, o homem vivia em ambientes preferencialmente não-florestais.

Três das principais civilizações surgem 2.500 antes de Cristo – às margens dos Rios Nilo, Tigre e Eufrates (Mesopotâmia) e Jordão, todos no continente africano. A agricultura vivia seus primórdios, com pequenas mudanças, como o uso de instrumentos metálicos, irrigação em planícies inundáveis, fertilizantes (estrume) e forragem.

Com o desenvolvimento da prática de rotação de culturas e a introdução do arado na Europa, ampliaram-se as áreas de

Mundo: evolução da agricultura

| | |
|-----------------|---------------------------|
| Pré-histórica | 8 a 10 mil anos a.C. |
| Histórica | 2,5 mil a a.C. a 500 d.C. |
| Feudal | 500 a 1.500 d.C. |
| Tecnológica | 1.500 a 1950 d.C. |
| Revolução verde | 1950 a 1990 d.C. |
| Biotecnologia | Pós-1990 |

Desmatamento na floresta amazônica em 2006

| Floresta amazônica | Milhões de ha | Part % |
|--------------------|---------------|--------|
| Área de floresta | 299 | 81% |
| Desflorestamento | 68 | 19% |
| Floresta original | 367 | 100% |

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – Inpe

cultivo e a produção de excedente cresceu. A agricultura apresentava expansão por conta da invenção do arado de aiveca. Aos poucos, surgiram as práticas do

plantio manual, crava para aração, foice de pedra para colheita e a pedra para moer trigo.

Por volta do ano de 1650, já era perceptível o aumento populacional asiático e europeu. Nas Américas, o povoamento ficava mais expressivo. O ciclo das descobertas ultramarinas estimulava o setor naval, com intensificação da demanda por madeira. Grandes áreas de cedros desapareceram e as florestas primárias se transformavam com o plantio de árvores na Europa.

A agricultura científica ganha espaço a partir do século 15 e grandes vantagens tecnológicas aparecem com o desenvolvimento do arado de aço, por John Deere, em 1830, assim como com a descoberta da Lei da Hereditariedade, por Mendel, em 1865. Outras invenções também ocorreram. O resultado é que, no final do século 18, a tração mecânica praticamente substitui a tração animal.

Remanescentes das florestas primárias originais (1000 km²)

| | Floresta original 8000 a.C. | % | 1.000 | % | 1.650 | % | 1.850 | % | 1.950 | % | Presente | % |
|------------------|--------------------------------|------|--------|------|--------|-------|--------|-------|--------|------|----------|-------|
| África | 6.799 | 10,6 | 6.459 | 10,9 | 5.779 | 11,3 | 5.099 | 12,1 | 2.380 | 8,7 | 527 | 3,4 |
| Ásia | 15.132 | 23,6 | 13.619 | 22,9 | 11.349 | 22,1 | 8.323 | 19,7 | 3.783 | 13,8 | 844 | 5,5 |
| América do Norte | 10.877 | 16,9 | 10.333 | 17,4 | 9.245 | 18,0 | 8.158 | 19,3 | 5.439 | 19,9 | 3.737 | 24,2 |
| América Central | 1.779 | 2,8 | 1.743 | 2,9 | 1.334 | 2,6 | 890 | 2,1 | 712 | 2,6 | 172 | 1,1 |
| América do Sul | 11.709 | 18,2 | 11.592 | 19,5 | 11.475 | 22,4 | 11.124 | 26,4 | 8.196 | 30,0 | 6.412 | 41,4 |
| Rússia | 11.759 | 18,3 | 10.583 | 17,8 | 9.407 | 18,3 | 7.055 | 16,7 | 5.880 | 21,5 | 3.448 | 22,3 |
| Europa | 4.690 | 7,3 | 3.752 | 6,3 | 1.407 | 2,7 | 469 | 1,1 | 235 | 0,9 | 14 | 0,1 |
| Oceania | 1.431 | 2,2 | 1.402 | 2,4 | 1.288 | 2,5 | 1.073 | 2,5 | 716 | 2,6 | 319 | 2,1 |
| Mundo | 64.176 | 100 | 59.484 | 100 | 51.285 | 100,0 | 42.190 | 100,0 | 27.339 | 100 | 15.473 | 100,0 |
| Brasil | 6.304 | 9,8 | 6.241 | 10,5 | 6.178 | 12,0 | 5.989 | 14,2 | 5.043 | 18,4 | 4.378 | 28,3 |

Fontes: Embrapa

Em torno de 1850, os países americanos buscavam a sua independência. A exploração colonial acentuava-se na Oceania e na África e apareciam os efeitos da Revolução Industrial e dos trens. O crescimento populacional se alastra na Europa, China, Índia, Rússia, Japão e Sudeste Asiático. Em termos do uso da terra assistiam-se a grandes desmatamentos no leste da América do Norte e à expansão da cana-de-açúcar na América Central. No Brasil, há registros de desmatamento de 30.000 km² em 1830.

Nos anos de 1950, as estradas de ferro e de rodagem são ampliadas. O mundo tinha passado por duas Grandes Guerras e houve a ocupação da Sibéria. O crescimento demográfico ganha força exponencial e generalizada. Na África e Ásia, a exploração florestal está alastrada. Na fachada atlântica brasileira, com a expansão econômica e a

implantação de cafezais, canaviais e culturas alimentares, florestas primárias de araucárias deixam de existir ou migram para outras regiões. Nos EUA, México, na América Central e no sul da América do Sul, há desmatamento da costa pacífica.

Durante final do Século 20, reflorestamentos substituem florestas primárias na América do Norte e Europa. Independentes, conflitos eclodem nos países da África e Ásia. Há queda na população dos países ricos. Com a Revolução Verde, a agricultura passa por forte aceleração. A expansão agrícola chega à Amazônia e há exploração florestal intensa do Sudeste Asiático e da África Equatorial.

Ao longo dos tempos, Brasil foi o país que menos desmatou suas florestas no mundo. A persistir essa tendência, as brasileiras representarão, no futuro, quase a metade das florestas primárias do pla-

neta. Isso não justifica o desmatamento das florestas nacionais. Na questão da conciliação da preservação com o desenvolvimento econômico, o País tem experiência. O foco está na coordenação de políticas nas áreas de produção.

Educação e consciência ajudam a entender como é possível manter as florestas localizadas em áreas que não são necessariamente reservas florestais. Da mesma forma, buscar alternativas de projetos para preservação das florestas nas áreas rurais. Exemplos práticos existem. A modernização da agricultura deve favorecer o meio ambiente, com a diminuição das queimadas, o respeito às áreas de preservação permanente e a recomposição de mata ciliar. ■

Onde saber mais:

<http://www.desmatamento.cnpm.embrapa.br>



PROGRAMA CONJUNTURA BRASIL

INFORME DE HORÁRIOS DA
TV A CABO E PARABÓLICA
LIGUE OU ENVIE UM E-MAIL

E-mail:

conjunturabrasil@conjunturabrasil.com.br

ou Ligue:

(16) 9129 7777

BOLETINS DIÁRIOS
ENTREVISTAS
DEBATES

APRESENTAÇÃO:

Maria Rita Falleiros

Este mês, o Conjuntura Brasil aborda o tema **Relação com Investidores e a necessidade de comunicação para atrair e manter investidores**. Discorreremos ainda sobre o cooperativismo como alternativa de atuação no mercado; semelhanças e diferenças entre as cooperativas e as empresas de capital aberto. O objetivo deste programa é divulgar e debater as iniciativas que estimulem o desenvolvimento do Brasil.

Apoio:

AGROANALYSIS

Tira-dúvida

As vantagens do plantio direto

NA DÉCADA de 70, muitos anos antes de o Brasil começar a falar em sustentabilidade, agricultores do Paraná introduziram uma técnica revolucionária na agricultura, que permitiu a redução dos custos de produção e, ao mesmo tempo, combater alguns problemas ambientais crônicos, como a erosão.

Mais de três décadas após a sua introdução, o plantio direto já ocupa uma área de 25 milhões de hectares, com grandes vantagens ao produtor, tais como melhoria da produtividade, racionalização dos custos e, principalmente, a conservação do solo, o maior patrimônio dos agricultores.

Brasil: evolução do plantio direto (mil hectares)

| Anos 70 | Anos 80 | Anos 90 | 2007 |
|---------|---------|---------|--------|
| 129 | 900 | 14.000 | 25.000 |

Fonte: Embrapa

O que é plantio direto?

O sistema consiste no cultivo sem o revolvimento da terra, com a manutenção na superfície do solo de uma camada de resíduos (palha) ou de vegetação para protegê-lo. O plantio direto visa a diminuir a excessiva movimentação sofrida pelo solo nos sistemas de plantio convencionais. A semeadura é feita diretamente no solo não preparado, num sulco de largura e profundidade suficientes apenas para cobrir a semente. Não são realizadas gradagens nem arações, e o plantio é feito diretamente sobre a palha (restos) da cultura anterior.

Quais são as vantagens do sistema?

Para o produtor, há uma sensível economia de máquinas, combustível e mão-de-obra.

Mas, a grande vantagem é a conservação do solo. A permanência da cobertura morta sobre a superfície do solo minimiza os riscos de erosão. A umidade é preservada pela cobertura, mantendo um equilíbrio físico-químico de nutrientes para as culturas. Outro efeito benéfico do plantio direto é o aumento da matéria orgânica no solo. Ao contrário do que ocorre no plantio convencional, o solo acumula mais carbono e nitrogênio. O não-revolvimento do solo favorece a biodiversidade, melhorando a porosidade e a proliferação de inimigos naturais de pragas e doenças.

Quando a tecnologia foi introduzida no Brasil?

No início dos anos 70 começaram as primeiras experiências no norte do Paraná. Um dos precursores foi o produtor Herbert Bartz, de Rolândia (PR). Dali o plantio direto alcançou Cornélio Procopio, Campo Mourão e se espalhou pelo estado.

Quais são os princípios do sistema?

O plantio direto compreende um conjunto de técnicas integradas que visam a melhorar as condições ambientais (água-solo-clima), de forma a aproveitar, da melhor forma possível, o potencial genético das culturas. Os três requisitos mínimos são o não-revolvimento do solo, a rotação de culturas e o uso de culturas de cobertura para formação de palhada. Mas os adeptos do sistema também adotam o manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas.

Por que a rotação de culturas é importante?

Combinar plantas com características diferentes de exigências nutricionais,

velocidade de decomposição, produção de fitomassa e sistema radicular torna o sistema mais eficiente. Também facilita o controle integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. A soja e o milho são as culturas mais utilizadas no plantio direto. Elas apresentam grandes vantagens quando plantadas em rotação, como o aumento da produtividade. No Sul do Brasil, pelas condições climáticas mais favoráveis, há maiores opções de rotação de culturas, tanto no verão como no inverno. No Brasil Central, a falta de chuva no período de maio a agosto dificulta o cultivo de inverno. Na região, o plantio direto é utilizado em áreas onde se planta a safrinha (milho, sorgo, milheto e girassol).

Qualquer produtor pode adotar o plantio direto?

O plantio direto exige um bom conhecimento de todas as fases do sistema. Ele vai ter de dispensar mais atenção ao controle de pragas, doenças e plantas daninhas, assim como ao manejo de fertilizantes. O plantio direto também requer o treinamento da mão-de-obra para a operação das semeadoras, pulverizadoras e colheitadeiras.

O que é preciso fazer antes de se iniciar o plantio direto?

Convém verificar a acidez do solo. Como a terra não será revolvida, é muito importante corrigir o solo, tanto na camada superficial como na sub-superfície. Devem ser colhidas amostras e, se necessário, efetuar a calagem, incorporando o calcário na maior profundidade possível. Também são necessárias correções dos teores de fósforo e potássio.

Qual é a função da palha no plantio direto?

A palha da cultura anterior é uma espécie de símbolo do plantio direto. Ela reduz o impacto das gotas de chuva, protegendo o solo contra a desagregação de partículas e compactação. Além disso, a palha dificulta o escoamento superficial, aumentando o tempo e a capacidade de infiltração da água da chuva. Há redução nas perdas de solo e água pela erosão. ■

Legislação

Segurança do trabalhador rural

Gilberto Cifuentes Dias Araújo¹Marlusa Gosling²Paulo César Hardoim³

O MERCADO dos grandes centros no Brasil e do mundo não exige apenas resultado de produtividade, mas também uma gestão com qualidade total, respeito ao meio ambiente, segurança do trabalho e saúde ocupacional.

O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO) torna-se, assim, uma ferramenta para redução de perdas no processo produtivo das empresas agroindústrias, pois é uma exigência legal, conforme a:

- Lei nº 6514/77, de 22 de dezembro de 1977, Capítulo V, do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Portaria nº 3214, de 08 de Junho de 1978, relativa à aprovação do Capítulo V (da Lei nº 6514/77), que aprova as Normas Regulamentadoras (NRs).

Dentre as NRs, está a Norma Reguladora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31 (Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005 - DOU de 04 de março de 2005).

A Portaria nº 3067, de 12 de abril de 1988, foi criada para tipificar o disposto no Artigo 13 da Lei nº 5889/73, que estatui normas reguladoras do trabalho rural.

Aprovada e em vigor desde março de 2005, a NR 31 foi um grande passo para o SGSSO do meio agrícola, mas ainda pode ser melhorada, nos moldes do que foi feito na NR-18 e na NR-22, com planos específicos para trabalhos na construção civil e na mineração, respectivamente.

Instituições pesquisam a segurança e saúde no trabalho rural, como indicam os manuais da Fundacentro (Fundação

Acidente do trabalho

Decreto nº 611/92 de 21 de julho de 1992, Art. 139 – Ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ou ainda, pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, a perda ou redução da capacidade para o trabalho, permanente ou temporária.



Jorge Duprat Figueredo de Segurança e Medicina do Trabalho).

O interesse acadêmico pode ser evidenciado em eventos científicos, como a promoção anual da Associação Brasileira de Ergonomia e o Simpósio Brasileiro sobre

Ergonomia e Segurança do Trabalho Florestal e Agrícola.

A busca por vantagens competitivas faz com que as organizações e os governos se preocupem cada vez mais com a saúde dos trabalhadores, para maior produtividade e menores custos.

Como possuem potencial agressivo à saúde e integridade física dos trabalhadores, os riscos laborais apontados na legislação nacional são divididos em cinco classes, para facilitar o seu entendimento e auxiliar na sua identificação e indicar possíveis meios de tratamento.

Os riscos existentes em um local de trabalho podem gerar agravos à integridade física dos trabalhadores. A tecnologia presente hoje permite que possam ser previstas possíveis falhas, além de antecipar os acidentes e doenças.

O trabalho agrícola apresenta riscos ocupacionais com gravidade variável, como a exposição a agrotóxicos, intempéries, desgaste físico, animais peçonhentos, dentre outros.

A assistência médica corresponde aos segurados que receberam apenas atendimentos médicos para sua pronta recuperação para o exercício da atividade laborativa.

A incapacidade temporária compreende os segurados que ficaram temporariamente incapacitados para o exercício de sua atividade laborativa.

Como exemplo de riscos associados ao agronegócio, podemos citar o físico, ruído, calor, umidade proveniente de atividades a céu aberto ou em galpões e radiações de origem solar. Em termos de legislação, apesar de comprovadamente ocasionarem câncer de pele, as radiações

ultra-violetas (UV) provenientes do Sol não fazem parte dos riscos laborais.

Os efeitos de agentes caracterizados como riscos químicos no organismo podem ser inertes, alérgicos ou tóxicos, desde uma simples alergia, bronquite ou um resfriado até doenças fatais como asbestose, silicose ou, no caso de cortadores de cana, a bagaçose. O efeito causado pela exposição a esses agentes dependerá diretamente da constituição química das partículas presentes somada à quantidade presente no ambiente e o tempo de exposição.

Os riscos biológicos se relacionam com os microorganismos que podem agredir a saúde e a integridade física de trabalhadores que exercem suas atividades laborais. Em termos de trabalho rural, é importante considerar os agentes biológicos com alta probabilidade de transmissão de doenças como dengue, leptospirose ou doenças virais.

A ergonomia é a ciência que estuda a adaptação do meio produtivo ao trabalhador, proporcionando, assim, que o ambiente de trabalho esteja cada vez próximo da realidade humana, minimizando os distúrbios funcionais no organismo do trabalhador. Assim, riscos ergonômicos podem ser identificados a partir da análise integral da tarefa, contemplando as fases de execução, ciclos de trabalho, carga de trabalho e descanso (caso seja necessário) e riscos em cada ponto da atividade.

No Brasil, a falta de um modelo de prevenção aos acidentes de trabalho, e o descumprimento das normas, ressaltam um duplo aspecto que reduz o crescimento do país: um elevado gasto em benefícios decorrentes de acidentes de trabalho por parte do governo e perda da produtividade por parte das empresas devido aos custos dos acidentes.

Acidentes no futuro podem ser evitados por meio da aplicação das lições aprendidas com os passados mas, para isso, é necessário um banco de dados abrangente e completo. Assim, é importante estudar a percepção dos trabalhadores rurais sobre os tipos de riscos laborais, para que, de posse de informações de situações reais, seja possível propor melhorias nos siste-

Definição dos acidentes de trabalho, de acordo com o INSS (1998)

| Acidente | Definição |
|---------------------|---|
| Típico | Decorrente da atividade profissional desempenhada pelo acidentado; |
| Trajetório | Entre a residência e o local do trabalho do segurado; |
| Doença Profissional | Peculiar a determinado ramo de atividade econômica constante de tabela da Previdência Social (Anexo II do Decreto 611/92) |
| Registrado | Processos abertos administrativa e tecnicamente pelo INSS. |
| Liquidados | Processos encerrados administrativamente pelo INSS, depois de completado o tratamento e indenizadas as seqüelas |

Classificação dos principais riscos operacionais

| Grupo 1 Verde | Grupo 2 Vermelho | Grupo 3 Marrom | Grupo 4 Amarelo | Grupo 5 Azul |
|--------------------------|--|-------------------|--|--|
| Riscos Físicos | Riscos Químicos | Riscos Biológicos | Riscos Ergonômicos | Riscos Acidentes |
| Ruídos | Poeiras | Vírus | Esforço físico intenso | Arranjo físico inadequado |
| Vibrações | Fumos | Bactérias | Levantamento e transporte manual de peso | Máquinas e equipamentos sem proteção |
| Radiações ionizantes | Névoas | Protozoários | Exigência de postura inadequada | Ferramentas inadequadas ou defeituosas |
| Radiações não-ionizantes | Neblinas | Fungos | Controle rígido de produtividade | Iluminação inadequada |
| Frio | Gases | Parasitas | Imposição de ritmos excessivos | Eletricidade |
| Calor | Vapores | Bacilos | Trabalho em turno e noturno | Probabilidade de incêndio ou explosão |
| Pressão anormal | Substâncias, compostas ou produtos químicos em geral | | Jornadas de trabalho prolongadas | Armazenamento inadequado |
| Umidade | | | Monotonia e repetitividade Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico | Animais peçonhentos Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes |

Fonte: Portaria nº 25 de 29 de dezembro de 1994, anexo IV da NR 05

mas laborais visando assim ao aumento da segurança do trabalho rural.

De outro lado, muitas vezes o trabalhador não percebe o risco ocupacional a que está submetido ou se acostuma com esse risco, ou seja, de acordo com o tempo em que já trabalha na atividade percebe menos seu risco. Nesse aspecto, a informação dos gestores, o cumprimento às normas e o treinamento são primordiais para esclarecer os trabalhado-

res sobre riscos e segurança ocupacional e para diminuir os acidentes laborais do agronegócio. ■

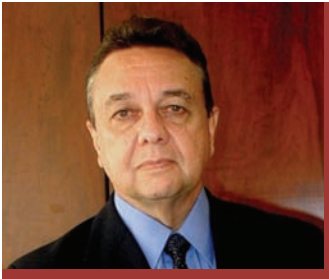
1 Mestrando em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Lavras (Ufla) e professor do Senai-MG e da Fabrai-MG. E-mail: gcda79@yahoo.com.br

2 Doutora em Administração e professora da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: marlusa@ufmg.br

3 Doutor e professor da Universidade Federal de Lavras. E-mail: pchardoin@ufla.br

Diário de bordo

Balanço sem doçura



Roberto Rodrigues*

N O TEMPO do Proalcool, cerca de 70% de cana-de-açúcar produzida no Brasil eram transformadas em etanol. Era a época dos carros a álcool, com todos os problemas técnicos sendo resolvidos pela indústria automobilística.

A partir de meados dos anos 80, houve um certo desencanto com o combustível, e a produção de açúcar passou a crescer mais que a do álcool. Depois de 2004, com a introdução do carro *flex*, houve um novo ajuste, e a produção açúcar/álcool ficou bastante equilibrada.

Em 2007, tivemos 55% da cana usada para produzir álcool e 45% para açúcar. Foi a safra mais alcooleira dos últimos 17 anos, graças a um forte crescimento da venda dos carros *flex* (cerca de 90% do total de carros vendidos no ano todo) e conseqüente aumento do consumo de etanol. Durante os meses de safra, que terminou só em dezembro no Centro-Sul, e ainda está em andamento no Nordeste, os preços caíram bastante, porque os usineiros não queriam manter excedentes de estoque. Assim, o aumento da oferta, com preços mais baixos para o combustível e o aumento da demanda graças a mais carros *flex* andando, foram fatores que estimularam o novo patamar percentual da cana utilizada.

Nesta safra recorde, que alcançará 19 bilhões de litros, exportaremos menos que esperávamos. A expectativa era de o

Brasil exportar acima de 3,1 bilhões de litros mas, dificilmente, a cifra chegará a 3 bilhões. E os Estados Unidos foram o maior comprador, usando boa parte para fins industriais, uma vez que seu álcool de milho para combustível está sobrando, e com preços mais baixos que em 2006. Por isso, exportamos em 2007 menos 400 milhões de litros que em 2006. E, de outro lado, embora o mercado de açúcar continue crescendo 2% ao ano, e mesmo com a quebra da safra indiana, da ordem de 10 milhões de toneladas, não há grandes expectativas de aumento de preço internacionalmente. Por fim, 17 novas usinas foram instaladas em 2007, e a área de cana plantada aumentou 12%.

Como fica o plantador de cana, o agricultor cujo verbo comercial é “entregar” a cana, e não vender, porque praticamente não tem escolha? Só pode fornecer cana para usinas próximas, uma vez que o frete “come” o resultado.

Neste ano, os preços caíram entre 23 e 33%, dependendo da região, em função da queda dos preços do açúcar e do álcool, porque a cana representa cerca de 60% do custo desses produtos.

Com mais cana plantada pelos donos das novas indústrias, a perspectiva não é nada boa para estes agricultores. Não há doçura em seu horizonte.

É fundamental rever essa relação de negócios, porque o fornecedor é, de fato, um produtor fadado a vender para um só comprador. E este, se não for correto, terá a faca e o queijo na mão. E a corda... ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Diferenciais competitivos



Cesário Ramalho da Silva*

O CRESCIMENTO COMPETITIVO e sustentável do agronegócio está diretamente ligado ao relacionamento do setor com a sociedade em geral. Se antes produzir era a prioridade, de uns tempos para cá, vender antes de produzir é a chave para o sucesso. E para vender é preciso relacionar-se, o que, por sua vez, exige o fortalecimento ou a abertura de canais de diálogo com os mais diversos públicos (*leia-se, por exemplo, clientes ou fornecedores de crédito*), inclusive antagonistas.

É a população, em especial das cidades, a grande consumidora dos produtos de origem rural, ou, no mínimo, quem dita as regras de escolha dos mercados. Além disso, é a partir do extrato da sociedade urbana que se forma o fenômeno conhecido como Opinião Pública, fiel da balança de muitas decisões em qualquer lugar do planeta. Logo, negociar com pares e opositos é pensar e agir de forma estratégica.

Hoje, a sociedade tem outros valores incorporados no seu cotidiano como referenciais para suas escolhas. Não basta mais produzir com qualidade a baixo custo e vender pelo melhor preço. Agora, à medida que diferenciais de preço e qualidade se tornam *commodities* ganham peso nos negócios a inovação, a comunicação, a responsabilidade, a segurança, a empatia, valores considerados intangíveis.

Opinião

Movimentos
ciclotímicos

Atualmente, o que se vende são atributos de idéias, conceitos, posicionamentos e não o “produto / serviço” em si. Mas, o agronegócio, na percepção dos seus públicos estratégicos de fora do setor, vende carne, frango, arroz, feijão, soja ou açúcar. Ou seja, ainda vende produtos, mas não vende idéias, conceitos, sob o guarda-chuva de marcas, salvo exceções, como Sadia, Perdigão, Bunge, entre outras empresas.

Cabe ressaltar, ainda, que, conforme a empresa de origem rural e/ou que tenha a agropecuária como a espinha dorsal do seu negócio adiciona valor à sua produção, ela já não é mais percebida como do agro e sim como pertencente a outros segmentos. Isso precisa mudar.

O agronegócio precisa “vender”, sim, oportunidades, emprego, riqueza, desenvolvimento, que é socioambientalmente responsável, para que seja percebido como sustentável. E o primeiro passo é integrar-se institucionalmente, com objetivo de construir um discurso único e coeso para representação político-econômico-social da classe rural brasileira. É essa soma que vai favorecer o trabalho do setor para a criação e manutenção de vínculos com os seus principais públicos estratégicos.

Existe um vazio na atuação intersetorial do setor rural com outros segmentos da sociedade, que precisa e deve ser preenchido. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) aceita o desafio e convida as demais lideranças rurais a, juntas, funcionarem como agentes “negociadores” do agronegócio. Aproveito e desejo a todos Boas-Festas e um Feliz 2008! ■



João Sampaio*

QUE A agricultura é cíclica todos nós já sabíamos, mas que os movimentos se tornariam cada vez mais curtos é sinal dos novos tempos. Há duas safras agrícolas, vivíamos a maior crise da produção de grãos, com endividamentos vultosos e o pecuarista, na penúria, abandonava a atividade. Hoje, o quadro é o inverso. Temos a perspectiva de recorde na safra de grãos 2008/09. Uma das causas da ascensão nos preços internacionais das cadeias produtivas é a carne bovina, a grande vedete do momento.

A mesma vida curta observada nas novas tecnologias eletrônicas ou na informação parece ter sido transpostas para o campo. A “comoditização”, a entrada definitiva do Brasil no competitivo mercado internacional e a globalização dos produtos ajudam a explicar a velocidade impetuosa e, muitas vezes, implacável, do agronegócio brasileiro. A safra 2007/08 consolidou a recuperação da produção. Ensaíamos o renascimento em 2006/07 e recobramos as forças, mas há um freio nesse movimento – o câmbio. E se estacionarmos, seremos atropelados pela concorrência.

Alguns especialistas acusam os produtores de serem ciclotímicos, termo emprestado da neurologia, para classificar a passagem rápida do estado de euforia para o de depressão da agricultura e dos agricultores. Mas esse comportamento não é inerente à atividade produtiva. Isso

ocorre porque não há instrumentos acessíveis o suficiente para conter a velocidade da mudança do ambiente.

Para escapar da volatilidade há vários mecanismos. Se alguns deles são ações imediatas, outros decorrem de políticas agrícolas, das quais o Brasil ainda carece e padece. O fundo de catástrofe já anunciado seria uma saída para enfrentar as crises que impliquem socorro premente para garantir a continuidade da atividade e assegurar o abastecimento dos mercados interno e externo.

Popularização do mercado de futuros, nos contratos de compra e venda, e opções por produto são medidas que dariam ao produtor e à cadeia do agronegócio uma forma de segurar preços e rentabilidade. O governo federal já atua com novos papéis – LCA, WA e propostas localizadas de PEP e Prop, o que é insuficiente para atenuar as oscilações. O aperfeiçoamento dos mecanismos anticíclicos já existentes é o caminho mais rápido.

O tão falado seguro rural precisa deixar de ser um artigo de luxo e tornar-se uma ferramenta de manutenção da produção. A subvenção ao prêmio do seguro é uma forma de baratear os custos e popularizar o seu uso. O governo federal tem um projeto voltado para alguns estados e algumas culturas. Em São Paulo, pioneiramente, o governo estadual implantou a subvenção de 50% do prêmio, mas o produtor ainda é tímido na utilização desse instrumento de política agrícola na segurança da produção e importante fator de controle nos preços.

No entanto, a alternativa definitiva para fugirmos de uma vez por todas das alterações está na “descomoditização” e verticalização do setor com a agroindustrialização e agregação de valor. Se insistirmos somente na venda de grãos ou de carnes sem passarmos pela manufatura, continuaremos reféns dos fatores climáticos e de mercado. “Descomoditizar” é a palavra. Uma outra bem parecida seria a desdolarização da agricultura. Mas, como é tema ainda embrionário, requer reflexões mais profundas do elo setor produtivo. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

SINDAG Lança Campanha Isca Legal

Objetivo: Combater Iscas Formicidas Irregulares

Produtos Irregulares Infestam o Mercado de Iscas Formicidas

MAIS DE 1,5 milhões de quilos de iscas formicidas irregulares têm sido usados anualmente na agricultura. É o que estima o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Agrícola (Sindag), que acaba de lançar uma campanha de conscientização chamada Isca Legal, que alerta para os riscos do uso de produtos irregulares no controle de formigas cortadeiras - as saúvas e quenquês.

Com o objetivo de difundir informações que ajudem os usuários a identificar os formicidas em desacordo com a lei em vigor, e também apoiar os órgãos de fiscalização no combate à produção e comercialização de formicidas ilegais, o Grupo de Apoio Isca Legal, do SINDAG, tem disponibilizado às revendas e lojas de produtos agrícolas o Guia da Compra Legal. O material, que também se encontra disponível no site do Sindag www.sindag.com.br, orienta na escolha segura de iscas formicidas de uso na agricultura.

Segundo o Sindag, existem dezenas de formicidas “fora-da-lei” à venda no mercado, com irregularidades de registro, embalagens, formulação ou indicação de uso, tudo em total desacordo com a legislação de agrotóxicos e ambiental, levando lojistas e consumidores a riscos de multas e punições severas, como processo criminal, interdição do estabelecimento comercial e destruição da lavoura onde as iscas formicidas ilegais foram usadas. Esses produtos, além de não serem eficazes, apresentam um grande risco para

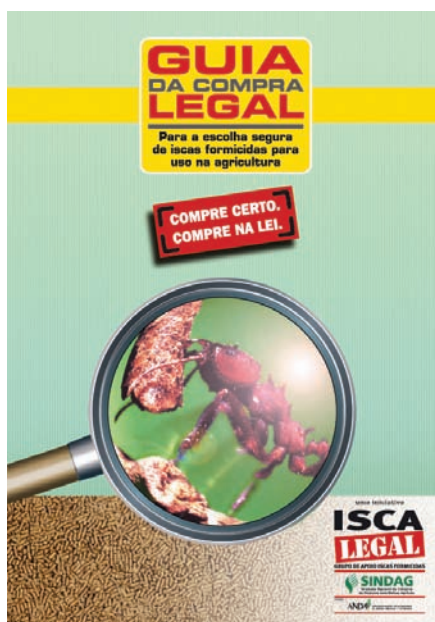
o homem e ao meio ambiente, visto que seus testes e laudos não foram aprovados pelas autoridades competentes, para que pudessem ser vendidos para uso na agricultura.

Entre esses produtos estão aqueles registrados apenas no Ministério da Saúde para uso em jardins residenciais e gramados, sendo comercializados em embalagens

embalagem; produtos sem indicação de uso para formigas cortadeiras; produtos falsificados que usam um princípio ativo diferente daquele declarado na embalagem, e produtos “naturais” que se apresentam com atóxicos, orgânicos, mas que na verdade apresentam em sua formulação produtos químicos tóxicos. A existência desses produtos expõe a população e o meio ambiente a riscos imprevisíveis, com danos a saúde humana e ao meio ambiente.

O Sindag explica que as iscas formicidas autorizadas para uso em áreas agrícolas (lavouras, pastagens e florestas plantadas) devem estar registradas no Ministério da Agricultura. Esses produtos devem passar por avaliação de eficiência agrônômica, avaliação toxicológica e avaliação ambiental, onde, somente assim, suas reais qualidades e eficiência são totalmente testadas em seus aspectos legais e técnicos. Já as iscas registradas apenas no Ministério da Saúde não têm o seu uso autorizado em cultivos agrícolas, somente podendo ser usadas em gramados amadores e jardins residenciais, e só podem ser comercializadas em embalagens de até 50 gramas.

O Sindag orienta que os agricultores só usem formicidas comercializados dentro da lei. Utilizando esses formicidas legais o agricultor estará protegendo a sua saúde, o ambiente e sua lavoura. Em caso de constatação de produtos irregulares, o consumidor deve ligar para 0800-9407030 (disque-denúncia).



gens de 500g (o que é proibido legalmente), e que são desviados para uso em áreas agrícolas, sem receituário agrônômico e sem a devolução das embalagens vazias. Existem também produtos clandestinos, sem nenhum registro em qualquer lugar ou com indicação de registro falso na





Estamos reforçando o elenco, para você fazer bonito no campo.



Junte-se ao time que só pensa em conquistas quando o assunto é o campo. Filie-se à Associação Brasileira de Agribusiness para integrar-se estrategicamente a entidades e pessoas representativas do agronegócio brasileiro. Na Abag, você terá oportunidade de contribuir para o desenvolvimento de planos político-estratégicos em defesa do setor e fomentar a divulgação do complexo agroindustrial brasileiro, aqui e no exterior.

Abag: você e sua empresa no campo, para vencer. www.abagbrasil.com.br tel (11) 3285 3100

